



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVATERRA DE MAGOS

DIVISÃO DE URBANISMO E PLANEAMENTO

**Relatório de Avaliação de Execução do PDM e de
Caracterização da Evolução das Condições Sócio-económicas
e Ambientais**



ÍNDICE

1 – Introdução.....	4
1.1 - Nota Metodológica.....	5
2 - Enquadramento para a Revisão do PDM de Salvaterra de Magos	
2.1 – Legislação de enquadramento.....	7
2.2 – Articulação com o Plano Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo.	8
3 – Sobre a Revisão do PDMSM.....	9
4 - Visibilidade como critério de avaliação da Imagem do Plano junto dos Municípios...	12
5 – Avaliação do Plano: Análise Sectorial	
5.1 – Demografia e Povoamento.....	14
5.2 – Habitação.....	18
5.3 – Infra-estruturas Urbanas.....	28
5.3.1 – Abastecimento de água: Consumos e rede.....	28
5.3.2 – Drenagem e tratamento de águas residuais.....	31
5.3.3 – Recolha de Resíduos Sólidos.....	32
5.3.4 – Energia Eléctrica: Distribuição e Consumo.....	34
5.3.5 – Acessibilidades.....	35
5.3.6 – Equipamentos Colectivos.....	39
5.4 – Desenvolvimento Económico.....	50
6 – Avaliação do Plano: Análise Territorial do Plano Eficaz	
6.1 – Modelo de Desenvolvimento Territorial.....	59
6.1.1 – Problemas e Potencialidades de Desenvolvimento.....	59
6.1.2 – Opções de Desenvolvimento.....	60
6.2 – Proposta de Ordenamento.....	62
6.2.1 – Objectivos instrumentais/operacionais de Ordenamento do PDM de Salvaterra de Magos.....	62
6.2.2 – Proposta Sectorial de Ordenamento.....	63
6.2.3 – Programas de Actuação Territorial.....	65



6.3 – Uso, Ocupação e Transformação do Solo.....	68
7 - Avaliação do Plano: Análise Cartográfica	
7.1 – Diagnóstico da situação.....	90
8 – Definição de objectivos de desenvolvimento para o município e dos critérios de sustentabilidade a adoptar.....	98

1 – INTRODUÇÃO

As limitações contextuais subjacentes à elaboração do PDM vigente, aliadas à conjuntura de início dos anos 90, indiciavam um conjunto de premissas, no âmbito das quais se formularam um conjunto de estratégias e objectivos, que em parte seriam operacionalizadas e implementadas através do PDM.

Tendo entrado em vigor, em 27 de Outubro de 2000, o Plano Director Municipal de Salvaterra de Magos (PDMSM), remonta no início da sua elaboração a 1993 (foi elaborado sob proposta camarária de 11/09/1989 para ser deliberado pela Assembleia Municipal em 22/09/1989 e posteriormente aprovado em Assembleia Municipal em 26/07/1996), situação que por si só justifica que seja feita uma avaliação do mesmo, de forma a perceber-se da sua adequação à realidade do Concelho de Salvaterra de Magos, pois, de facto, entre a presente data e a data dos seus estudos se encontram decorridos mais de dez anos, tempo mais do que suficiente para que se produzam toda uma série de transformações no território concelhio.

A presente avaliação tem por base o art. n.º 146 do DL nº 310/2003 e a Portaria n.º 290/2003.

Decorridos cerca de 5 anos desde a sua publicação, e sensivelmente uma década após a realização dos seus relatórios e estudos de caracterização¹, importa neste momento aferir a adequação do modelo de estrutura espacial do território municipal a esse mesmo território, bem como a estratégia de desenvolvimento e de ordenamento local.

Neste âmbito, o relatório irá analisar as grandes componentes do Plano Director Municipal de Salvaterra de Magos (adiante designado simplesmente por PDMSM):

- Análise Sectorial (análise comparativa entre diferentes períodos temporais)
- Análise Territorial
- Análise Cartográfica

A análise sectorial incidirá sobre os pressupostos contidos nos estudos e no relatório do PDMSM, e a sua adequação à evolução económica e social sofrida pelo Município. A análise territorial avaliará o modelo de desenvolvimento preconizado bem

¹ O actual quadro legal do direito do ordenamento do território e do urbanismo não prevê esta figura.

como a sua tradução física ao nível do regime de uso do solo, enquanto que a análise cartográfica debruçar-se-á sobre os elementos que materializam a estratégia de desenvolvimento adoptada e sua adequação à mesma.

1.1 - Nota Metodológica

A escolha de uma metodologia de avaliação de um IGT (instrumento de gestão territorial) depende do objecto da mesma, dos critérios que se julgarem mais pertinentes, bem como das ferramentas que forem mais adequadas.

No seguimento da Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto (estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo) e do DL n.º 310/2003 de 10 de Dezembro (estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial), considera-se que a 4ª componente do sistema de gestão territorial – avaliação dos IGT, serve pelo menos três intenções: (i) produzir informação sobre o desempenho e o grau de sucesso de uma política ou de um plano, (ii) contribuir para questionar a adequação das finalidades e objectivos que estão na base das propostas e soluções do plano e (iii) contribuir para uma eventual definição de novas alternativas. Deste modo, a avaliação tem sempre duas componentes interrelacionadas. Por um lado, um conjunto de procedimentos para aferir os resultados (“output” e impactes) e, por outro, um conjunto de valores para apreciar a maior ou menor validade desses mesmos resultados para os diferentes “*stakeholders*”, o que faz com que numa avaliação estejam sempre presentes factos e valores (Cit. – SILVA, Carlos (2001) - *Cadernos Municipais – Revista de Acção Regional e Local*, XV (76), Abril/Maio, : 52-56).

Os critérios de classificação utilizados assentam numa trilogia tipificada:

Quanto ao modo como são definidos os objectivos e os valores de referência optou-se pelo tipo de avaliação formal variante formativa: para além de produzir informação sobre os resultados da implementação do plano, faz uma valoração dos mesmos com base nos objectivos do próprio plano, tal como foram “formalmente” estabelecidos pelos seus responsáveis. O pressuposto central tipo de avaliação é que os objectivos fixados no plano são um parâmetro de referência adequado para medir o valor dos resultados do

plano. A modalidade formativa tem como finalidade melhorar um plano e aplica-se exclusivamente a um determinado PMOT.

Quanto ao momento em que se realiza, é uma avaliação intercalar (avaliação “*on-going*”), que se caracteriza pela sua realização durante a execução do plano, num momento preciso, em regra coincidindo com o fim de uma etapa do mesmo, embora não se deva confundir com a monitorização, a qual, se caracteriza por ter um carácter contínuo e termos de referência diferentes. A tónica é colocada na relevância, no desempenho (eficácia, eficiência e prazos) dando indicações sobre os aspectos que requerem alterações.

Quanto aos agentes que realizam a avaliação considera-se que é efectuada por pessoas da própria entidade responsável pelo instrumento de gestão territorial.

No que diz respeito aos critérios de avaliação (Infra) privilegia-se os critérios de eficácia, cumprimento de prazos, e visibilidade.

Quadro 1 – Critérios de avaliação aplicáveis aos PMOT

I Relevância	- Relevância – avalia a adequação dos resultados e dos objectivos do plano ao contexto global
II Desempenho	- Eficácia – avalia o grau de realização dos objectivos do plano ou de algumas das suas componentes - Eficiência – avalia a relação entre os resultados obtidos e os recursos utilizados - Cumprimento de prazos – avalia o cumprimento de prazos em relação aos “input” e aos “output”
III Sucesso/ Êxito	- Impacte – avalia os efeitos da intervenção do plano sobre o território - Equidade – avalia a repartição de custos e benefícios pelos diferentes grupos sociais afectados pelo plano - Sustentabilidade – avalia a viabilidade futura / durabilidade dos efeitos do plano - Visibilidade – avalia a imagem do Plano junto dos munícipes
IV Metodologia	- Aspectos Metodológicos – avalia a adequação dos métodos e técnicas utilizadas

2 – ENQUADRAMENTO PARA A REVISÃO DO PDM DE SALVATERRA DE MAGOS

2.1 – Legislação de enquadramento

Ao presente projecto de relatório de avaliação da execução do PDMSM para a respectiva revisão, que se submete à apreciação da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, são claras as orientações de ordenamento e desenvolvimento territorial, que se encontram subjacentes aos diplomas aos quais o plano tem de se harmonizar:

- Lei 48/98, de 11 de Agosto – Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo (LBPOTU);
- DL n.º 222/98 de 17 de Julho – PRN2000 (Plano Rodoviário Nacional);
- DL n.º 380/99, de 22 de Setembro – RJGT – com a redacção dada pelo DL n.º 310/2003, de 10 de Dezembro;
- DL n.º 268/98, de 28 de Agosto – visa disciplinar a localização dos parques de sucata e o licenciamento da instalação e ampliação de depósitos de ferro-velho e de veículos em fim de vida;
- DL n.º 177/2001, de 4 de Junho – estabelece o regime jurídico da urbanização e da edificação;
- Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro – estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural;
- DL n.º 292/2000, de 14 de Novembro – Regulamento Geral do Ruído (alterado pelo DL n.º 76/2002, de 26/03 e DL n.º 259/2002, de 23/11);
- Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril (Define a composição da C.M.C. e procedimento a adoptar na revisão e alteração dos PDM's);
- Despacho n.º 6600/2004, de 23 de Fevereiro, do Secretário de Estado do Ordenamento do Território, publicado no DR n.º 78 (2ª série), de 1 de Abril (define as tarefas a cumprir pelas CCDR's e DGOTDU);
- Lei n.º 34/2005, de 28 de Janeiro – Alteração dos limites territoriais/administrativos das freguesias e concelho;
- Portaria n.º 138/2005, de 2 de Fevereiro (legislação subsidiária que define elementos que devem acompanhar os planos directores municipais).

2.2 – Articulação com o Plano Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo

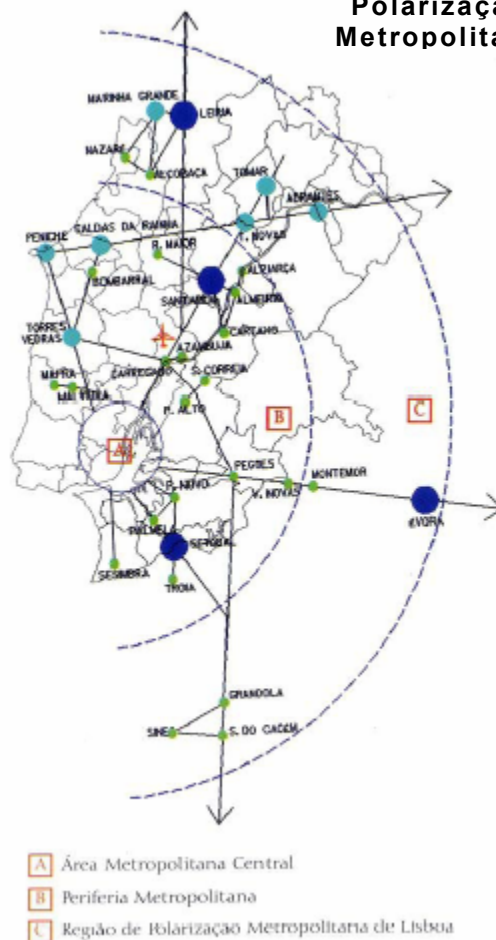
Num contexto estratégico existe um plano que pode enquadrar a nova estratégia de Salvaterra de Magos – Plano Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo, promovido pela CCR-LVT (actual CCDR-LVT)². Apesar de não possuir “força de lei” pode constituir uma mais valia para a definição de indicadores relevantes para o desenvolvimento do PDM de Salvaterra de Magos.

No âmbito do quadro estratégico do PERLOVT, o concelho de Salvaterra de Magos, na reconfiguração da região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo, está subjacente à área da periferia metropolitana:

- a “Periferia Metropolitana” que é constituída por uma estrutura polinucleada, descontínua, fortemente interdependente e com uma estreita relação entre espaços urbanos rurais. Trata-se de uma região que sofre influência directa do modo como núcleo central da metrópole de Lisboa se desenvolve, tanto do ponto de vista físico-morfológico, como funcional, tornando-a susceptível a factores de proximidade relativa que lhes são alheios. No caso da Lezíria do Tejo e Médio, este plano aponta para 3 domínios de articulação:

- qualificação urbana, complementaridades inter-urbanas e relações cidade-campo;
- valorização da bacia do Tejo;
- qualificação da envolvente externa da actividade empresarial³.

Esquema de Polarização Metropolitana



Fonte: PERLOVT – 2000-2010
o Horizonte da Excelência,
CCR-LVT (Lisboa, 1999)

² Existe igualmente, um ante-projecto de proposta de Plano Estratégico de Desenvolvimento para o Concelho de Salvaterra de Magos (concluído em meados de 2003), que se for reconduzido e levado a reunião de Câmara e A.M., pode constituir um documento de base estratégica para apontar caminhos a serem consignados no novo PDMSM.

³ Criar condições de acolhimento e de funcionamento empresarial que estimulem e beneficiem a afirmação e uma cultura de iniciativa, risco e inovação.

3 – SOBRE A REVISÃO DO PDMSM

O processo de revisão do PDM de Salvaterra de Magos decorre da necessidade de actualização de uma vasta série factual de disposições vinculativas dos particulares contidas nos regulamentos e nas plantas que os representem. Pretende-se que este documento seja um meio justificativo das necessidades de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que determinaram a respectiva elaboração do Plano (conforme n.º 1 do art. 98º do DL 310/2003, de 10 de Dezembro). A evolução do uso, ocupação e transformação do solo desde a altura da elaboração do Plano, só por si, tem contribuído para a reformulação do planeamento físico do território, uma vez que uma grande parte do solo urbanizável já está urbanizado ou comprometido. Acresce que derivado da alteração do traçado da auto-estrada n.º 13 (adiante designado por A13), o espaço-canal reservado para o Itinerário-complementar n.º 3 (adiante designado por IC3) constitui um factor de dissonância do ponto de vista do ordenamento do território. Por outro lado, a inclusão de novas áreas urbanas derivadas da Lei n.º 34/2005, de 28 de Janeiro, a par das incorrecções de natureza cartográfica, bem como do contexto sócio-económico emergente e das novas expectativas estratégicas, constituem motivos que reconduzem à dinâmica da revisão.

Por outro lado, é desde já claro que o que se pretende com este processo não é a formulação de um novo Plano Director Municipal mas antes a revisão de um documento cuja estrutura se mantém válida apresentando no entanto, desajustamentos que devem ser corrigidos. Os objectivos da revisão assentam em dois grandes grupos de actuação: objectivos de carácter estruturante (eminentemente interpretativos e condicionadores do desenvolvimento territorial) e objectivos de carácter instrumental/operacional (que visam contribuir para uma maior agilização do Plano):

Grupo 1 – Objectivos estruturantes:

(i) *Integração de múltiplas instâncias de planeamento no PDM, designadamente:*

- Compatibilização do Plano aos novos limites administrativos (derivados da Lei n.º 34/2005 de 28 de Janeiro);
- Compatibilização do Plano Director Municipal (adiante designado por PDM) ao Plano de Pormenor da Quinta da Coitadinha (adiante designado por PP) (118 IS-B de 5/21/1999) – Encontra-se em fase de alteração, tendo já decorrido a discussão pública;

- Compatibilização do PDM ao Plano de Pormenor da Herdade de Nossa Senhora da Glória – Encontra-se na fase de elaboração, no início da etapa de acompanhamento;
- Compatibilização do PDM ao Plano de Pormenor da Biosa;
- Compatibilização do Plano ao novo traçado da A13 (PRN2000 – DL n.º 228/98 de 17 de Julho) e desafectação da anterior servidão administrativa do IC3;
- Compatibilização do Plano à nova realidade ambiental, social e económica;
- Compatibilização do Plano ao POAAP da Barragem de Magos – em fase de elaboração pela empresa Hidroprojecto – Engenharia e Gestão, S.A.;

(ii) Redefinição do zonamento operativo do PDM, designadamente:

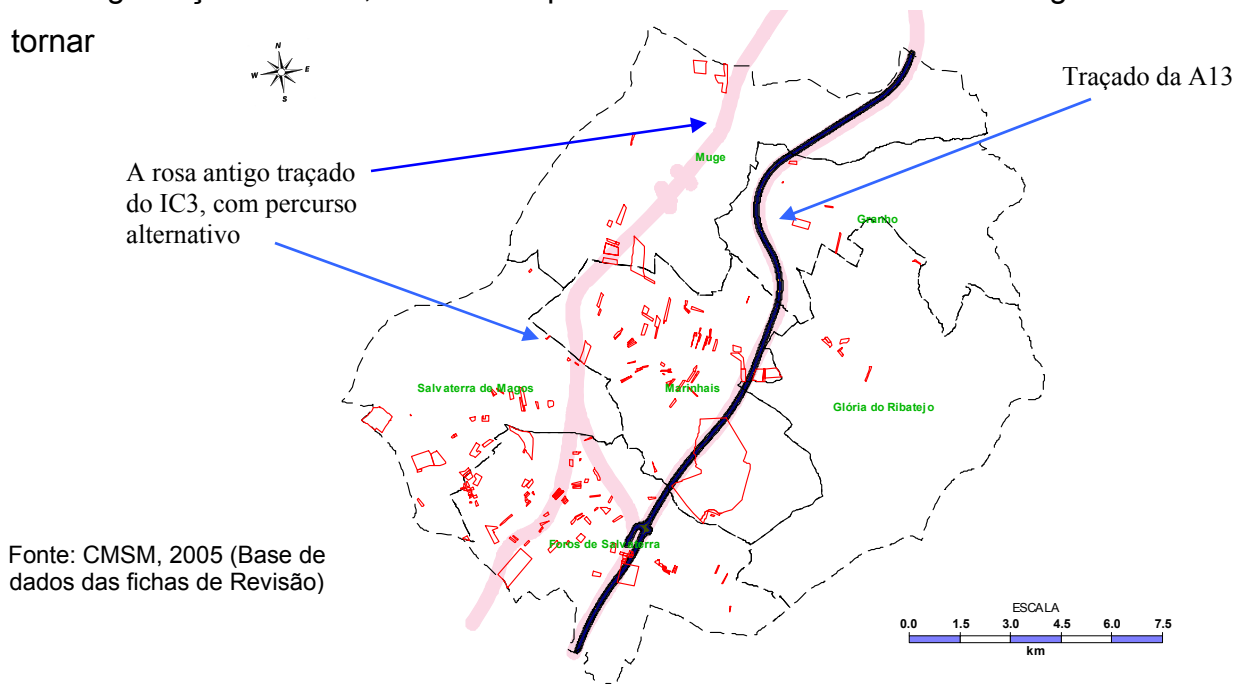
- Redefinição do zonamento do solo urbano (em função do solo comprometido através de operações protagonizadas pela Administração sob a forma de figura de Plano e loteamento, e por outro lado, pelas obras e loteamentos da iniciativa de particulares);
- Graduação/reclassificação do solo – em virtude da baixa fixação de actividades económicas em áreas sem aptidão, pretende-se a graduação do solo urbano de uso industrial para uso e ocupação habitacional (art. 9º do DL 310/2003), para as áreas industriais das freguesias de Glória do Ribatejo (a resolver com a elaboração do plano de pormenor da Biosa) e de Marinhais;
- Definição da localização dos parques de sucata, eventualmente afecta a uma “nova” categoria de espaço de infra-estrutura;
- Tornar mais atraente do ponto de vista económico, social e ambiental, os núcleos urbanos das áreas urbanizadas mistas a preservar das vilas de Salvaterra de Magos e de Muge através da revisão dos coeficientes de ocupação do solo (C.O.S.);
- Estruturar áreas desarticuladas (áreas-problema);
- Redelimitação das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, com a redefinição dos respectivos objectivos programáticos, sendo relevante a identificação das Unidades Programadas, por via de planos ou outras operações urbanísticas eficazes e as Unidades que, pela sua natureza, exijam intervenção planeada a nível inferior ao PDM.

Grupo 2 – Objectivos de índole instrumental:

- Actualizar e corrigir normativas do Plano, nomeadamente: correcções de natureza cartográfica; registar e integrar as alterações do tecido urbano entretanto verificadas, em resultado das operações urbanísticas em curso ou projectadas, e proceder aos correspondentes ajustamentos na forma e no conteúdo do Plano. As principais medidas

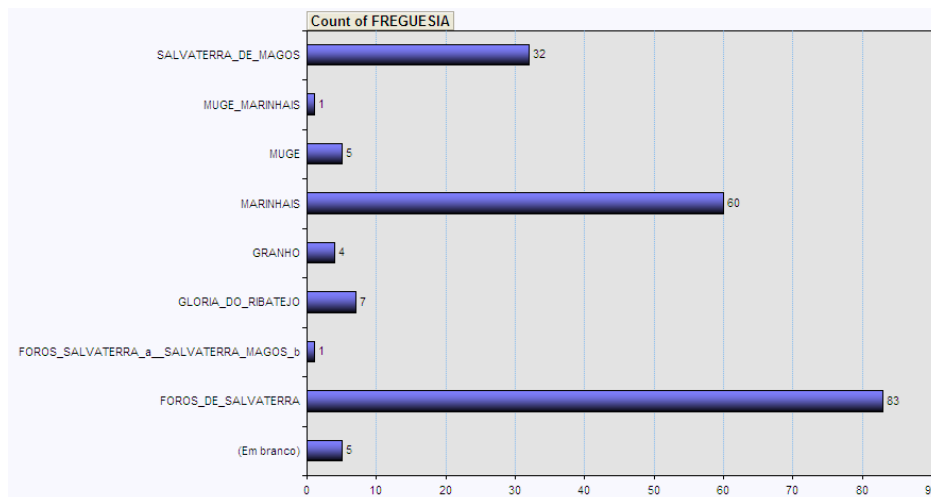
são: a introdução de correcções e acertos do conteúdo desenhado do PDM, que o maior rigor e detalhe da nova cartografia digital permite; eliminação de erros entretanto detectados; actualizações provocadas por desenvolvimentos e compromissos surgidos após a aprovação do PDM.

Tomando como exemplo a questão da servidão administrativa derivada do traçado do antigo traçado do IC3, verifica-se que esta condicionante necessita urgentemente de se tornar



compatível com a realidade. Por este motivo, o grande número de cidadãos titulares e proprietários de parcelas subordinadas àquela condicionante poderão ser ressarcidos dos plenos direitos de propriedade dos solos (ver figura infra sobre os pedidos de revisão). Acresce que do ponto de vista do ordenamento do território o completamento da malha dos perímetros urbanos afectados pelo antigo traçado poderá ocorrer.

Registo de pedidos de Revisão, por Freguesia, Julho de 2005



Fonte: CMSM, 2005 (Base de dados das fichas de Revisão)

A grande maioria dos 200 pedidos de revisão tem como objectivo a passagem a solo urbano, destacando-se de longe a freguesia de Foros de Salvaterra e de Marinhais com maior frequência de ocorrências (Cfr. ilustrado supra⁴).

Através de uma operação de análise espacial onde se intersectou à freguesia os mesmos 200 pedidos de revisão confirma-se igualmente a maior pressão sobre a Administração para o território das freguesias de Marinhais e Foros de Salvaterra.

Quadro n.º 1 – Dimensão areal das pretensões por freguesia

FREGUESIAS	ÁREA (HA)	ÁREA (%)
GRANHO	14.99	1.55
GLORIA DO RIBATEJO	2.84	0.29
FOROS DE SALVATERRA	202.42	20.91
MARINHAIS	537.66	55.54
MUGE	95.81	9.81
SALVATERRA DE MAGOS	114.37	11.81
TOTAL – CONCELHO	968.09	100

Fonte: CMSM, 2005 (Base de dados das fichas de Revisão)

4. Visibilidade como critério de avaliação da Imagem do Plano junto dos Municípes⁵

O planeamento engloba, para além das dimensões científica e técnica, as dimensões social e política. Neste sentido, defende-se que uma das potencialidades do planeamento passa pelos processos de participação, particularmente nas fases de formulação de políticas através da articulação de interesses entre os diversos agentes sociais e económicos envolvidos, motivo pelo qual se reserva bastante importância aos inquéritos de opinião, na medida em que traduzem a dimensão social do território concelhio.

O Plano Director Municipal de Salvaterra de Magos foi elaborado e aprovado de acordo com a filosofia de D.L. 69/90, de 2 de Março. Segundo o art.º 9 do referido diploma, o PDM estabelece uma estrutura espacial para o território do Município, a classificação de

⁴ O número de pedidos de revisão registados na base de dados difere do número de delimitações no mapa devido à duplicação de delimitações por parte dos requerentes.

⁵ Baseado nos inquéritos de opinião realizados em 2004/ Realizado pela DUP – Divisão de Urbanismo e Planeamento da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos

solos e os índices urbanísticos, tendo em conta os objectivos de desenvolvimento, a distribuição racional das actividades económicas, as carências habitacionais, os equipamentos, as redes de transportes e de comunicações e as infra-estruturas. Nesta sequência, tendo o D.L. 69/90, de 2 de Março sido revogado pelo D.L. 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações do D.L. 310/03, de 10 de Dezembro, o qual define o Plano Director Municipal como um modelo de organização municipal do território baseado em determinados aspectos, destacando-se as seguintes alíneas:

- “ (...) b) A definição e caracterização da área de intervenção, identificando as redes urbana, viária, de transportes e de equipamentos de educação, de saúde, de abastecimento público e de segurança, bem como os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, depósito e tratamento de resíduos;
- c) A definição dos sistemas de protecção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais, identificando a estrutura ecológica municipal;
- f) A identificação das áreas e a definição de estratégias de localização, distribuição e desenvolvimento das actividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;
- i) A definição de programas na área habitacional; (...)”

Tendo sido realizado um inquérito no âmbito da elaboração do Ante-Projecto do Plano Estratégico do Concelho de Salvaterra de Magos, composto por uma amostragem de 291 inquéritos para um universo de 20.161 indivíduos (Censos 2001), apuraram-se os seguintes resultados, cujo conteúdo se relaciona directamente com as alíneas do enquadramento legal supra mencionado⁶: no que respeita às infra-estruturas de apoio à população, constatou-se que em relação à qualidade da rede eléctrica, esta é considerada de razoável a má, assim como no que respeita à qualidade da rede viária. Quanto à rede de equipamentos de ensino, a população considera que estes apresentam uma qualidade de razoável a boa. Já no que refere aos equipamentos de saúde existentes no concelho, a maioria é da opinião que os equipamentos são de má a razoável qualidade (o que não depende directamente da autarquia). No que concerne à qualidade do ambiente e recursos naturais, os inquiridos classificaram-na como sendo razoável a boa. Relativamente às actividades sócio-culturais, os resultados obtidos revelam que a opinião dos inquiridos varia entre a razoável a má. Já no que respeita ao abastecimento alimentar público e ao

abastecimento não alimentar público, a população avalia como razoável a bom. No domínio da habitação, a população inquirida avaliou a oferta de habitação para arrendamento ou compra como razoável; relativamente à oferta de habitação social classificou como má e, por último, a oferta de terrenos para habitação considerou como razoável.

Quadro 2 – Visibilidade do Plano perante os munícipes

Indicadores de Qualidade de Vida	Má		Razoável		Boa		Muito Boa		Não sabe			
	Total parcial	%	Total parcial	%	Total parcial	%	Total parcial	%	Total parcial	%	Total	%
Rede eléctrica	192	23	433	51	173	20	16	2	31	4	845	100
Rede viária	282	35	387	46	110	13	4	0	48	6	841	100
Rede de equipamentos escolares	243	17	645	46	337	24	19	1	157	11	1401	100
Rede de equipamentos de Saúde	363	43	349	41	109	13	5	1	28	3	854	100
Ambiente e recursos naturais	389	23	701	41	455	27	64	4	85	5	1694	100
Actividades Sócio-culturais	394	35	491	44	90	8	16	1	119	11	1110	100
Abastecimento alimentar Público	79	9	396	47	265	31	30	4	74	9	844	100
Abastecimento não alimentar Público	124	15	401	48	162	19	28	3	125	15	840	100
Habitação:												
1-para arrendamento ou compra	55	19	120	42	64	22	8	3	41	14	288	100
2-oferta de habitação social	147	54	62	23	17	6	0	0	44	16	270	100
3-oferta de terrenos para a habitação	77	27	94	33	48	17	20	7	42	15	281	100

Fonte: Inquéritos de opinião realizados em 2004/ Realizado pela DUP – Divisão de Urbanismo e Planeamento da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos

5 – AVALIAÇÃO DO PLANO: ANÁLISE SECTORIAL

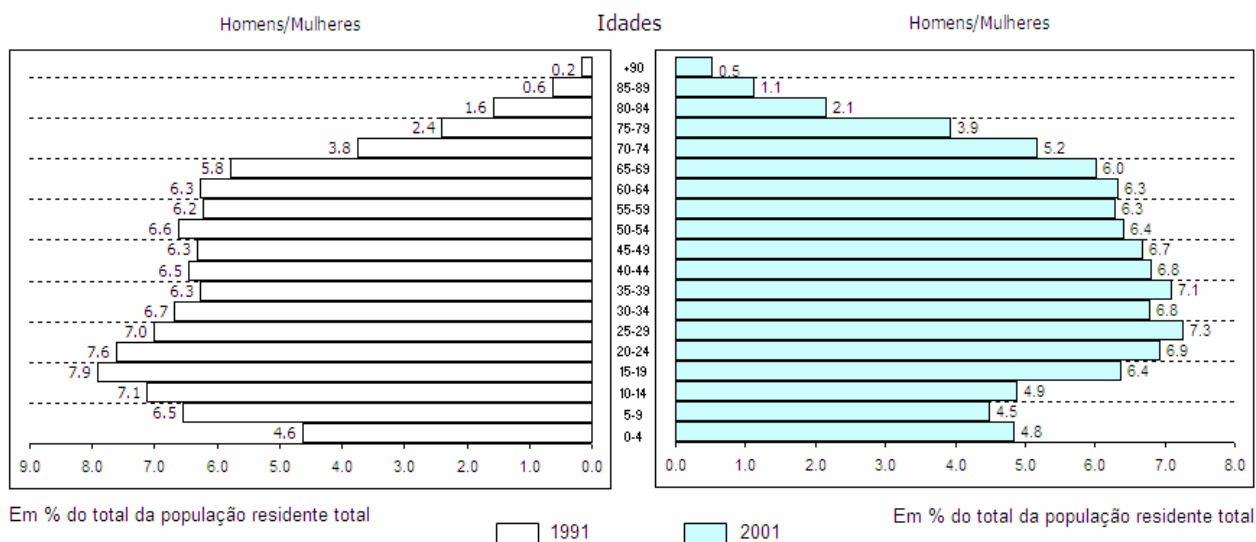
5.1 - Demografia e Povoamento

Através dos dados definitivos do Censos de 2001, constata-se que a população residente no concelho de Salvaterra de Magos pouco ultrapassa os 20.000 habitantes, concretamente 20.161 habitantes.

A pirâmide etária infra demonstra o crescimento desigual da estrutura etária da população no concelho, onde se verifica um duplo “envelhecimento” populacional tanto na base como no topo da pirâmide.

⁶ Como é sabido, o PDM define um programa de execução sectorial. Esta abordagem é uma forma de obter o “feedback” dos munícipes em relação aos projectos estipulados no Vol. II do PDMSM.

Salvaterra de Magos, 1991-2001



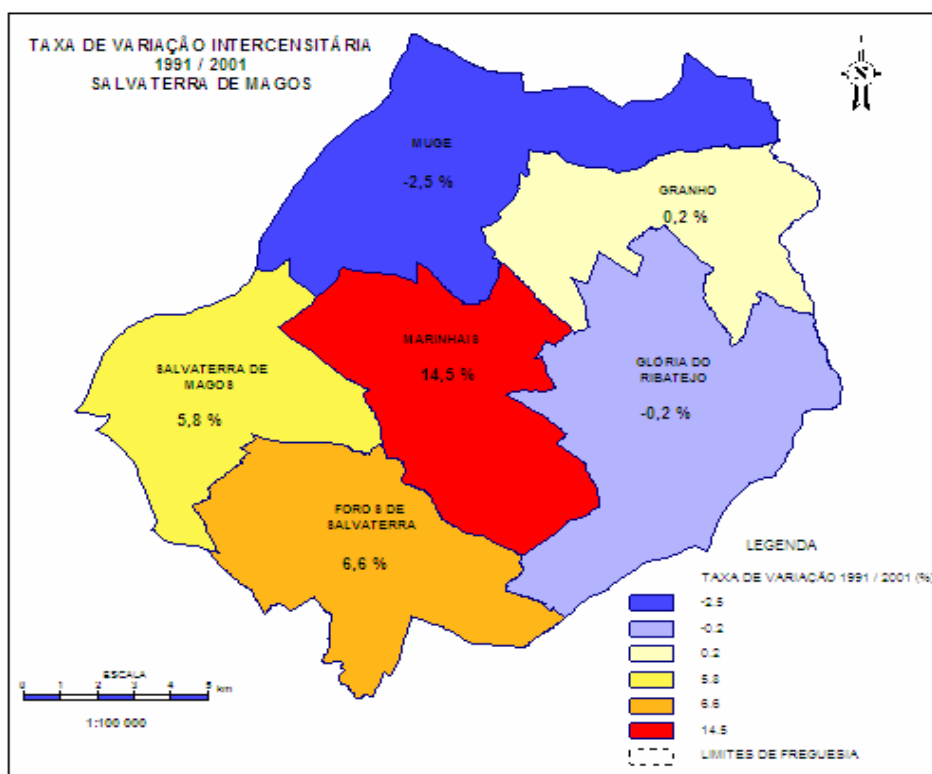
Quadro n.º 3 – Evolução da população, 1930 – 2001

Freguesias	TEMPO							
	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2001
Glória do Ribatejo					3235	3675	3435	3427
Marinhais	3290	3782	4100	4553	4320	4717	4777	5469
Muge	3039	4158	4815	5546	2250	2198	1293	1261
Salvaterra de Magos	5169	5622	6383	6867	6410	8372	4843	5123
Foros de Salvaterra							3769	4017
Granho							862	864
TOTAL	11498	13562	15298	16966	16215	18962	18979	20161

Fonte dos dados: <http://www.ine.pt>, Censos, 2001; AMLT, 2000

Na elaboração do PDMSM, foram feitas estimativas para o horizonte de 2002, que previam um total de 20.000 habitantes. Na década de 90 o concelho ultrapassa a fasquia dos 20.000 habitantes, registando um crescimento de 6,23% em relação à população residente em 1991 (18.979 hab.).

Em termos absolutos as freguesias que mais cresceram foram Marinhais e Salvaterra de Magos, com 692 e 280 respectivamente. As freguesias que registaram maiores percas no efectivo populacional foram Muge e Glória do Ribatejo, com decréscimos de 32 e 8 habitantes respectivamente.



Ao nível interno, Marinhaes configura-se como a freguesia mais populosa (5469 hab.), ultrapassando nesta última década a freguesia de Salvaterra de Magos (5123 hab.). Salienta-se que as freguesias mais populosas são as que mais crescem no período censitário (Cfr. figura), correspondendo também às que possuem maiores áreas urbanas do concelho e as que melhores acessibilidades têm em relação à área metropolitana de Lisboa (A.M.L.). As estimativas demográficas contidas no PDMSM, revelam a este nível algumas discrepâncias em relação aos resultados do Censos de 2001. No tocante às orientações contidas no PDM, estas prevêm na generalidade acréscimos populacionais nestas freguesias, no entanto, não propõem mecanismos que permitam equilibrar a distribuição da expansão urbana, pelo contrário acentuam-no disponibilizando mais solo urbano nas freguesias mais expansivas. A evolução inter-censitária⁷, vide quadro 2, em particular do último decénio, demonstra que o crescimento populacional foi positivo nas freguesias de Marinhaes, aprox. 15% (crescimento mais elevado), Foros de Salvaterra, 6,6%, Salvaterra de Magos, 5,8%, e Granho, 0,2%. Muge regrediu mais que Glória do Ribatejo, com -2,5% e -0,2% respectivamente.

⁷ Taxa de Crescimento Total/variação Intercensitária: $TCT = (P_n - P_0) / P_0 * 100$

Quadro n.º 4 – Evolução intercensitária da população, 1930 – 2001

Freguesias	Tempo						
	1930-40	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80	1980-91	1991-01
Glória do Ribatejo					13.6	-6.5	-0.2
Marinhais	15.0	8.4	11.0	-5.1	9.2	1.3	14.5
Muge	36.8	15.8	15.2	-39.4	-2.3	-2.5	-2.5
Salvaterra de Magos	8.8	13.5	7.6	-6.7	30.6	-42.2	5.8
Foros de Salvaterra							6.6
Granho							0.2

Fonte dos dados: <http://www.ine.pt>, Censos, 2001; AMLT, 2000

Por outro lado o número total de famílias aumentou 12% na última década, o aumento registou-se em todas as freguesias do concelho, no entanto apenas Marinhais (18,3%) regista um valor superior ao da média do concelho. No outro extremo encontram-se Muge e Granho com aumentos de 5,9% e 3% respectivamente.

Quanto à dimensão média da família o concelho de Salvaterra de Magos acompanhou a tendência registada a nível nacional, ou seja, registou uma diminuição do número de indivíduos que compõem o agregado familiar. Este fenómeno é explicado não só mas sobretudo, pelo aumento dos índices de longevidade e de envelhecimento, resultando num aumento do número de idosos, que em muitos casos vivem sós e pela diminuição da natalidade, o que provoca um decréscimo no número de filhos por casal, logo, “encolhendo” a dimensão da família.

Quadro n.º 5 – Dimensão Média da Família

Freguesias	1991	2001
Glória do Ribatejo	3.16	2.85
Marinhais	2.89	2.80
Muge	2.93	2.69
Salvaterra de Magos	2.99	2.85
Foros de Salvaterra	2.98	2.88
Granho	2.86	2.79
Concelho	2.98	2.83

Fonte: INE, 2001

Salientam-se os valores obtidos por Muge onde a família tem menor dimensão o que de grosso modo corresponde à freguesia mais envelhecida do concelho.

Quadro n.º 6 – Índice de envelhecimento

Freguesia	Índice de Envelhecimento
Glória do Ribatejo	167,2
Marinhais	143,2
Muge	189,0
Salvaterra de Magos	143,1
Foros de Salvaterra	111,9
Granho	156,5

Fonte: INE censos 2001

No futuro deverá existir uma preocupação com a distribuição sustentável da população pelo território concelhio, devendo esta nortear os futuros Planos Municipais de Ordenamento do Território (P.M.O.T.). A ocupação do território disponível do concelho deverá ser cuidadosamente planeada, entre a protecção e valorização do património natural e cultural (arquitectónico e arqueológico) e a necessidade de desenvolvimento e qualificação do espaço urbano e rural.

O actual P.D.M. não conseguiu equilibrar as tendências de desenvolvimento urbano que já se verificavam no momento da sua realização, porém, permitiu um desenvolvimento populacional sustentado. O desafio demográfico para esta década é o de conseguir um aumento sustentável do efectivo populacional, sobretudo à custa das migrações visto, que o saldo natural, diferença entre o número de nascimentos e o número de óbitos é negativo. Porém, este crescimento deverá ser na medida do possível o mais homogéneo entre as várias freguesias do concelho, não se devendo cair na tentação de abrir o concelho a processos de suburbanização que já se verificam noutros concelhos limítrofes ao nosso.

5.2 – Habitação

A evolução da construção destinada à habitação constitui um indicador importante na análise da dinâmica de transformação de um território, retratando também o grau de atractividade desse mesmo território sobre as pessoas e actividades. Neste último decénio o concelho de Salvaterra de Magos registou um acréscimo de 15,75% do número de alojamentos, ou seja, mais 1288 alojamentos do que em 1991. A repartição territorial não foi homogénea em todas as freguesias, à semelhança do indicador população, embora

todas registassem aumentos. As duas freguesias que registaram taxas de variação mais elevadas foram as freguesias de Marinhais e dos Foros de Salvaterra 22,22% e 18,94% respectivamente.

Quadro n.º 7 – Alojamentos: Variação 1991-2001 nas Freguesias do Concelho de Salvaterra de Magos

Freguesias	Alojamentos 1991	Alojamentos 2001	Variação 1991/2001	Taxa de Variação
Glória do Ribatejo	1207	1386	179	14.83%
Marinhais	2187	2673	486	22.22%
Muge	639	715	76	11.89%
Salvaterra de Magos	2205	2419	214	9.71%
Foros de Salvaterra	1547	1840	293	18.94%
Granho	376	416	40	10.64%
Concelho	8161	9449	1288	15.78%

Fonte: INE

Os 9449 alojamentos recenseados em 2001, localizam-se em 8770 edifícios, ou seja em média e no concelho os edifícios têm 1,07 alojamentos, o que traduz inequivocamente o modo de ocupação unifamiliar dos edifícios, média esta que não apresenta variações significativas entre as freguesias, apenas a freguesia de Salvaterra de Magos (1,2 aloj/edif) regista um valor um pouco superior à média concelhia, registando as outras freguesias oscilações entre os 1,01 e os 1,04 alojamentos por edifício.

Quadro n.º 8 – Edifícios: Variação 1981-2001 nas Freguesias do Concelho de Salvaterra de Magos

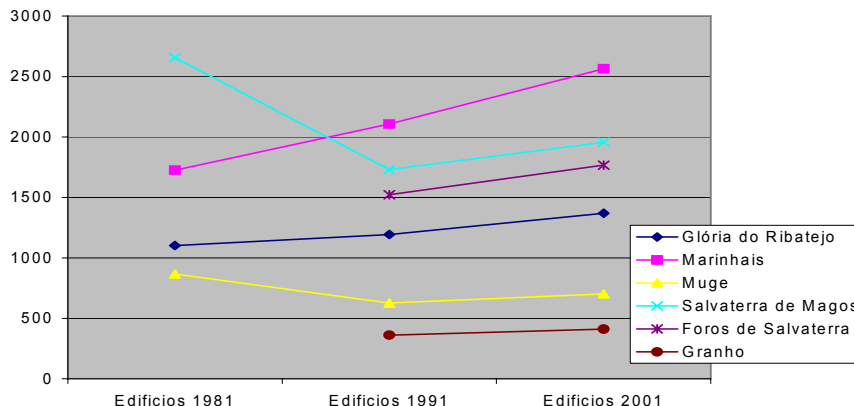
Freguesias	Edifícios 1981	Edifícios 1991	Edifícios 2001	Variação 1991/2001	Tx Variação
Glória do Ribatejo	1102	1193	1369	176	14.75%
Marinhais	1724	2106	2564	458	21.75%
Muge	866*	627	702	75	11.96%
Salvaterra de Magos	2655**	1730	1957	227	13.12%
Foros de Salvaterra		1521	1767	246	16.17%
Granho		360	411	51	14.17%
Concelho	6347	7537	8770	1233	16.36%

* Freguesia de Muge inclui Freguesia do Granho

** Freguesia de Salvaterra de Magos inclui Freguesia dos Foros de Salvaterra

Fonte: INE

Edifícios por Freguesias 1981-2001

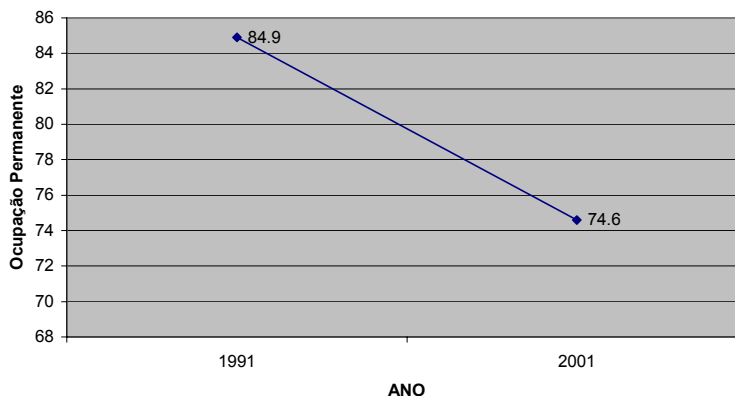


Em relação ao número de pavimentos por edifício verifica-se que 97,7% dos edifícios existentes têm 1 ou 2 pavimentos, configurando um parque habitacional maioritariamente composto por “vivendas”. No entanto é de salientar o “crescimento” em altura que já se verifica na freguesia de Salvaterra de Magos 8,3% dos edifícios já têm entre 3 e 4 pavimentos.

Quadro n.º 9 – Total de Edifícios por Número de Pavimentos nas Freguesias do Concelho de Salvaterra de Magos 2001

Freguesias/ N.º Pavimentos	1-2	3-4	>4	Total
Glória do Ribatejo	1361	8	0	1369
Marinhais	2546	17	1	2564
Muge	701	1	0	702
Salvaterra de Magos	1787	162	8	1957
Foros de Salvaterra	1767	0	0	1767
Granho	410	1	0	411
Concelho	8572	189	9	8770

Fonte: I.N.E.

Proporção de alojamentos com ocupação permanente
Evolução 1991/2001


Cerca de 25% dos alojamentos existentes não têm ocupação permanente, sendo alojamentos de residência não habitual, segunda residência ou residência de férias ou estando vagos, esta proporção aumentou no período censitário 1991-2001. A nível interno verificamos que a freguesia que possui uma maior proporção de edifícios com ocupação permanente é Glória do Ribatejo (86,6%). As restantes freguesias apresentam valores próximos dos obtidos pelo concelho, exceptuando-se deste grupo a freguesia de Muge com um valor de 64,4%. No entanto se retirarmos ao total de alojamentos os alojamentos que se encontram vagos os valores diferem um pouco, dos atrás referidos. Deste modo a proporção de alojamentos com ocupação permanente ascende aos 83,1%.

Quadro n.º 10 – Total de Alojamentos Vs. Alojamentos com Ocupação Permanente

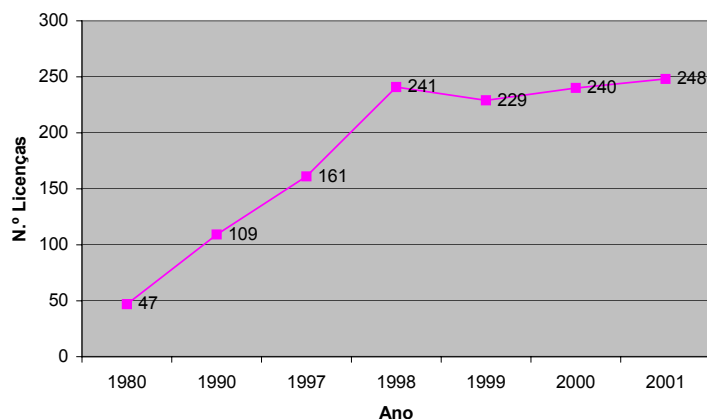
Freguesia	Total Alojamentos	Alojamentos Oc. Permanente	Alojamentos Vagos	Total Alojamentos não Vagos	Proporção Aloj. Oc. Permanente
Glória do Ribatejo	1389	1203	131	1258	95.6%
Marinhais	2685	1944	213	2472	78.6%
Muge	724	466	135	589	79.1%
Salvaterra de Magos	2436	1786	210	2226	80.2%
Foros de Salvaterra	1860	1394	205	1655	84.2%
Granho	416	310	73	343	90.4%
Concelho	9510	7103	967	8543	83.1%

Fonte: INE

Também o número de licenças concedidas para construções novas pela Câmara Municipal de Salvaterra de Magos (C.M.S.M.) no último decénio quase que triplicou, das 109 licenças concedidas em 1990 passou-se para 248 licenças em 2001.

No entanto desde 1998 que se tem registado uma certa estagnação no número de licenças concedidas.

Licenças Concedidas pela C.M.S.M. para Construções Novas



Fonte: INE

Registaram-se também significativos melhoramentos ao nível das infraestruturas básicas, principalmente nos alojamentos servidos por rede pública de abastecimento de água e de saneamento básico.

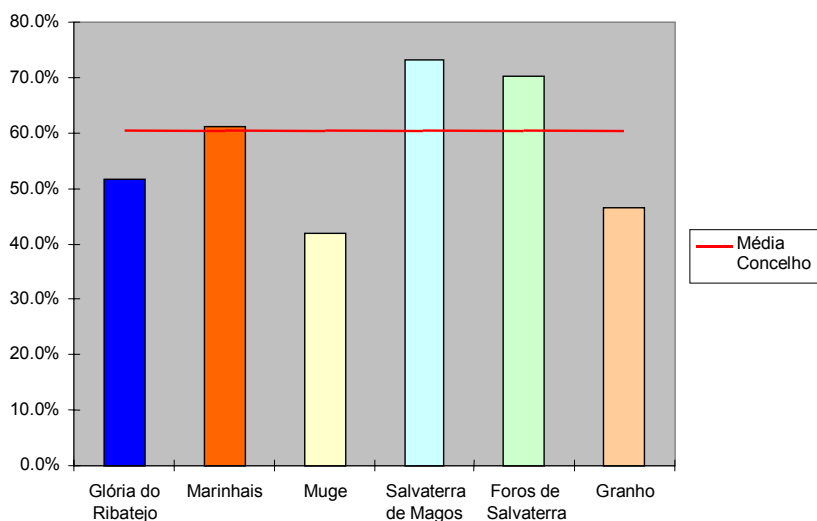
Quadro n.º 11 – Evolução das Infraestruturas

Infra-estruturas	1991	2001
Água Canalizada	84.40%	97.40%
Electricidade	97.10%	99.50%
Instalações Sanitárias	87.10%	93.30%

Fonte: INE

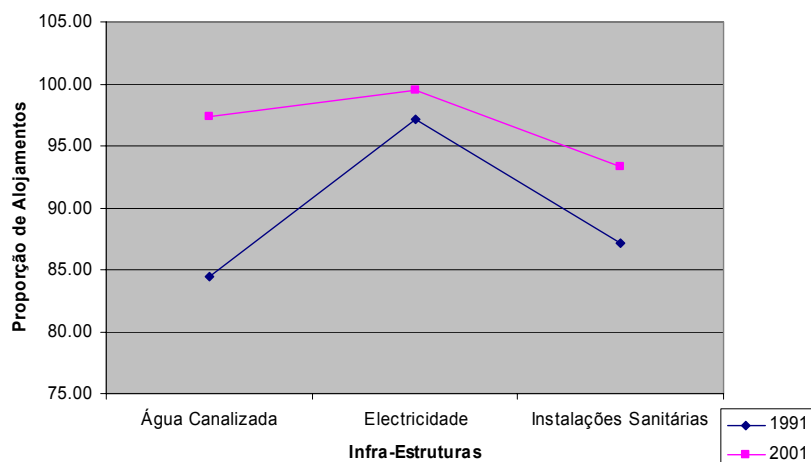
Quanto ao estado de conservação, constata-se que 88,7% dos edifícios está bem ou razoavelmente conservado e que apenas 7,8% estão em mau estado de conservação.

Proporção de Edifícios em Bom estado de Conservação 2002/2003

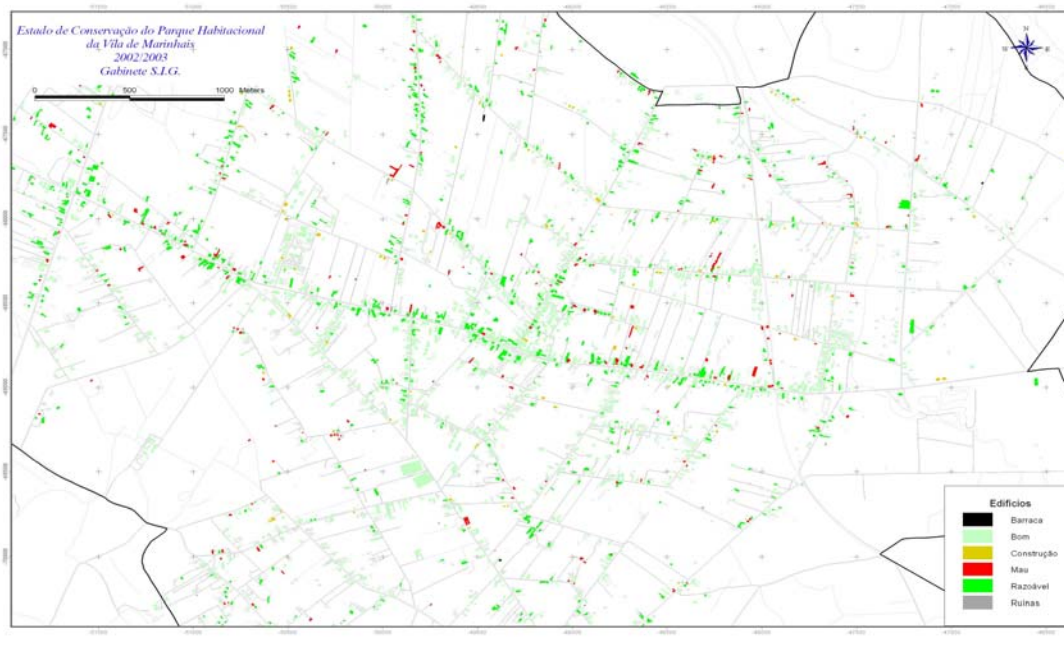


Fonte: DUP/CMSM

Proporção de alojamentos servidos por infra-estruturas no Concelho 1991-2001



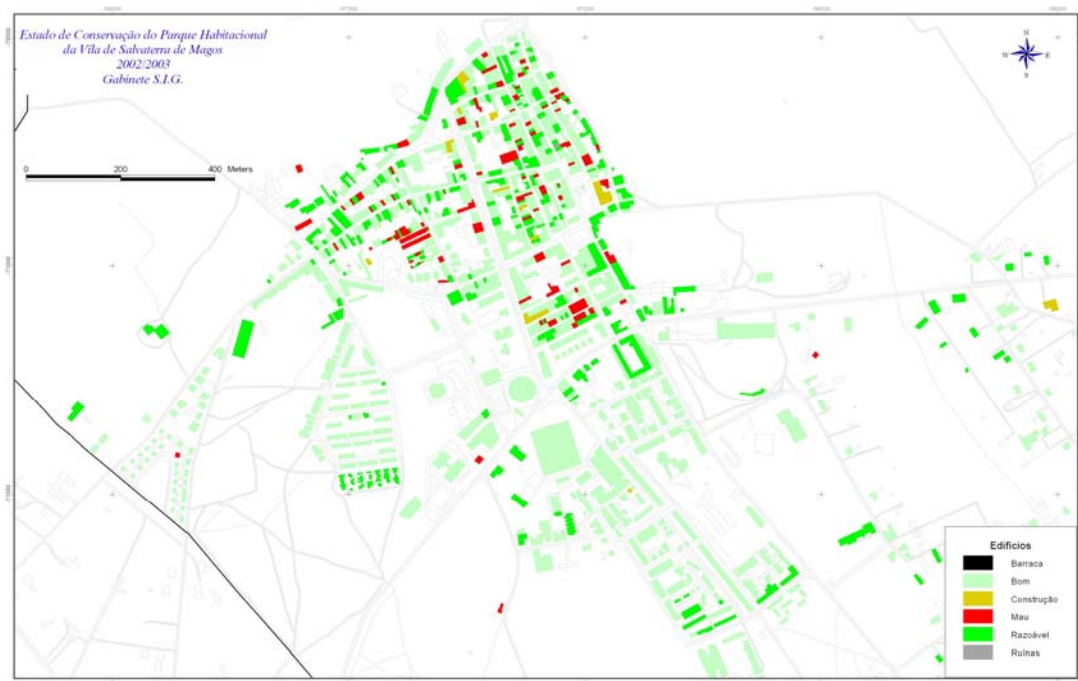
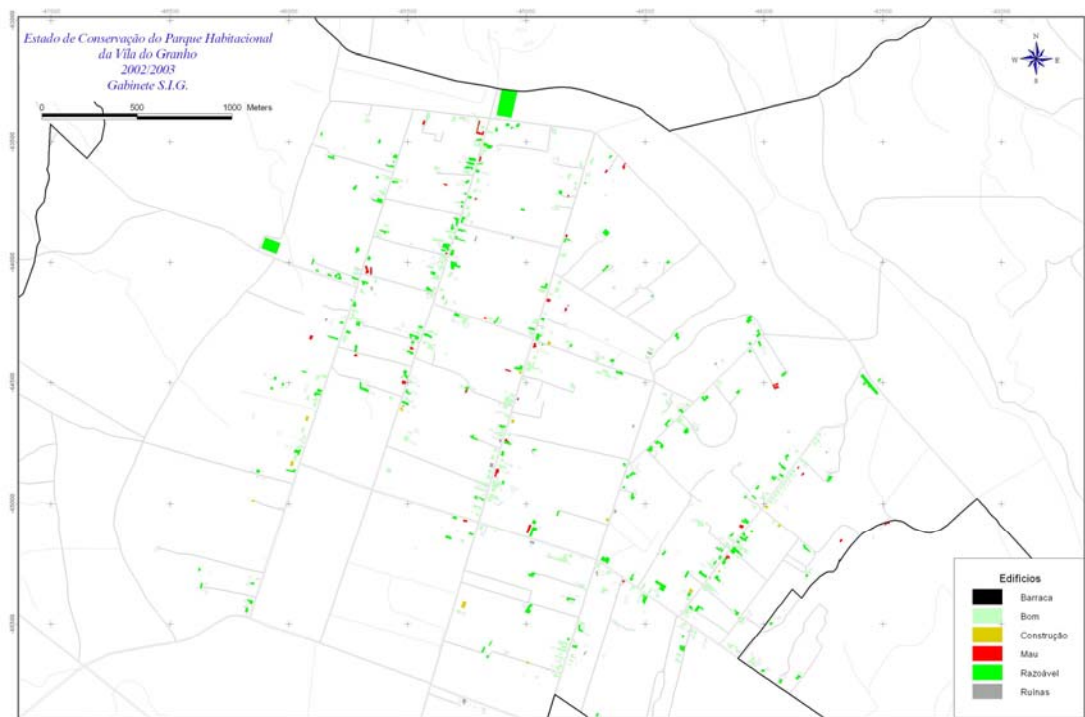
No extremo oposto, encontram-se as freguesias de Muge (14,7%), Glória do Ribatejo (9,1%) e Granho (7,9%), que apresentam proporções do parque habitacional mais degradado.

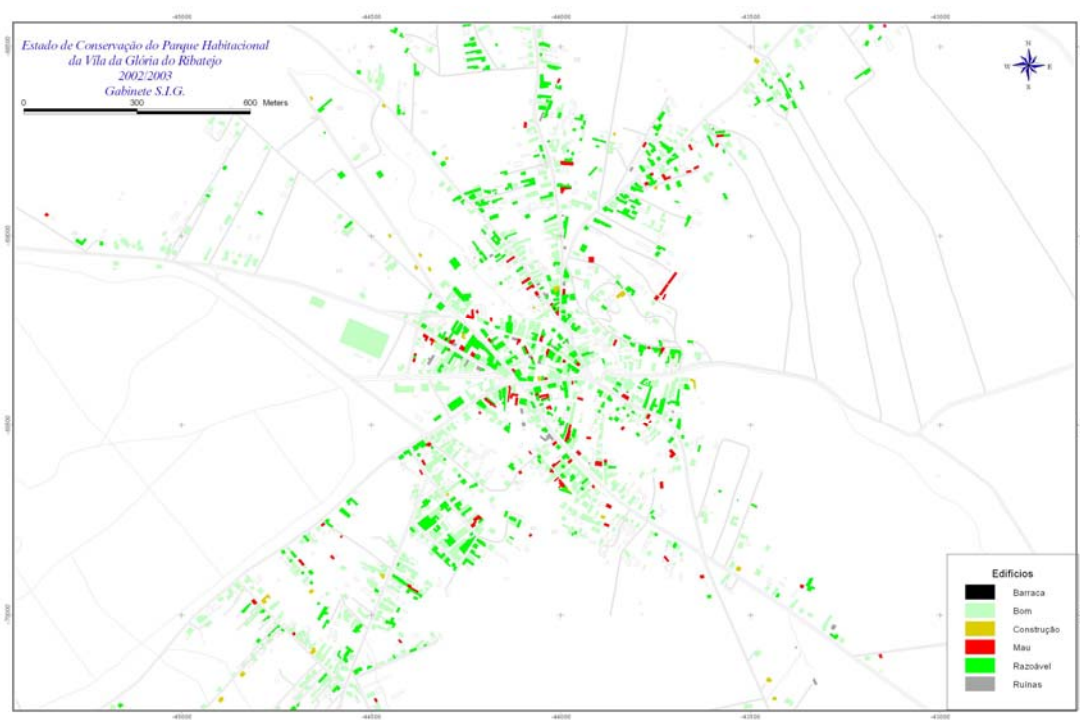
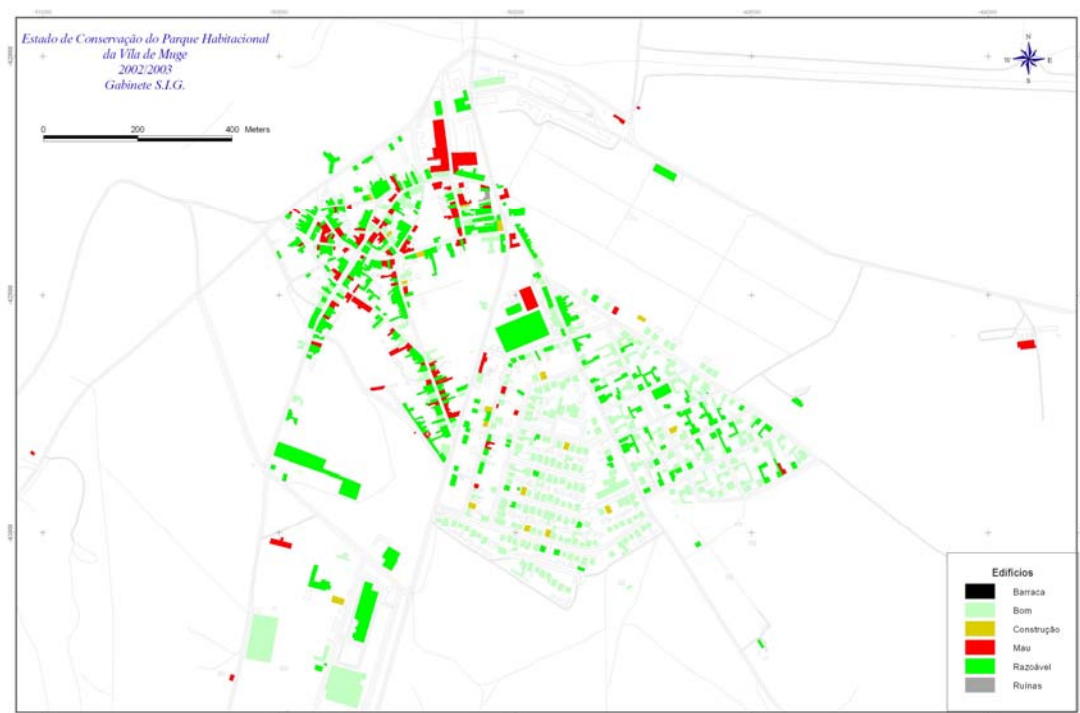


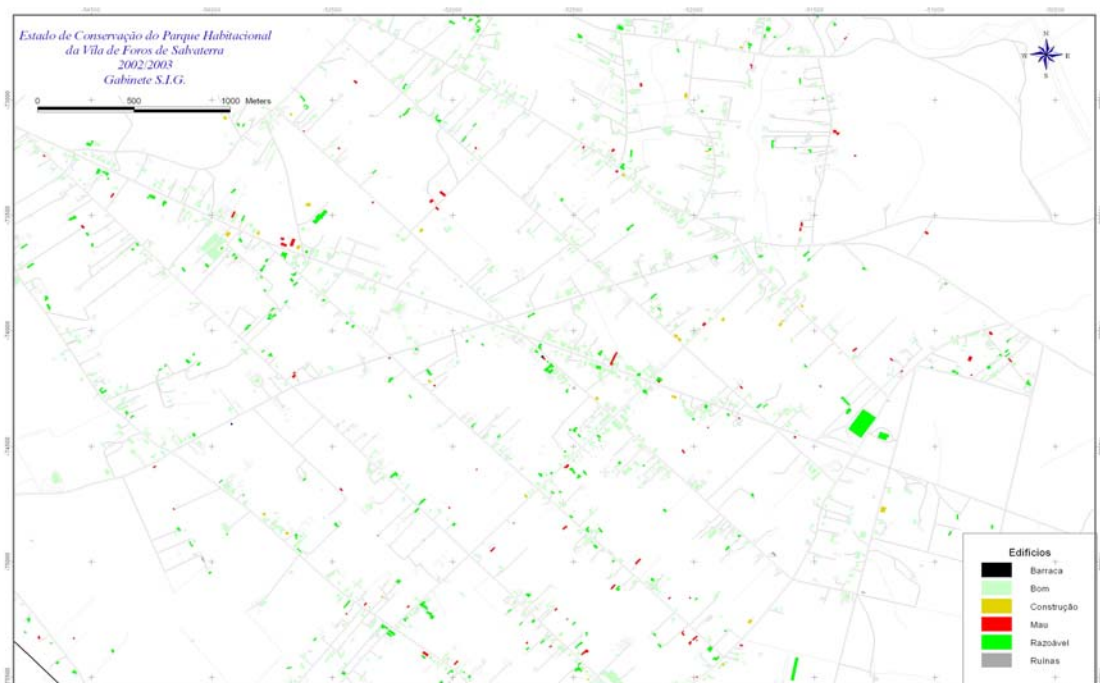
Fonte: DUP/CMSM

Numa escala de análise mais aprofundada denotam-se assimetrias internas. As freguesias de Salvaterra de Magos (73,2%), Foros de Salvaterra (70,2%) e Marinhais (61,1%) são as que apresentam parques habitacionais em melhor estado de conservação.

Salienta-se que 3,7% dos edifícios se encontram devolutos, com especial relevo para a freguesia de Muge.







Neste último decénio a densidade habitacional, ou seja, o número de edifícios por hectare também sofreu acréscimos.

Quadro n.º 12 – Densidade Habitacional nas Freguesias do Concelho de Salvaterra de Magos (Edifícios por Hectare) 1991- 2001

Freguesias	1991	2001
Glória do Ribatejo	0.23	0.26
Marinhais	0.55	0.67
Muge	0.13	0.15
Salvaterra de Magos	0.67	0.73
Foros de Salvaterra	0.40	0.47
Granho	0.12	0.14
Concelho	0.33	0.39

Fonte: INE/DUP/CMSM

Denota-se uma maior concentração nas freguesias mais populosas e urbanas de Salvaterra de Magos e Marinhais, num segundo nível a freguesia dos Foros de Salvaterra e num terceiro e último nível as restantes freguesias.

No tocante aos tipos de uso dado aos alojamentos, aproximadamente 90,00% dos edifícios possuíam alojamentos exclusivamente residenciais, valor homogéneo em todas as freguesias excepto na freguesia de Salvaterra de Magos, que regista 16,5% dos edifícios já com alojamentos não exclusivamente residenciais.

Quadro n.º 13 – Edifícios segundo o tipo de alojamentos em 2002/2003

Unidades Territoriais	Exclusivamente Residenciais	Principalmente Residenciais	Outras Funções
Concelho	89.6%	4.1%	6.3%
Glória do Ribatejo	91.7%	3.9%	4.3%
Marinhais	90.8%	4.2%	5.0%
Muge	87.3%	2.3%	10.5%
Salvaterra de Magos	83.5%	6.8%	9.7%
Foros de Salvaterra	92.2%	2.6%	5.2%
Granho	93.4%	1.5%	5.0%

Fonte: DUP/CMSM

No domínio da habitação é necessário que a CMSM, através dos mecanismos vigentes de ordenamento e urbanismo proceda a uma ocupação do território de forma ordenada e homogénea, objectivando deste modo uma edificação de qualidade não massificada.

Compete à CMSM elaborar os planos necessários com vista a salvaguardar, dinamizar e rentabilizar os núcleos históricos e o seu vasto património, bem como as áreas em que o edificado se encontra em mau estado de conservação. É fundamental e possível compatibilizar a salvaguarda do passado com as exigências do presente e do futuro.

Será necessário que o concelho assegure um crescimento sustentável mas que consiga também conter todas as pressões urbanísticas que sofra ou venha a sofrer. Importa pois distinguir e afirmar o concelho num quadro de excelência, privilegiando a “qualidade em detrimento da quantidade”, designadamente no que se refere à construção. A compra da habitação será determinada não pelo seu baixo preço mas sim pela sua qualidade e pela excelência do seu envolvimento natural.

Não será uma opção fácil de manter, pois o concelho sofre e irá sofrer cada vez maiores pressões urbanísticas (com origem na AML), no entanto, o concelho pode avaliar em concelhos limítrofes os impactes muito negativos, criados por opções erradas de desenvolvimento.

5.3 - Infra-estruturas Urbanas

5.3.1 - Abastecimento de água: Consumos e rede

O concelho tem uma taxa de cobertura por rede de abastecimento público de 97,4%.

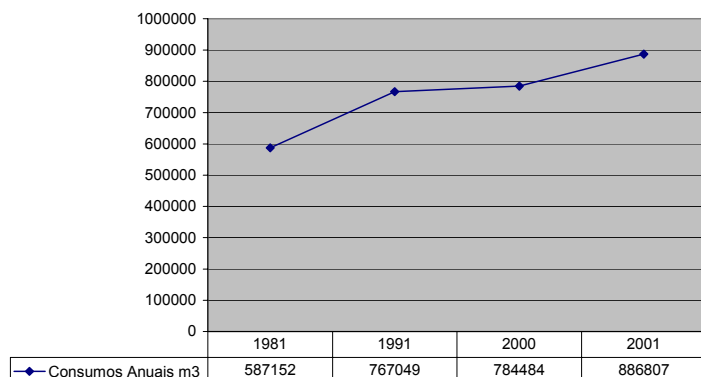
Quadro n.º 14 – População servida, extensão e tipologia da rede de abastecimento de água no Concelho de Salvaterra de Magos 2002

Sub-Sistemas de Abastecimento de Água	População Servida	Extensão Total (mt)	Extensão Instalada Após 1995	Proporção Após 1995
Glória do Ribatejo	3182	34725.6	4294.8	12.37%
Marinhais	5575	81579	7897.9	9.68%
Muge	1191	14835.3	3673	24.76%
Salvaterra de Magos	4663	35800.3	15509.4	43.32%
Foros de Salvaterra	3575	62028.3	42320.9	68.23%
Granho	862	14982.4	1821.9	12.16%
Várzea Fresca / Granho Novo	603	13044.3	7413.5	56.83%
Vale Queimado / Arneiro da Preta	237	16116.2	16116.2	100.00%
Porto Sabugueiro	64	578.6	0	0.00%
Concelho	19952	273690	99047.6	36.19%

Fonte: DUP/DOMSU/CMSM

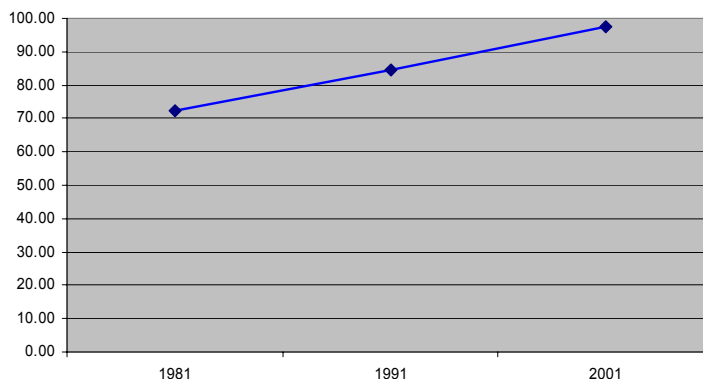
Actualmente existem nove subsistemas de abastecimento de água. A rede de abastecimento tem uma extensão total de 273,7Km, dos quais 99Km foram colocados após 1995.

Volume de água consumida no Concelho de Salvaterra de Magos 1981-2002



Fonte: DOMSU/CMSM

População Residente em Lugares Servida por Rede Pública de Água



Fonte: INE

Em 2001 registou-se um consumo de 886.807 m³, mais 119.758M³ do que em 1991. Este consumo corresponde a uma capitação aproximada de 43,98M³/hab./ano, ou seja, 120,5l/hab./dia, valor este que quase duplica a capitação diária observada em 1981 (76,71l/hab./dia).

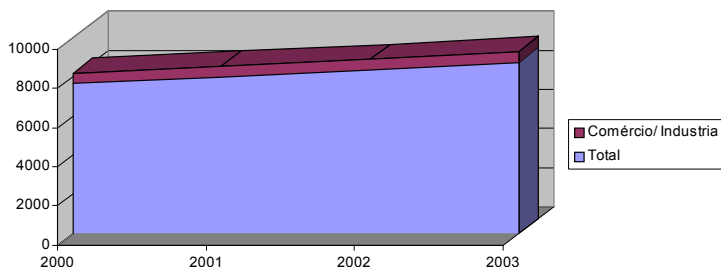
O consumo continua a ser esmagadoramente doméstico, de um universo de 19.952 consumidores.

A proporção de consumidores não domésticos não tem sofrido alterações recentes cifrando-se em aproximadamente 7% do total de consumidores.

O número de consumidores aumentou entre 2000 e 2003 em 13,3%, o que corresponde a um total de mais 1022, dos quais 920 domésticos e 102 de outros sectores.

A captação de água passou a ser efectuada a partir de um maior número de furos: de 10 furos – assegurando 229 l/s (em 1993) passou-se para 16 furos existentes que garantem uma captação de 356 l/s.

Estrutura de clientes em 2003



Quadro n.º 15 – Saneamento – Abastecimento de Água

Sub-Sistemas de Abastecimento de Água	Relatório do P.D.M. 7/1993	2005	
	Capacidade de Reservatórios M3	Capacidade Reservatórios M3	Ano final de construção
Glória do Ribatejo / Cocharro (3)	150	200	1975
	200	500	1975
	70	500	1975
Marinhais	Sem Reservatório	400	1994
Muge	200	350	1979
Salvaterra de Magos (2 públicos, 1 privado)	300	250 (Púb.)	1951
		450 (Púb.)	2001
		400 (Priv.)	2004
Foros de Salvaterra	Sem Reservatório	400	2005
Granho	Sem Reservatório	Sem Reservatório	-
Várzea Fresca	Sem Reservatório	300	2001
S. Magos / Vale Queimado	Sem Reservatório	300	2001
Porto Sabugueiro	Sem Reservatório	Sem Reservatório	-
Concelho	920	4050 m³	

Fonte: PDMSM/DOMSU/CMSM

Em 1993 data da realização do PDMSM o concelho dispunha de 5 reservatórios de água com uma capacidade total de 920 m³. Procedeu-se ao reforço das reservas estratégicas de água com a construção de 6 depósitos de água:

- I. Reservatório do tipo elevado de Foros de Salvaterra em 2005 (400 m³);
- II. Reservatório do tipo elevado e apoiado de Salvaterra de Magos em 2004 (400 m³) e em 2001 (450 m³) respectivamente;
- III. Reservatório do tipo elevado da Várzea Fresca em 2001 (300 m³);
- IV. Reservatório do tipo elevado Salvaterra de Magos / Vale Queimado em 2001 (300 m³);
- V. Reservatório do tipo elevado de Marinhais em 1994 (400 m³).

Actualmente o concelho possui 12 reservatórios de água, o que corresponde a uma capacidade de 4050 m³/dia. Se por um lado o depósito de água do Granho (300 m³) só se encontra programado, por outro, está parcialmente concluído o subsistema do Cocharro, que individualiza em termos de abastecimento este lugar do subsistema da Glória do Ribatejo, com o já executado furo de captação, e de um reservatório apoiado, projectado, com a capacidade de 300 m³. Estão também previstas obras de remodelação do depósito elevado de Salvaterra de Magos.

Do ponto de vista da avaliação da execução do PDM, em termos de desempenho, considera-se que os projectos propostos e descritos, no Volume II do Relatório do PDMSM, relativos a esta temática, e tendo por base o critério eficácia, considera-se que o grau de realização dos objectivos foi elevado.

5.3.2 - Drenagem e tratamento de águas residuais

Embora a situação da rede de drenagem de águas residuais tenha melhorado substancialmente desde a elaboração do relatório do PDM, esta ainda continua a apresentar algumas deficiências, no entanto, o grau de realização dos objectivos preconizados foi elevado.

Actualmente cerca de 30% da população residente no concelho ainda não está servida por rede de saneamento básico. No entanto, a proporção de população servida aumentou 10%, o que representa um acréscimo de aproximadamente 3000 indivíduos, conseguindo atingir-se níveis de atendimento nas freguesias cobertas acima dos 80%. Ao nível do tratamento dos efluentes em 1993 apenas 5,8% do total produzido era devidamente tratado em estações de tratamento de águas residuais (ETAR) existindo na altura apenas a ETAR de Muge, sendo o efluente não tratado directamente despejado nos cursos de água, actualmente 70,5% do efluente é devidamente tratado em 3 estações de tratamento de águas residuais.

Quadro n.º 16 – Saneamento – Águas residuais

Sub-Sistemas de Drenagem e Tratamento de águas residuais	Relatório do P.D.M. 7/93			2003		
	População Servida	Proporção de população servida	Proporção com ETAR	População Servida 2003	Proporção de população servida	Proporção com ETAR
Glória do Ribatejo	2748	80.0%	0.0%	2864	83.6%	83.6%
Marinhais	2866	60.0%	0.0%	4894	89.5%	89,5%
Muge	1100	85.0%	85.0%	1191	94.4%	94,4%
Salvaterra de Magos	4600	95.0%	0.0%	4773	93.2%	93,2%
Foros de Salvaterra	0	0.0%	0.0%	0	0.0%	0%
Várzea Fresca	0	0.0%	0.0%	488	0.0%	0%
Granho	0	0.0%	0.0%	0	0.0%	0%
Concelho	11314	59.6%	5.8%	13722	70.5%	70,5%

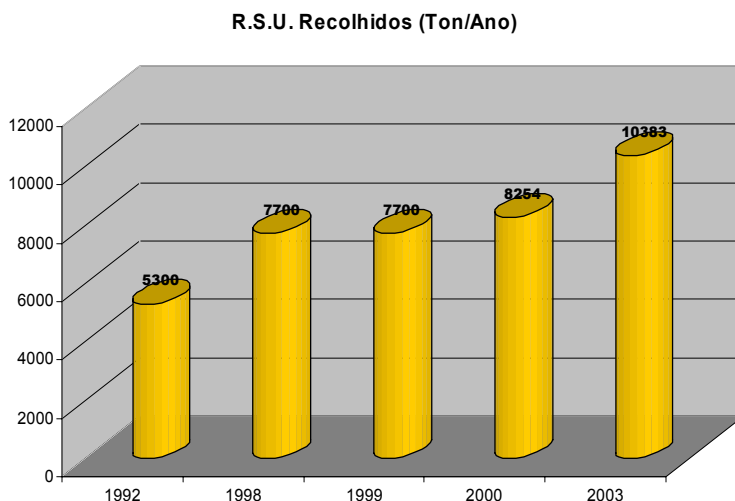
Fonte: PDMSM/DOMSU/CMSM

Neste momento estão previstas toda uma série de construções de infra-estruturas, designadamente as ETAR's da Várzea Fresca, Foros de Salvaterra, Glória do Ribatejo e Granho. Na freguesia de Salvaterra de Magos está prevista a remodelação da rede de modo a convertê-la de unitária a separativa.

A rede de drenagem de águas residuais é ainda composta por 12 estações elevatórias, 21Km de emissários e 122Km de rede em baixa, estando prevista a construção de 10 novas estações elevatórias, a ampliação em 10Km dos emissários e 70Km da rede em baixa, sendo possível deste modo colmatar as lacunas ainda existentes.

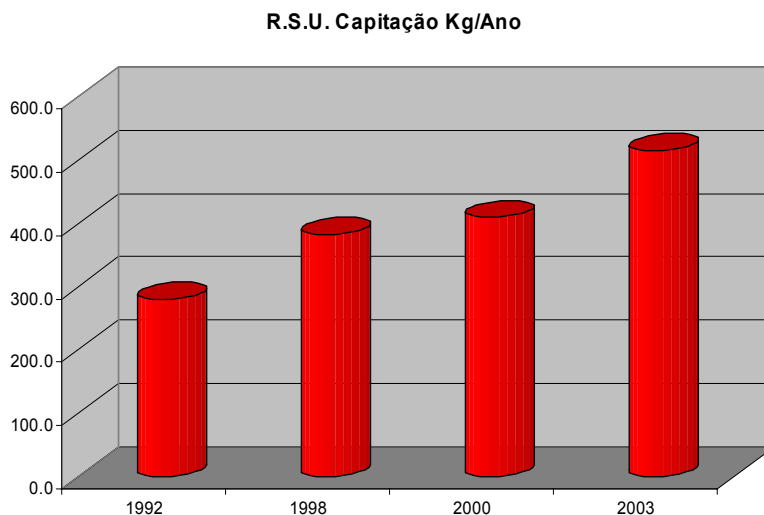
5.3.3 - Recolha de Resíduos Sólidos

Neste domínio foi criada a empresa intermunicipal Resiurb, com o sentido de uma cada vez maior racionalização da produção, do tratamento e do armazenamento do chamado vulgarmente “lixo”. Salvaterra de Magos neste domínio acompanhou a tendência geral dos outros municípios do País, ou seja, tem-se assistido a um acréscimo substancial do total de R.S.U., produzidos. Neste decénio o concelho registou uma taxa de variação de 96%, ou seja, em 1992 foram produzidas 5.300Ton contra as 10.383Ton em 2003, o que significou um crescimento de 5.083Ton, durante este período.



Fonte: Resiurb/DOMSU/CMSM/INE

Em 2003 do total de 10.383Ton produzidas, 63Ton foram de materiais recicláveis o que corresponde a cerca de 0,6% do total de R.S.U., recolhidos. A capitação diária também sofreu um acréscimo considerável dos 0,77Kg/dia produzidos em 1992, para os 1,41Kg/dia em 2003. No tocante à capitação anual média registou-se em 1992 um valor de 279,3Kg/Ano e em 2003 esse valor ascendeu aos 514,7Kg/Ano.



Fonte: RESIURB/DOMSU/CMSM/INE

Ao nível legislativo foi aprovada a Directiva Aterros 1999/31/CE de 26 de Abril, já convertida para a ordem jurídica interna através do Decreto-Lei n.º 152/2002 de 23 de Maio relativa à deposição de RSU em aterros que define metas temporais de admissão de resíduos biodegradáveis em aterros sanitários, que implicam na redução da deposição destes resíduos e na consequente valorização da fracção não admitida, nomeadamente através da compostagem e ou digestão anaeróbia ou outra forma de valorização: até ao ano 2006 uma redução de 25% da fracção orgânica; até ao ano 2009 uma redução de 50%; até ao ano 2016 uma redução de 65%. Efectivamente, trata-se de um esforço europeu, que tem como ponto de partida o papel fundamental que as autarquias devem desempenhar, na redução da pegada ecológica e consequentemente no incremento do desenvolvimento sustentável.

O objecto desta caracterização sumária: a eficácia dos sistemas de abastecimento de água, de saneamento básico e de recolha e tratamento de resíduos, apresenta globalmente um grau de realização bastante positivo, pois todos estes serviços acompanham (de forma gradual) as exigências da sociedade, contribuindo para uma avaliação da qualidade ambiental do concelho satisfatória.

5.3.4 - Energia Eléctrica: Distribuição e Consumo

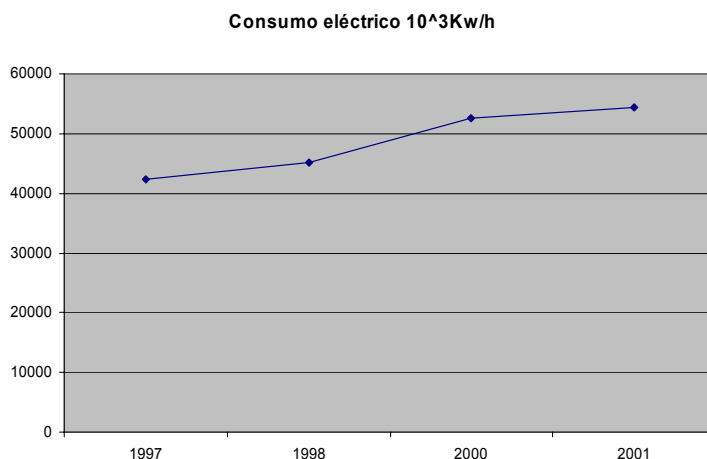
A produção e o consumo de energia acarretam impactos ambientais negativos pela emissão de gases poluentes, que contaminam o ar, solo e água, podendo provocar inúmeros problemas de saúde pública. Actualmente o concelho de Salvaterra de Magos é atravessado por 9 linhas de distribuição de energia eléctrica:

Quadro n.º 17 – Espaço-canal infra-estrutura – rede geral de transporte de energia

Trajecto	Voltagem
Castelo de Bode – Porto Alto	150KV
Entroncamento – Porto Alto	60KV
Glória do Ribatejo – Cocharro - Granho	30KV
Glória do Ribatejo – Coruche	30KV
Glória do Ribatejo – Marinhais – Muge – Almeirim	30KV
Glória do Ribatejo – Marinhais – Salvaterra de Magos	30KV
Glória do Ribatejo – Marinhais – Escaroupim	30KV
Foros de Salvaterra – Salvaterra de Magos	30KV
Foros de Salvaterra – Granho	30KV

Fonte: PDMSM/DUP/CMSM

No que respeita ao abastecimento e consumo de energia no concelho, verifica-se uma cobertura quase total em termos de energia eléctrica (99,5%).



Fonte: INE

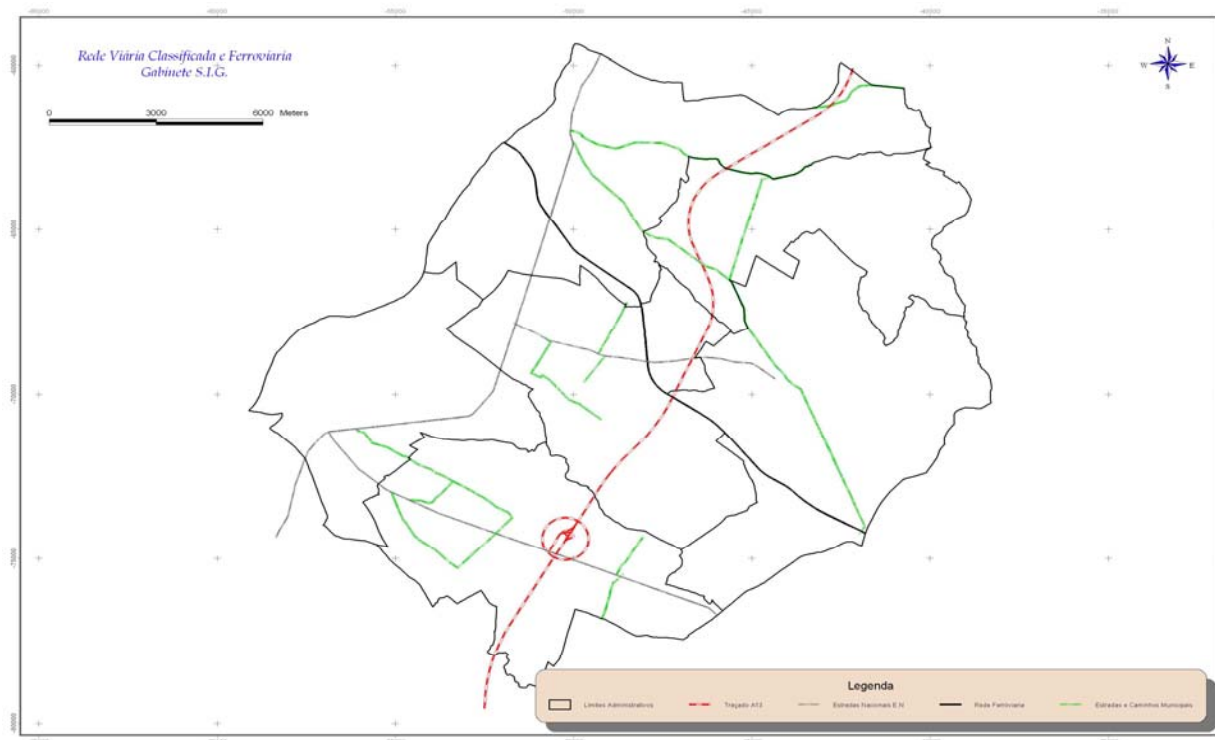
Em 2001 o consumo total cifrou-se em 54.299.000Kw/h, o que representou um crescimento de 28,1% em relação ao valor alcançado em 1997. O consumo industrial tem

registado, de igual modo, uma evolução positiva, alcançando em 2001 um valor de 7.177.000Kw/h, o que representou uma variação de mais 28% em relação ao ano de 1997. A proporção do consumo industrial em relação ao consumo total tem estabilizado nos 14%.

5.3.5 - Acessibilidades

Verifica-se que a proposta de ordenamento contida no relatório do PDMSM, enferma de pressupostos errados, nomeadamente dado facto do território concelhio não se situar na área sujeita a alterações espaciais decorrentes dos impactes da A.M.L. Na verdade, com o reforço das acessibilidades estes impactes tendem a ser cada vez mais intensos, proporcionando oportunidades mas ao mesmo tempo desafios, para o concelho.

O cenário estruturado em sede de PDMSM, sofreu uma decisiva e fundamental alteração com a substituição do IC3, pela A13. Alteração não apenas de traçado, com o ramal de acesso (nó) a localizar-se mais a Este (minimizando impactes no aglomerado dos Foros de Salvaterra), mas também mudando a sua tipologia de Itinerário Complementar para Itinerário Fundamental. Compete, pois, prospectar os impactes que este novo traçado e tipologia acarretam ao Município. Se por um lado a mudança de traçado é positiva em termos do desenvolvimento presente e futuro da freguesia dos Foros de Salvaterra em particular e do concelho em geral, a mudança de tipologia com a respectiva introdução de portagens, pode significar objectivos diferentes dos pressupostos na configuração IC, ou seja, a A13 pode constituir-se para a administração central como um “ramal de acesso” entre as duas principais vias rodoviárias do País, a A1 e a A2, sendo deste modo uma via de atravessamento Norte/Sul, com o objectivo de descongestionar o saturado tráfego da A.M.L.



Tal no entanto, só poderá ser concretamente avaliado após fixado o valor das portagens nos percursos intra-regionais, bem como da percepção por parte dos utentes da relação benefício/custo. O relatório do PDMSM, fundamentava as suas opções com base no plano rodoviário nacional de 1985 (P.R.N.), porém, o cenário alterou-se com entrada em vigor do P.R.N. 2000.

Surge assim uma nova realidade no concelho, além do novo traçado e tipologia da A13, emerge um novo eixo de comunicação à margem direita do rio Tejo, com a adaptação da antiga ponte ferroviária Rainha D. Amélia, ao tráfego rodoviário, que permite a ligação entre os concelhos de Salvaterra de Magos e Cartaxo. As ligações do Município aos concelhos limítrofes mantiveram-se através das estradas nacionais já existentes. A EN118 assegura a conexão aos concelhos de Benavente e Almeirim, que registou significativos melhoramentos devido às obras de beneficiação que sofreu especialmente na ponte sobre o rio Sorraia em Benavente. A EN114-3 estabelece as ligações a Coruche.

Quadro n.º 18 – Extensão e Tipologia da Rede de Transportes

Rede Rodo e Ferroviária	Extensão Km
Auto-Estrada A13	21.8
Estradas Nacionais	36.9
Caminhos Municipais	24.2
Estradas Municipais	31.5
Outras Vias	277
Ferrovia	18.3

Fonte: DUP/CMSM

As estradas nacionais contabilizam um total de 36,9Km. A EN118-2 foi desclassificada e passou a integrar a rede municipal classificada, o mesmo sucederá à EN367, mas só após as entidades EP (Estradas de Portugal) e CMSM terem assinado o protocolo de transferência, ficando a Autarquia a beneficiar das obras de remodelação financiadas por aquela.

Quadro n.º 19 – Caracterização da Rede de Estradas Nacionais

Estradas Nacionais	Extensão (Km)
EN-114-3	12.5
EN-118	16.7
EN-367	7.7

Fonte: DUP/CMSM

As estradas municipais (E.M.) contabilizam uma extensão total de 31,5 Km e os caminhos municipais (C.M) 24,4 Km.

Quadro n.º 20 – Caracterização das Estradas Municipais

Estradas Municipais	Extensão (Km)
EM-579	7.8
EM-581	15.1
EM-589	2.8
EN-118-2	5.8

Fonte: DUP/CMSM

Quadro n.º 21 – Caracterização dos Caminhos Municipais

Caminhos Municipais	Extensão (Km)
CM-1406	3.9
CM-1407	1.0
CM-1408	1.7
CM-1409	3.4
CM-1410	1.4
CM-1411	1.1
CM-1412	3.0
CM-1412-1	1.5
CM-1413	5.9
CM-1413-1	1.5

Fonte: DUP/CMSM

A rede municipal classificada (isto é, designada estrada municipal – EM, ou caminho municipal - CM) perfaz uma extensão total de aproximadamente 55,7 km. Quanto às restantes vias, não classificadas, mas também com toponímia atribuída, o concelho tem cerca de 271,3 Km de rede viária, em vez dos 100Km contabilizados no relatório do PDMSM.

Resumindo, na globalidade, existem cerca de 1698 km de rodovias de circulação automóvel e pedonal (classificadas e não classificadas, com e sem toponímia, privadas e públicas) de acordo com a cartografia à escala 1: 10 000 de 1999, das quais cerca de 385,7 km possuem topónimo.

Por as vias com topónimo⁸ constituírem a grande maioria de vias de circulação pública, optou-se por calcular alguns parâmetros de forma a perceber o maior ou menor grau de desenvolvimento da rede de viação por freguesia:

Quadro n.º 22 – Vias com topónimo

Freguesia	N.º Vias	Extensão Total (Km)	Extensão/Freguesia (Km/Km ²)	Extensão/Habitante (mt/hab.)
Glória do Ribatejo	75	49,8	0,93	14,5
Marinhais	141	119,2	2,97	21,8
Muge	75	38,9	0,80	30,8
Salvaterra de Magos	90	51,1	1,55	9,97
Fors de Salvaterra	83	95,7	2,45	23,8
Granho	22	31	1,02	35,9
Concelho	428	385,7	1,58	19,13

Fonte: DUP/CMSM

De acordo com o quadro n.º 22 verifica-se de longe uma maior densidade de vias nas freguesias de Marinhais e Fors de Salvaterra, com 2,97 km/km², 2,45 km² respectivamente, ou seja, naquelas que apresentam uma composição urbana mais complexa e difusa.

Relativamente à extensão da rede viária ponderada por habitante, o concelho regista um valor de 19,13mt/hab. A freguesia que mais se salienta é a de Granho (35,9mt/hab.), resultado de uma extensa rede urbana e de um baixo efectivo populacional, seguida de perto pela freguesia de Muge.

⁸ Inclui: Auto-estrada, ruas, arruamentos, estradas, avenidas e caminhos.

5.3.6 – Equipamentos Colectivos

SAÚDE

Sendo a saúde um dos sectores chave para garantir uma melhor qualidade de vida, não é por demais a preocupação com que é frequentemente referida, principalmente pela constatação que existe no concelho um processo de envelhecimento, logo teremos no futuro uma população mais idosa com necessidades de cuidados de saúde cada vez maiores. No entanto, nem sempre é possível à autarquia, por razões de definição de competências entre os diferentes níveis da administração pública, garantir os mais adequados níveis de desempenho da rede de equipamentos.

CENTROS DE SAÚDE E EXTENSÕES

Em 2003 as infra-estruturas de saúde continuam a ser as mesmas que se verificavam à data da elaboração do relatório do PDMSM, ou seja, todas as 6 sedes de freguesia são servidas por centro de saúde ou respectiva extensão.

HOSPITAIS

O hospital que serve a população residente no concelho de Salvaterra de Magos é o hospital distrital de Santarém, que se integra na A.R.S. de Lisboa e Vale do Tejo

FARMÁCIAS

Em 2001 tal como sucedia em 1991, contabilizavam-se 7 farmácias existentes no concelho, distribuídas desta forma:

Quadro n.º 23 – Número de Farmácias

Freguesia	Capitação 1991	N.º Farmácias	Capitação 2001	N.º Farmácias
Glória do Ribatejo	3435	1	3427	1
Marinhais	4777	1	5469	1
Muge	1293	1	1261	1
Salvaterra de Magos	2422	2	2562	2
Fors de Salvaterra	3769	1	4017	1
Granho	862	(Posto de atendimento) 1	864	(Posto de atendimento) 1
Concelho	2711	7	2880	7

Fonte: DUP/CMSM

Todas as freguesias possuem no mínimo uma farmácia excepto a sede de concelho onde existem 2. A capitação do concelho é de 2880 habitantes por farmácia. No entanto, é de salientar a capitação elevada na freguesia de Marinhais (5649 Hab./Farmácia), sendo possível a instalação de mais um estabelecimento, de acordo com o critério n.º de habitantes do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED⁹).

De salientar a inexistência de serviço nocturno, lacuna esta que deveria de ser colmatada a curto prazo.

Quadro n.º 24 – Equipamentos Privados de Saúde 2003

Freguesia	Glória do Ribatejo	Marinhais	Muge	Salvaterra de Magos	Foros de Salvaterra	Granho	Concelho
Laboratório Análises Clínicas	1	1		2			4
Clínicas Médicas		1		2	1		4
Clínica Dentária	1	1		2			4
Clínica Medicinas Alternativas		1		1			2
Clínica Oftalmologia		1		1			2
Fisioterapia		1					1
Total	2	6		8			16

Fonte: DUP/CMSM

No tocante aos serviços privados de saúde, estes concentram-se nas freguesias mais populosas do concelho: Marinhais e Salvaterra de Magos.

APOIO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EQUIPAMENTOS DE APOIO A IDOSOS

O envelhecimento da população implica o aumento da ocorrência de situações de dependência física, psíquica e social, exigindo respostas sociais adequadas que possam satisfazer as necessidades dos mais idosos. Esta categoria (pop.>65 anos), representava cerca de 14,3% em 1991 e ascendeu a 18,9% em 2001 e a tendência é a do crescimento da proporção de habitantes deste grupo etário.

Em termos de equipamentos de apoio aos idosos e atendendo às valências existentes (lar de idosos, centro de dia, apoio domiciliário, C.A.T.E.I.), referenciamos no final de 2003, 13 equipamentos no concelho.

⁹ Portaria n.º 936-A/99 de 22 de Outubro

Destes, 5 são centros de dia e 5 de apoio domiciliário.

Quadro n.º 25 – Equipamentos de Apoio a Idosos -Total de Equipamentos 2003

Freguesia	Centro Dia	Apoio Domiciliário	Lar	CATEI
Glória do Ribatejo	1	1		
Marinhais	1	1		
Muge	1	1		
Salvaterra de Magos	1	1	2	1
Fors de Salvaterra	1	1		
Granho				
Concelho	5	5	2	1

Fonte: DASC/CMSM

A repartição territorial é homogénea, excepto nas freguesias de Salvaterra de Magos, que concentra maior número de valências e na freguesia do Granho, que não tem qualquer tipo de valência. De acordo com a programação de equipamentos colectivos considerada nas propostas do P.D.M, faltarà à freguesia do Granho um equipamento de apoio a idosos. Quanto às estimativas apresentadas no relatório do PDMSM, verifica-se a existência de grandes discrepâncias, por exemplo, estima para a população residente com mais de 65 anos um valor de 2.100 habitantes (em 2002) inferior ao observado e registado pelos Censos de 2001 – 3.806 hab., o que corresponde a um erro de – 44.8%.¹⁰

Quadro n.º 26 – População Residente com Idade Superior a 65 Anos

Freguesia	Estimativas Pop. Residente em 2002 (Relatório PDMSM)	Pop. 2001
Glória do Ribatejo	321	612
Marinhais	546	1121
Muge	122	274
Salvaterra de Magos	556	992
Fors de Salvaterra	473	638
Granho	82	169
Concelho	2100	3806

Fonte: PDMSM/DUP/CMSM/INE

Deste modo, se as projecções registam uma margem de erro tão considerável, não é possível programar os tipos de equipamento. Mesmo atendendo às taxas de cobertura contempladas neste (10%), o valor da população alvo seria de 381 habitantes e não de 210.

Quadro n.º 27 – Equipamentos de Apoio aos Idosos – Capacidades por Valências 2003

	Centro Dia	Apoio Domiciliário	Lar	CATEI
Freguesia	Utilizadores	Utilizadores	Utilizadores	Utilizadores
Glória do Ribatejo	45	14		
Marinhais	53	33		
Muge	32	20		
Salvaterra de Magos	14	11	142	28
Fors de Salvaterra	35	14		
Granho				
Concelho	179	92	142	28

Fonte: DASC/CMSM

Utilizando tal como no P.D.M., um nível de atendimento de 10% da população existente no grupo etário, depreende-se, que existem lacunas a vários níveis.

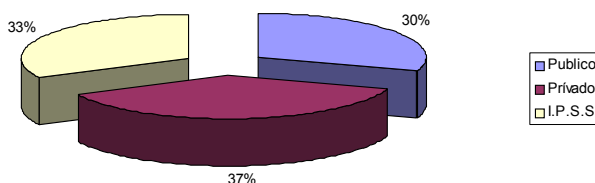
Quadro n.º 28 – Nível de Atendimento Vs. Utilizadores 2003

Freguesia	Atendimento 10% Pop.>65	Centro Dia	Apoio Domiciliário	Lar
Glória do Ribatejo	61	45	14	
Marinhais	112	53	33	
Muge	27	32	20	
Salvaterra de Magos	99	14	11	142
Fors de Salvaterra	64	35	14	
Granho	17			
Concelho	381	179	92	142

Fonte: DASC/CMSM

Como se constata existem lacunas principalmente ao nível de atendimento de apoio domiciliário, sendo necessário também um reforço das capacidades de todas as valências. Quanto à distribuição geográfica, constata-se que a sede de concelho é a freguesia menos bem servida em termos de valências, excepto nos lares de idosos. Quanto à capacidade total da valência centro de dia cerca de 45% da capacidade concentra-se em instituições públicas.

Capacidade Total da Valência Apoio Domiciliário por Tipo de Gestão

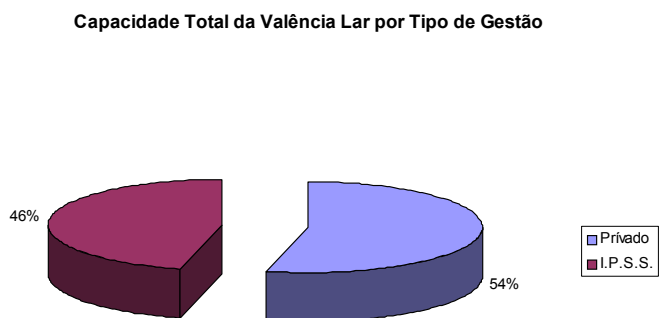


Fonte: DASC/CMSM

¹⁰ TCT= ((P1-P0) / P0) * 100

No que concerne à valência centro de dia esta reparte-se de forma mais homogeneizada pelos três tipos de gestão, existindo no entanto, uma maior resposta em termos de capacidade por parte das instituições privadas.

Finalmente, a capacidade da valência lar encontra-se repartida por instituições privadas e as I.P.S.S., sendo de salientar a proporção oferecida pelos privados (54%), somente numa instituição – L.A.P.I. (Lar Adventista para Pessoas Idosas).



Fonte: DASC/CMSM

EQUIPAMENTOS DE APOIO À INFÂNCIA

A integração crescente da mulher no mundo do trabalho conduziu a significativas alterações na estrutura e na organização familiar. Complementando ou mesmo substituindo a família, as respostas sociais dirigidas às crianças revelam-se particularmente importantes, uma vez que têm como objectivo proporcionar condições adequadas ao seu desenvolvimento harmonioso e global.

Neste ponto serão analisados apenas os equipamentos com a valência creche e posteriormente far-se-á referência nos equipamentos escolares às valências de jardins-de-infância. Os centros de actividades de tempos livres (A.T.L.), destinam-se a proporcionar actividades de animação sócio-cultural a crianças nos períodos disponíveis das actividades escolares. Neste tipo de equipamento, localiza-se, em termos de valência apenas 1 equipamento na freguesia de Salvaterra de Magos com uma capacidade para 45 crianças. Esta oferta de equipamentos é bastante escassa mesmo considerando a taxa de atendimento de 30% descrita no relatório do PDMSM. Assim, e para ser possível este nível

de atendimento em 2003 seria necessário atender cerca de 212 crianças de um universo de 708. Actualmente existe um nível de atendimento de 6%. O tipo de gestão desta entidade é uma I.P.S.S.

EQUIPAMENTO ESCOLAR

ENSINO PRÉ-ESCOLAR

As escolas deste grau de ensino abrangem o nível etário dos 3 aos 5 anos. Também aqui as projecções realizadas pelo PDMSM evidenciam discrepâncias elevadas em relação ao observado, assim, o relatório do PDMSM, prevê uma população de 980 crianças, enquanto que os censos de 2001 registaram um valor de 531, o que significa um erro de + 45.8%, pelo que qualquer tipo de proposta de planeamento de equipamentos é meramente simbólica.

Actualmente existem 7 equipamentos da tipologia jardim-de-infância com um total de 413 crianças, o que representa um nível de atendimento de 78%, valor bem acima dos 30% contemplados na proposta do PDM.

Quadro n.º 29 – Ensino pré-escolar

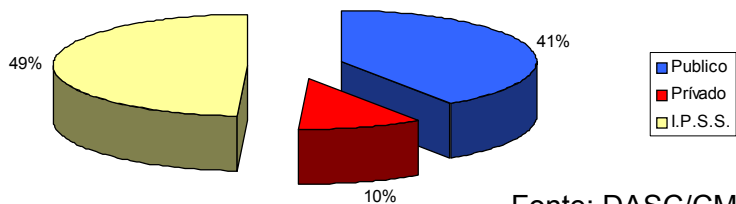
Freguesia	Nº Crianças	Nº Salas	N.º Crianças/Sala
Glória do Ribatejo	65	3	22
Marinhais	79	6	13
Muge	69	3	23
Salvaterra de Magos	125	4	31
Fors de Salvaterra	50	2	25
Granho	25	1	25
Concelho	413	19	22

Fonte: DASC/CMSM

Registou-se durante o período inter-censitário de 1991-2001, uma forte quebra no efectivo populacional deste grupo etário, pelo que a este nível não existem carências substanciais, nem sendo previsível que tal acontece nesta década, devido à baixa taxa de natalidade observada. Dos 7 equipamentos existentes 4 estão integrados na rede pública, 1 na privada e 2 são de gestão I.P.S.S.

A oferta é assegurada em quase 90% por instituições públicas e por Instituições Particulares de Solidariedade Social

Capacidade Total por Tipo de Gestão



Fonte: DASC/CMSM

ENSINO BÁSICO 1º.CICLO

Este grau de ensino abrange o nível etário dos 6 aos 9 anos. Também e mais uma vez o relatório do PDMSM demonstra-se desfasado da realidade, pois estimou para 2002 um efectivo de 1340 crianças dentro deste grupo etário, quando se registaram apenas 730. Actualmente o concelho possui 12 equipamentos destinados ao 1º. Ciclo do ensino básico, que albergam 900 crianças distribuídas por 43 salas.

Quadro n.º 30 – Ensino Básico do 1º Ciclo

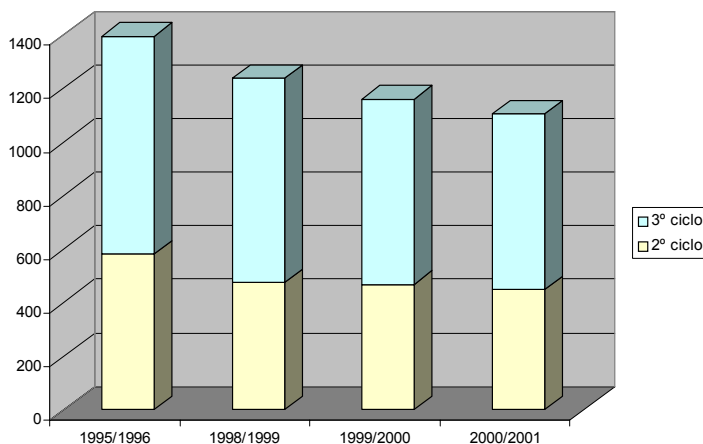
Freguesia	Nº Crianças	Nº Salas	N.º Crianças/Sala
Glória do Ribatejo	115	6	19
Marinhais	236	11	21
Muge	57	3	19
Salvaterra de Magos	265	12	22
Fors de Salvaterra	193	9	21
Granho	34	2	17
Concelho	900	43	21

Fonte: DASC/CMSM

ENSINO BÁSICO 2º. E 3º. CICLOS

As escolas deste grau de ensino abrangem o grupo etário dos 10 aos 14 anos. No concelho existem actualmente 2 equipamentos, um na freguesia de Marinhais e outro em Salvaterra de Magos, ambas do domínio público. O número de salas contabilizadas cifrou-se em 50 incluindo neste valor laboratórios, oficinas, salas de desenho e de informática, para um efectivo contabilizado no ano lectivo 2000/2001 de 1106 alunos. O número médio de alunos por sala é de 22 alunos/sala.

Total de Alunos Matriculados



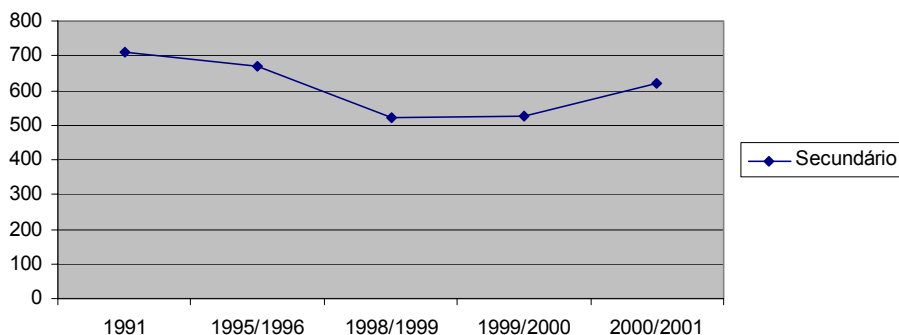
Fonte: INE

Como se constata o número de alunos matriculados em estabelecimentos de ensino do 2º. e 3º. Ciclos do ensino básico tem vindo progressivamente a decrescer. O PDMSM, propôs a criação de uma escola na freguesia de Foros de Salvaterra.

ENSINO SECUNDÁRIO

Os estabelecimentos deste grau de ensino abrangem o nível etário dos 15 aos 17 anos. Existe no concelho apenas um estabelecimento de ensino localizado na freguesia de Salvaterra de Magos onde se ministra este grau de ensino. O PDMSM, propôs uma taxa de cobertura de 80%, no entanto e com o alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12.º ano de escolaridade esta taxa terá que suportar todo o universo populacional existente nesta faixa etária.

Alunos Matriculados em Estabelecimentos de Ensino



Fonte: INE

Em 2003 contabilizavam-se 26 salas de aula, 4 laboratórios, 3 salas de desenho e 1 sala de informática. Considerando o efectivo de 622 alunos matriculados em 2000/2001, chegou-se ao valor médio de 18 alunos por sala de aula.

ENSINO PROFISSIONAL

Neste grau de ensino existia à data da elaboração do Plano uma escola profissional situada na freguesia de Salvaterra de Magos. No ano lectivo 2000/2001 estavam matriculados 308 alunos neste estabelecimento de ensino, distribuídos por um total de 22 salas.

Quadro n.º 31 – Estabelecimentos de ensino

Educação Pré-Escolar – Redes Pública, Privada e I.P.S.S.				
Número de estabelecimentos	Número de alunos			
Construídos entre 1990 e 2003	Total	Ano Lectivo 2003/2004	Número de salas	Aluno/Sala
2	7	413	19	21
Educação Básica – 1.º Ciclo				
Número de estabelecimentos	Número de alunos			
Construídos entre 1990 e 2003	Total	Ano Lectivo 2003/2004	Número de salas	Aluno/Sala
1	13	900	50	18
Educação Básica – 2º e 3º Ciclos				
Número de estabelecimentos	Número de alunos			
Construídos entre 1990 e 2003	Total	Ano Lectivo 2000/2001	Número de salas	Aluno/Sala
2	2	1106	50	22
Educação Secundária				
Número de estabelecimentos	Número de alunos			
Construídos entre 1990 e 2003	Total	Ano Lectivo 2000/2001	Número de salas	Aluno/Sala
0	1	622	34	18
Ensino Profissional				
Número de estabelecimentos	Número de alunos			
Construídos entre 1990 e 2003	Total	Ano Lectivo 2000/2001	Número de salas	Aluno/Sala
1	1	308	22	14

Fonte: DASC/CMSM/INE

DESPORTO

Os equipamentos desportivos existentes no concelho foram diferenciados em:

Espaços ao Ar Livre – Grandes campos de jogos, pequenos campos de jogos polidesportivos ou campos de ténis, piscinas descobertas.

Espaços Cobertos – Pavilhões, salas de desporto e piscinas cobertas.

ESPAÇOS AO AR LIVRE

GRANDES CAMPOS DE JOGOS

Os grandes campos de jogos pela sua natureza são os equipamentos que normalmente se encontram menos representados nos territórios concelhios, uma vez que são estruturas de grandes dimensões, acima dos 5.000m², requerendo por isso algumas situações específicas para a sua localização. No entanto, no Município de Salvaterra de Magos, existem 6 grandes campos de jogos, um em cada freguesia, sendo todos campos de futebol.

PEQUENOS CAMPOS DE JOGOS

Os pequenos campos de jogos englobam os campos polidesportivos e os campos de ténis, todos com dimensões inferiores a 1000m². Existem 6 campos polidesportivos, distribuídos por todas as freguesias do concelho. Existe também um campo de ténis na zona desportiva de Salvaterra de Magos.

ESPAÇOS COBERTOS

PAVILHÕES GIMNODESPORTIVOS

No que se refere aos espaços cobertos, são os pavilhões gimnodesportivos que têm maior representação no território concelhio, com 4 unidades. De salientar a duplicação do número de unidades, e logo, o elevado grau de eficácia, pois à data da realização do PDMSM, existiam apenas 2 destas unidades. A cobertura territorial não engloba ainda as freguesias do Granho e dos Foros de Salvaterra estando, no entanto, nesta última programada a construção de um pavilhão em sede de PDM.

PISCINAS

Existe uma piscina municipal coberta na freguesia de Salvaterra de Magos, este equipamento foi construído já depois da ratificação do PDMSM.

PATRIMÓNIO CULTURAL – ARQUEOLÓGICO E ARQUITECTÓNICO

A recuperação e valorização do património histórico construído e arqueológico, constitui uma das peças fundamentais na preservação da cultura e da identidade de um

dado território. A par da preocupação que envolve a preservação e valorização dos centros históricos e arqueológicos, é necessário criar o que podemos considerar como uma rede de equipamentos que proporcionem a gestão da cultura dos sítios, enquanto forma de reforçar a identidade local e os sentimentos de apropriação dos valores por parte das comunidades, com especial ênfase nos mais novos. O PDMSM, mais uma vez, e sobretudo a este nível, é quase omissivo, não fazendo a cartografia deste tipo de informação.

A Câmara Municipal através dos mecanismos legais de ordenamento do território deverá despoletar todo um processo com vista ao levantamento do património municipal quer edificado quer arqueológico, bem como os planos tendentes à sua protecção, valorização e qualificação. Recentemente toda uma série de recuperações e acções de valorização do património arquitectónico e arqueológico foram realizadas pela Autarquia:

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO / ARQUITECTÓNICO

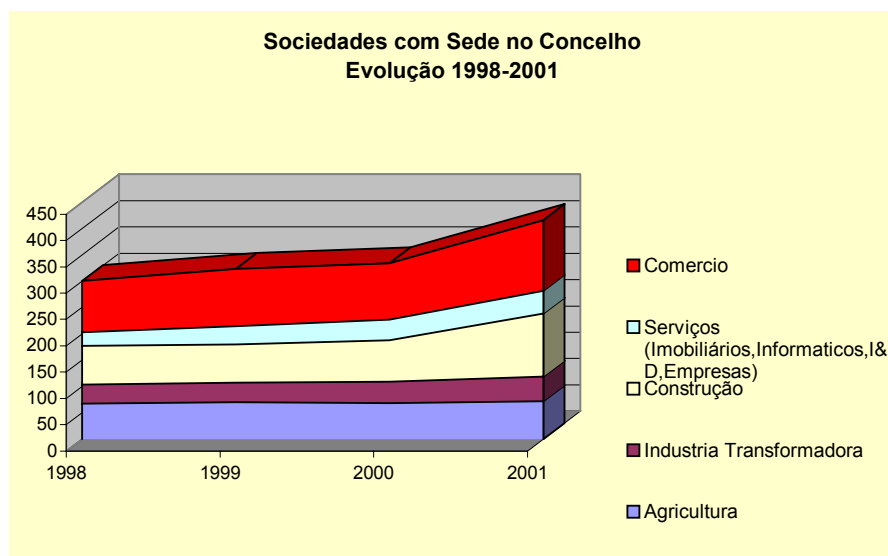
Medidas de valorização e escavações no complexo Mesolítico de Muge, que engloba os Concheiros de Muge e do Paúl de Magos – Efectuam-se escavações nestes sítios arqueológicos desde 1998, e já foi editado o livro intitulado “Estudos Arqueológicos de Muge”.

O Celeiro da Vala foi adaptado para espaço cultural (em 2000) e na capela do Antigo Paço Real de Salvaterra de Magos foram recuperadas as pinturas do tecto e o retábulo do altar-mor (no ano 2002/2003).

No que concerne às bibliotecas municipais o panorama não se alterou desde a data da realização do PDMSM, continua a existir a biblioteca municipal em Salvaterra de Magos (em edifício recuperado, inaugurado em 2005), com um pólo em Marinhais (reaberto em 2002). O Plano Director propôs ainda a criação de mais 2 pólos: nas freguesias de Foros de Salvaterra e de Glória do Ribatejo, muito embora não estejam executadas.

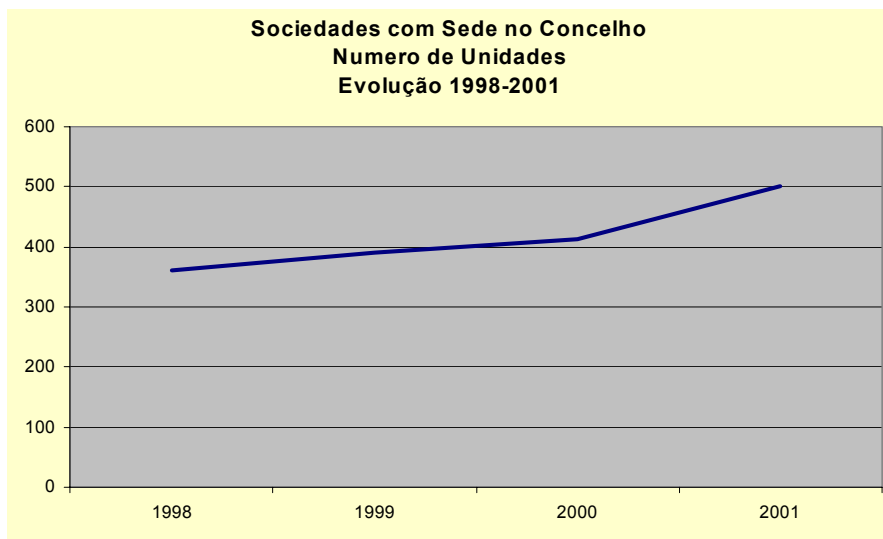
5.4 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

O número de sociedades com sede no concelho constitui-se como um bom indicador da atractividade ou repulsividade de um determinado território. Os dados estatísticos do INE mostram uma trajectória ascendente da atractividade empresarial no Município a vários níveis. De acordo com os dados estatísticos, o número de sociedades com sede no concelho registou uma subida no período compreendido entre 1998 e 2001 de 38,4% suplantando em 2001 o valor de 500 sociedades. Este valor adquire maior importância quando comparado com a taxa de crescimento registada em igual período na Lezíria do Tejo, que foi apenas de 24,2%. O peso das sociedades sedeadas no concelho também aumentou, ou seja, o Município tem vindo a ganhar importância ao nível do tecido económico no seio da Lezíria do Tejo. Em 1997 as nossas sociedades representavam 6,4% das existentes na Lezíria e em 2000 o valor de 7,1%.



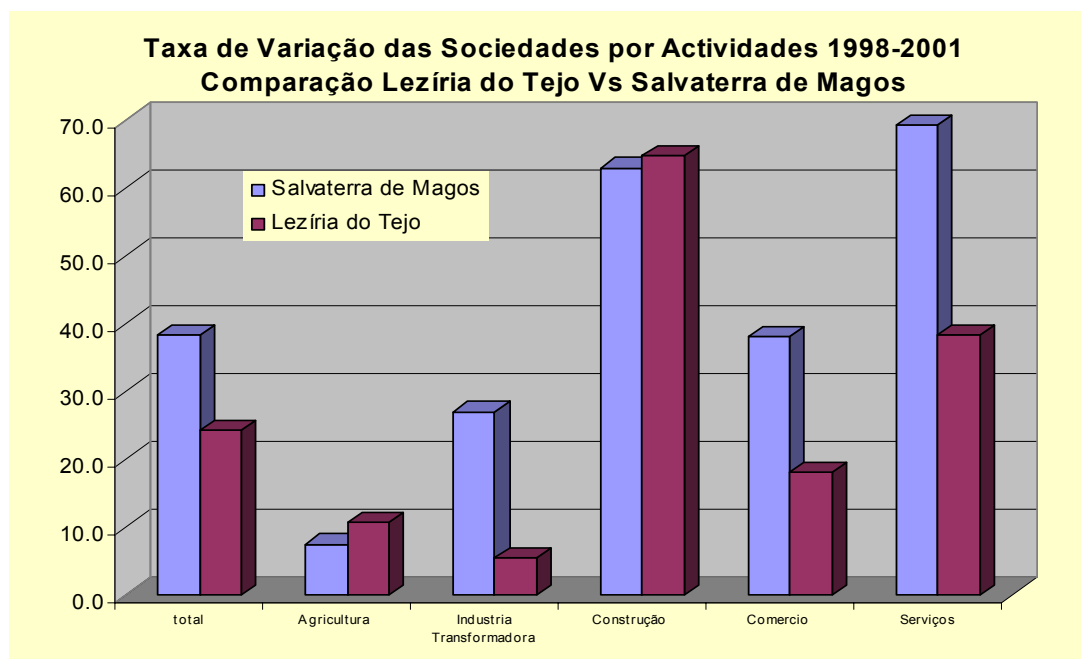
Fonte: INE

Quanto à evolução e de acordo com a classificação das actividades económicas – revisão 2 (C.A.E. Rev2), usando a classificação ao campo secção de actividade, verificamos que



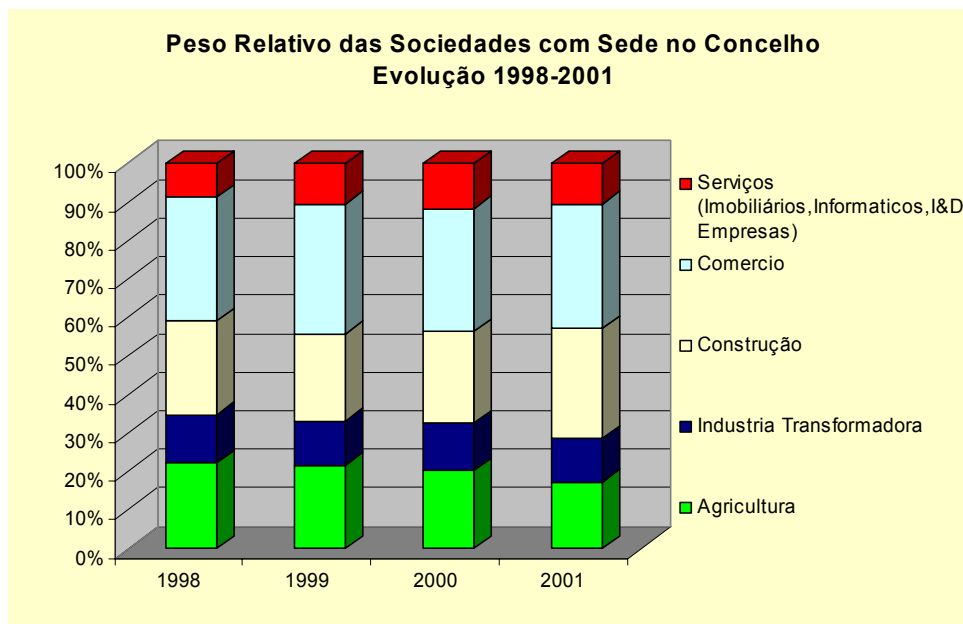
Fonte: INE

existiu um acréscimo em todas as secções do número de sociedades. No entanto, este crescimento processou-se em ritmos bem diferenciados: a secção que registou um maior crescimento (69,2%) foi a secção K referente às actividades imobiliárias, informáticas, investigação e desenvolvimento (I&D), e de serviços de apoio às empresas (representada pelo item Serviços); em segundo lugar situa-se a secção relacionada às actividades de construção com um acréscimo de 63%. De referir que a secção A ligada às actividades agrícolas cresceu somente 7,5%.



Fonte: INE

Ao invés a Lezíria do Tejo regista um maior crescimento nas sociedades ligadas ao sector da construção. Salvaterra de Magos apenas apresenta menor índice de crescimento do que a Lezíria do Tejo nas actividades ligadas à agricultura e à construção. Nas restantes actividades cresceu mais do que a Lezíria.

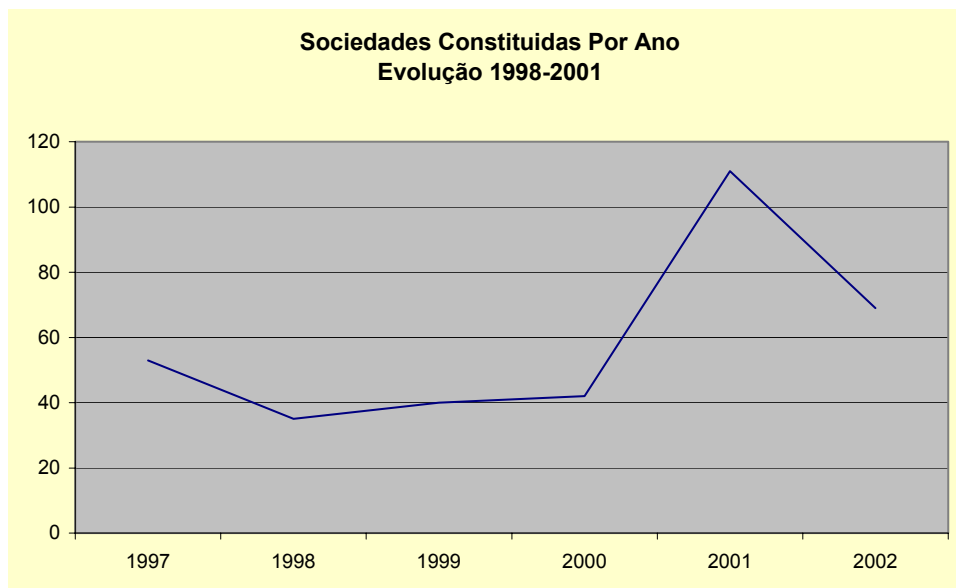


Fonte: INE

O peso relativo de cada uma das actividades também se alterou durante este período, a proporção de sociedades ligadas às actividades agrícolas diminui de 18,5% em 1998 para 14,4% em 2001, as actividades ligadas à indústria transformadora decrescem de 10,2% em 1998 para 9,4% em 2001; por sua vez, a proporção de actividades ligadas à construção sobe de 20,2% para 23,8%, as actividades ligadas ao comércio situam-se nos 27% e os serviços às empresas sobem dos 7,2% para os 8,8%, o que reflecte uma tendência já generalizada em todo o País (redução das actividades ligadas aos sectores primário e secundário e de crescimento das actividades ligadas ao terciário).

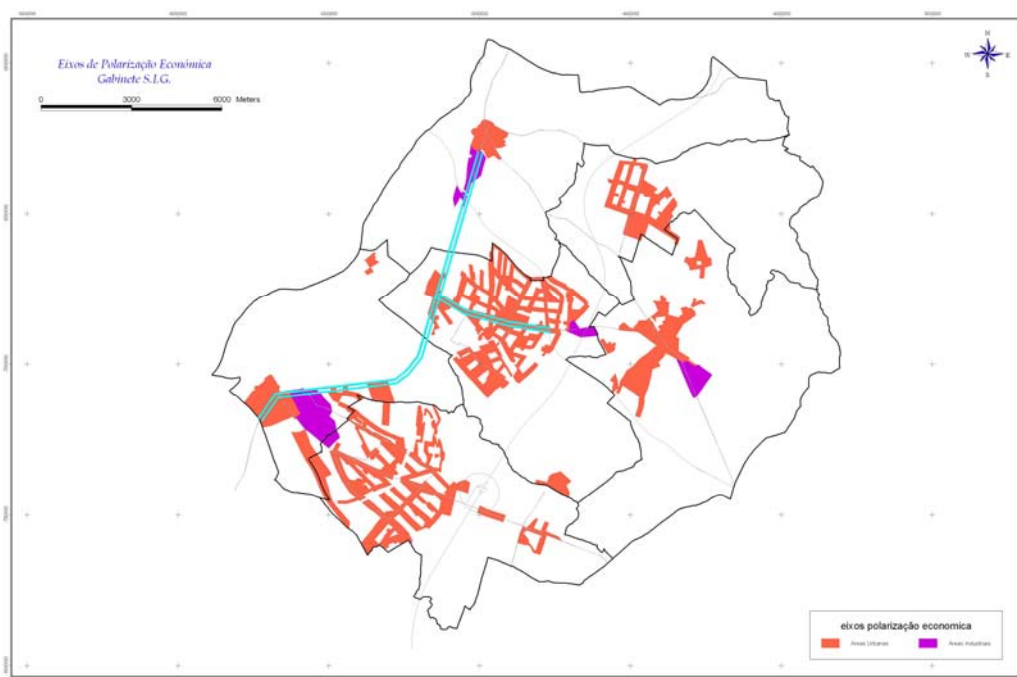
Sublinha-se a importância que as actividades de investigação e desenvolvimento têm nos concelhos de vanguarda, pois são estas que produzem maior valor acrescentado e aquelas que captam mão-de-obra com elevados graus de qualificação.

O número de sociedades criadas por ano apresentou entre 1997 e 2001 uma tendência de subida, no entanto, e porventura devido às flutuações subordinadas aos ciclos económicos registou-se uma descida de 2001 para 2002.

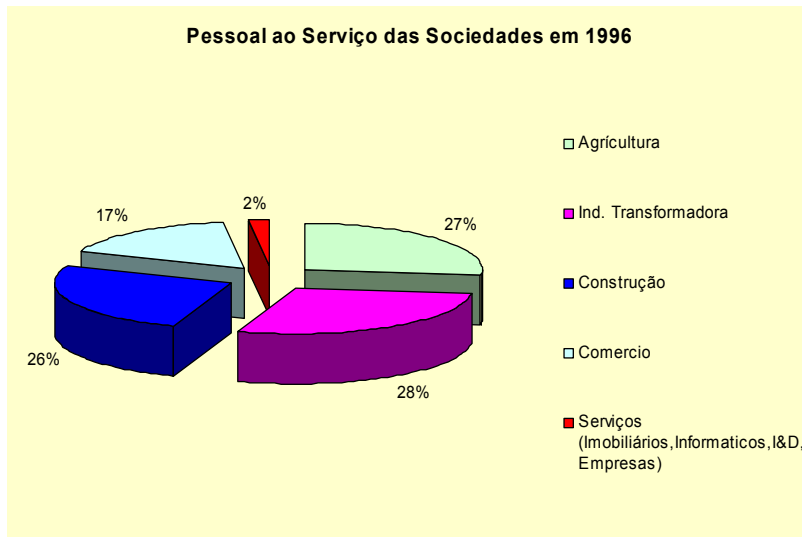


Fonte: INE

A atractividade económica referida materializa-se no território municipal através de dois eixos de polarização das actividades económicas.

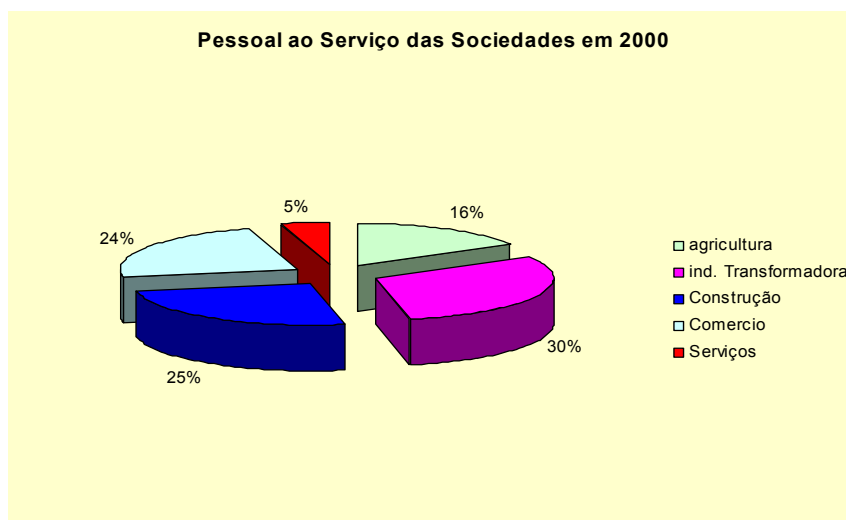
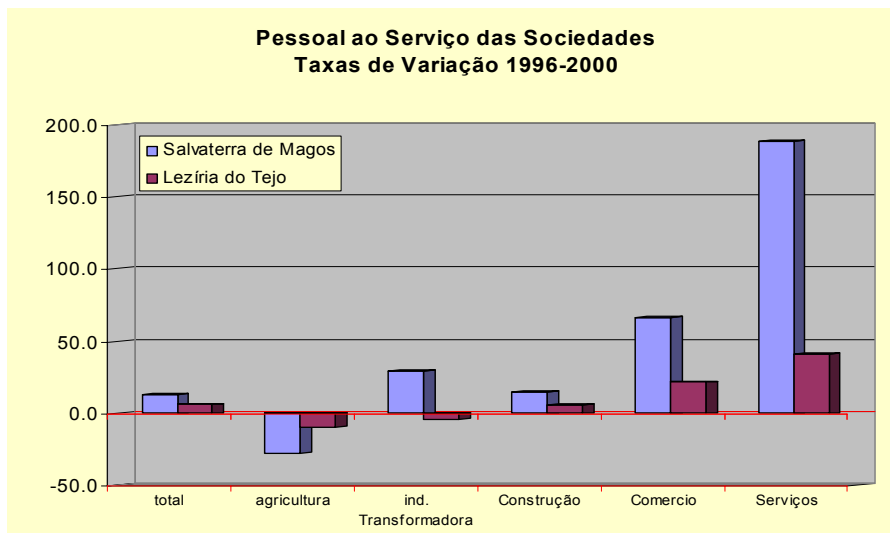


Um eixo de orientação dominante Norte/Sul correspondente ao traçado da E.N-118, desde a Zona Industrial de Muge até à Vila de Salvaterra de Magos e o outro eixo de orientação dominante Este/Oeste, correspondente ao traçado da EN-367 desde o cruzamento desta com a E.N.-118 até à via-férrea. De salientar que, de todas as áreas industriais contempladas em P.D.M., apenas a de Muge consegue materializar esse aproveitamento.



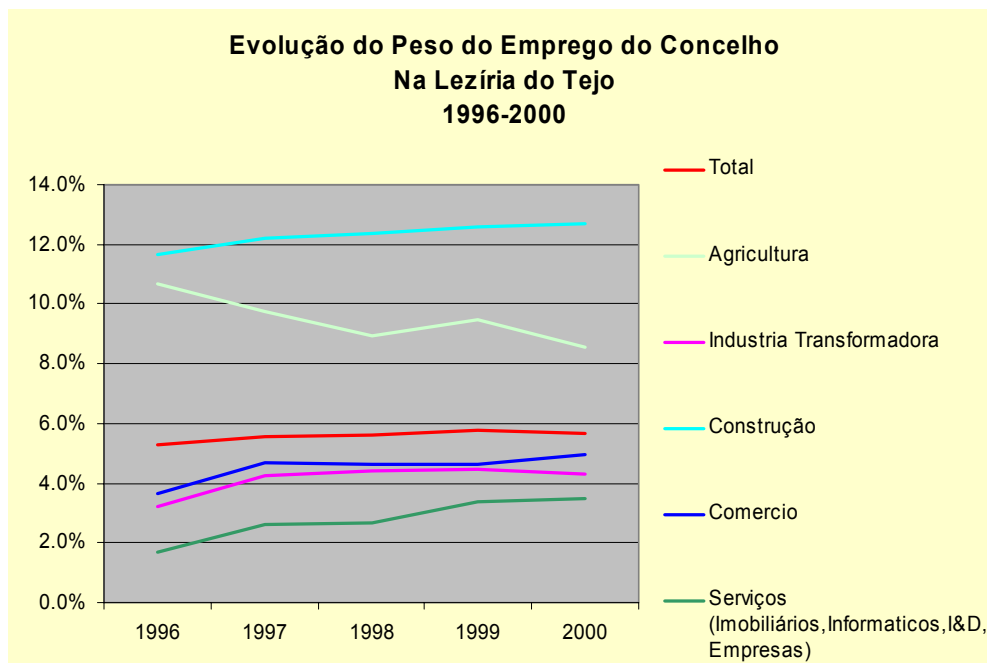
Fonte: INE

O número de empregados ao serviço das sociedades com sede no concelho também registou um acréscimo de 13,5% no período compreendido entre os anos de 1996 e 2000, ultrapassando neste último a marca dos 2400. Este valor é mais do dobro do alcançado em idêntico período na Lezíria do Tejo (6,4%). Desagregando esta informação por sub sectores económicos verifica-se que o que mais cresceu (188,2%) em termos de emprego, foi o relacionado com os serviços de apoio às empresas e à investigação e desenvolvimento. Também na Lezíria este sub-sector foi o que apresentou uma maior taxa de variação 41%. De referir que o concelho regista taxas em todos os sub-sectores superiores aos registados pela Lezíria, excepto na agricultura onde se regista um decréscimo de 27,3% no número de efectivos.



Fonte: INE

Porém, em 1996 os postos de trabalho repartiam-se quase igualmente por 3 sub-sectores de actividades, indústria transformadora, agricultura e construção.



Fonte: INE

Em 2000 a indústria transformadora destaca-se como o sub-setor que mais emprego gerou, seguido da construção e do comércio, que registam uma subida no emprego no período referenciado. Em contrapartida, a agricultura perde emprego tanto em termos absolutos como relativos.

Também ao nível do emprego gerado o concelho reforçou o seu peso no seio da Lezíria do Tejo. Em 1996 Salvaterra de Magos empregava 5,3% do total de empregados em sociedades na Lezíria, em 2000 este valor ascende a 5,6%. No entanto, existem sectores onde o peso do emprego é maior nomeadamente na construção (12,7%), que aliás viu o seu peso reforçar-se e na agricultura (8,6%) que ao invés, decresceu em 2 pontos percentuais. Nos outros sub-setores o concelho vê o seu peso reforçado.

A dimensão média das sociedades é cada vez mais diminuta, devido a um factor principal que se prende com a automatização dos processos de funcionamento que requerem menos quantidade e mais qualidade da mão-de-obra.

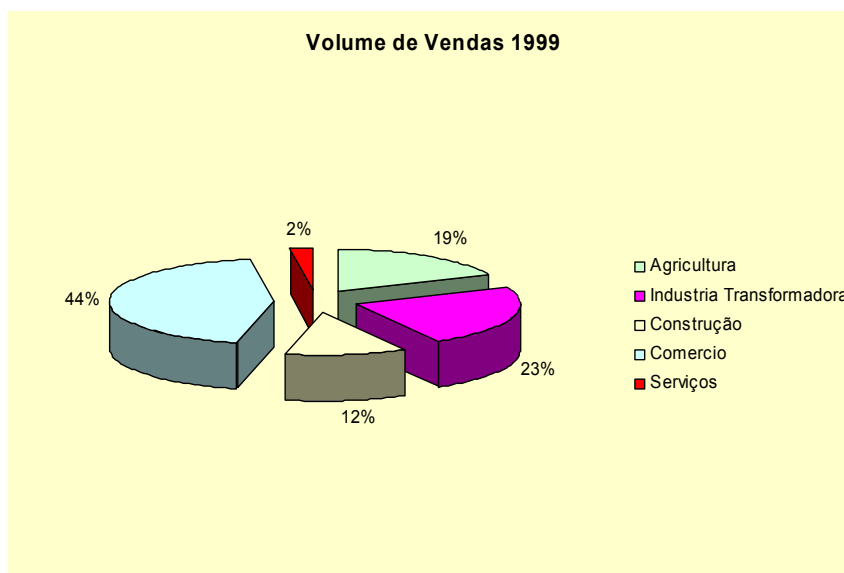
Quadro n.º 32 – Sociedades

Dimensão Média da Sociedade (Pessoal/Sociedade)	1998	1999	2000
Total	6.7	6.2	5.8
Agricultura	6.2	5.8	5.2
Ind. Transformadora	18.5	18.1	16.1
Construção	7.2	7.3	6.8
Comércio	4.6	4.3	4.7
Serviços (Imobiliários, Informáticos, I&D, Empresas)	3.4	2.9	2.5

Fonte: INE

Como se pode constatar no quadro acima, todos as sociedades em todos os sub sectores perdem dimensão. O sub-sector que apresentava maiores dimensões era o da indústria transformadora, seguido do da construção. De notar que a empresa de menor dimensão é a ligada aos serviços às empresas e de I&D, com uma dimensão de 2,5 empregados por sociedade o que reflecte o elevado nível de especialização e flexibilidade, existente neste.

O volume de vendas é um dos indicadores que melhor traduz a expressão económica de cada grupo de actividades. Aqui o que se verifica é que as actividades comerciais, que englobam o comércio por grosso e a retalho contribui com quase 50% do total do volume de vendas, seguido da indústria transformadora com 23% e da agricultura com 19%. Estes três grupos de actividades representam 86% do volume total de vendas.



Fonte: INE

Sintetizando e tomando como critério de avaliação os indicadores atrás descritos, podemos concluir o seguinte:

O sector primário no qual se integra a agricultura tem vindo a perder peso quer ao nível do emprego gerado quer ao nível do número de sociedades existentes, sendo um sector ainda importante mas não o sector chave de desenvolvimento do concelho. Esta realidade não é consistente com a realidade tida em conta na elaboração do relatório do PDMSM, que sustentava que “a agricultura deverá continuar a ser o sector base da economia do concelho” (Vol. II, pág. 14). O sector secundário nunca teve no concelho a expressão que tem noutras áreas do país, resultado porventura das aptidões agrícolas dos solos. No entanto, actualmente a indústria transformadora ultrapassa em número de sociedades, em emprego gerado e em volume de vendas a agricultura, embora se verifique que o crescimento deste sector nos últimos anos tem vindo a estagnar, nas opções de desenvolvimento do P.D.M. sustentava-se que “...poderia apostar em apetrechar-se para o acolhimento de actividades industriais em processo de deslocalização” (Vol. II, pág. 13). Na década de 90 o processo de deslocalização referia-se às indústrias deslocadas da cintura industrial de Lisboa, actividades predominantemente poluentes e pouco qualificadas. O que se pretende é exactamente o contrário: empresas pequenas, não poluentes de mão-de-obra extremamente qualificada com alto valor acrescentado, que se desloquem para o concelho devido às boas acessibilidades e à qualidade do espaço envolvente, bem como a um custo do solo inferior ao da Área Metropolitana de Lisboa.

O sector terciário é o sector mais dinâmico no concelho, é o que apresenta maiores taxas de crescimento, tanto ao nível de sociedades, como ao nível do emprego gerado como da importância já hoje do volume de vendas que é de 46% em 1999. A tendência do mercado é pois o de uma terciarização, não uma qualquer, mas sim uma terciarização mais especializada e cada vez mais qualificada, prova disto são a relevância dos indicadores das actividades ligadas às actividades de investigação e desenvolvimento, informática e a consultoria de empresas; no fundo, o serviço do serviço. O PDMSM não soube avaliar as tendências já existentes na década de 90, como também a matriz concelhia, nomeadamente ao nível das áreas industriais quantificadas, que surgem sem nexos nem tradição. Ao propor estas áreas (algumas com mais de 300 ha), também não foi

quantificado o custo da infra-estruturação das mesmas. Um plano tem sempre que ter um objectivo central, uma estratégia, eixos de desenvolvimento e acções que a materializem. Resta, pois, definir um objectivo central bem como a estratégia de desenvolvimento e materializá-la nos instrumentos de planeamento existentes.

6 - AVALIAÇÃO DO PLANO: ANÁLISE TERRITORIAL do Plano Eficaz

6.1 - Modelo de Desenvolvimento Territorial

A análise ao relatório descritivo e propositivo do PDMSM – Vol. II – permitiu chegar à conclusão de que este é confuso face à estrutura e conteúdo porque apresenta de forma pouco evidente os objectivos de desenvolvimento e de ordenamento do território.

Os programas de actuação territorial são expressos por acções sem materialização concreta, nem plano de financiamento. Será muito fácil propôr esta ou aquela medida, só que é preciso quantificar os custos dessas medidas, aferir se a autarquia possui os recursos financeiros necessários, indicar programas de financiamento existentes e propôr a respectiva calendarização.

De qualquer forma, de seguida é apresentada uma breve descrição e análise crítica do conteúdo daquele volume.

6.1.1 – Problemas e Potencialidades de Desenvolvimento

O Plano aponta como grandes problemas de desenvolvimento a estabilização dos efectivos populacionais, formas de crescimento suburbano, a gestão da crescente integração com a Área Metropolitana de Lisboa, a fragmentação urbana e a dispersão das habitações e a defesa do ambiente e preservação da qualidade dos espaços naturais; e destaca como elementos que contribuem decisivamente para o seu desenvolvimento a relação e proximidade à Área Metropolitana de Lisboa, a vocação agrícola do Concelho, a identidade cultural e a atractividade natural. De facto, na actualidade são problemas e

virtudes que ainda se colocam, porém, outros se colocam ao nível do planeamento por ausência de planos de urbanização¹¹ para as vilas do concelho e Planos de Pormenor para os núcleos urbanizados a preservar.

6.1.2 – Opções de Desenvolvimento

O relatório do PDMSM em vigor aponta para duas opções de desenvolvimento. A primeira refere que o concelho poderá alicerçar o seu desenvolvimento, procurando aproveitar as transformações ocorridas no quadro das acessibilidades, ensaiando uma maior integração regional, designadamente com a AML.

Nesse sentido, poderá apetrechar-se para a criação de um ambiente favorável para o acolhimento de actividades industriais em processo de deslocalização da AML, afirmar-se como espaço residencial de mão-de-obra e como mercado de trabalho regional e tornar-se um espaço de lazer, incluindo o de segunda residência. Trata-se de uma opção possível, que exige da Autarquia, uma acção ao nível da disponibilização de solo em condições competitivas para a instalação de actividades. Esta opção teria uma atitude de maior permissividade em termos do uso e da transformação do solo.

Como consequência, esta opção permitiria um rápido crescimento demográfico e do emprego, mas tendo em conta o tipo e as estruturas do povoamento, acarretaria um agravamento das condições ambientais bem como ao nível das infra-estruturas e equipamentos.

Numa segunda opção, que exige uma visão de longo prazo e de maior coragem política (visto tratar-se de recusar o crescimento rápido) tem como objectivo a preservação do concelho como espaço de qualidade e com um desenvolvimento equilibrado.

Em termos sectoriais, do ponto de vista demográfico, tem como referencial uma estabilização dos efectivos, em termos económicos e tentar manter o equilíbrio entre os três grandes sectores de actividade. A agricultura deverá continuar a ser o sector base da economia do concelho, modernizando-se e reconvertendo-se de forma a ganhar maior competitividade e prestígio, relativamente à capacidade de atracção da mão-de-obra mais

¹¹ A eficácia do plano de urbanização existente – PGU da Vila de Salvaterra de Magos – é revogada em tudo o que colide com o PDMSM.

jovem. Na indústria deverá prevalecer a selectividade de modo a “obstruir” a instalação de actividades agressivas ao meio ou desqualificadoras da mão-de-obra. Ao mesmo tempo deverão ser criadas diligências, de forma a cativar empregos no segmento das médias qualificações. Nos serviços, o Plano aponta para três apostas fundamentais: desenvolver e melhorar os equipamentos e serviços colectivos, bem como os serviços de índole económica nomeadamente à agricultura. O desenvolvimento de serviços turísticos no concelho só tem viabilidade se a aposta for no sentido da valorização do património natural e das tradições culturais da área. Podendo-se integrar em qualquer pacote turístico o rio e a amenidade das paisagens ribeirinhas, os touros e os cavalos, o folclore, as tradições culturais e as potencialidades no domínio cinegético e do agro-turismo.

Nesta opção de desenvolvimento equilibrado terá de existir uma clara aposta na qualidade, bem como para realizações intensivas em capacidade de organização. Em termos sociais o Plano reforça-se a ideia da ligação da sociedade ao território, de modo a contrariar processos de transformação que não tivessem em conta a preservação dos equilíbrios naturais.

Embora sendo opções distintas, existem uma série de valores fundamentais que o PDMSM eficaz aponta (nas 2 opções de desenvolvimento) e que por isso, deverão constituir os objectivos finais de referência que norteiam as respectivas opções de desenvolvimento do Plano Director Municipal e que são:

- Preservar no concelho de Salvaterra de Magos um espaço natural de qualidade de localização estratégica relativamente à principal aglomeração urbana do país;
- Garantir um elevado nível de equipamentos e serviços à população, assegurando generalizadamente as infraestruturas básicas e requalificando os serviços nos principais aglomerados do concelho;
- Criar condições à modernização das actividades agrícolas e pecuárias sem prejuízo dos valores ambientais;
- Revitalizar as tradições históricas e culturais de Salvaterra como factor dinamizador da vida sócio-económica local e elementos do património regional e nacional;
- Reforçar a articulação com os concelhos vizinhos, em particular melhorando as ligações rodoviárias com a margem norte do Tejo.

Do ponto de vista da eficácia do Plano, a Autarquia optou por adoptar uma solução híbrida, isto é, entre a 1ª e a 2ª opção de desenvolvimento assumindo os valores de referência. No que concerne às propostas sectoriais verifica-se a sua materialização através da dinamização do espaço rural, com especial enfoque para o aproveitamento de programas financeiros, através da regeneração e manutenção dos ecossistemas – frente ribeirinha e albufeira de Magos, e consolidação urbana através de intervenções arquitectónicas e urbanísticas. Por outro lado, constata-se o apoio assíduo da Câmara Municipal na promoção dos eventos culturais (na esteira do que o PDM defende), favorecendo e projectando a identidade cultural ao nível nacional, destacando-se o “Mês da Enguia”, e a “EquiMagos”.

6.2 – Proposta de Ordenamento

A elaboração da proposta de ordenamento está fortemente condicionada pelos factores de desenvolvimento, determinantes no ordenamento do concelho. No entanto, outros factores se conjugam no horizonte do Plano.

As novas acessibilidades e a melhoria das existentes, os recursos naturais existentes bem como as suas tradições culturais, o valor económico das suas áreas de vocação agrícola e a tradição de captação de população do exterior, contribuindo deste modo para a consolidação urbana dos “foros”.

6.2.1 - Objectivos instrumentais/operacionais de Ordenamento do PDM de Salvaterra de Magos

Face ao enquadramento supra, o PDMSM, estabelece os seguintes objectivos instrumentais de ordenamento:

- I. Interagir com o ordenamento da A.M.L., com os concelhos limítrofes e da Lezíria do Tejo, incluindo os da margem direita;

- II. Proporcionar uma prática continua de ordenamento e planeamento, através da gestão do PDMSM, elaborando planos de urbanização e de pormenor e melhorando a articulação com os órgãos de ordenamento e planeamento sectorial da administração central e regional;
- III. Contribuir para a salvaguarda das áreas de paisagem natural de elevada qualidade ambiental;
- IV. Contribuir para fixação de população e emprego associado às actividades agro-pecuárias, que sejam compatíveis com a salvaguarda da qualidade ambiental;
- V. Contribuir para o aproveitamento das potencialidades turísticas existentes compatibilizado com a manutenção das actividades económicas potenciadores de um desenvolvimento sustentado, salvaguardando as tradições socioculturais do concelho;
- VI. Contribuir para uma correcta distribuição e utilização das infraestruturas urbanas e equipamentos colectivos;
- VII. Contribuir para a preservação e despoluição dos recursos hídricos;
- VIII. Promover a salvaguarda e a diversificação das áreas de uso agrícola e ampliação de áreas de vocação florestal de uso diversificado, criando deste modo uma rede de continuo natural, associada à rede hidrográfica;
- IX. Contribuir para uma efectiva política de gestão de solos pela CMSM e para a disciplina das operações de urbanização com optimização das infraestruturas instaladas e a instalar;
- X. Assegurar a valorização das áreas urbanas com valor histórico e cultural de Salvaterra de Magos, Muge e Glória do Ribatejo.

Com efeito, todos os objectivos instrumentais têm vindo a ser conseguidos, à excepção da alínea II), obtendo assim por parte da Administração uma eficácia elevada.

6.2.2 – Proposta Sectorial de Ordenamento

No âmbito das acessibilidades a implantação do então IC3 (actualmente A13 e com outro traçado) e a conversão rodoviária da ponte Rainha D. Amélia constituem-se como determinantes para a integração do concelho, na rede de acessibilidades a nível nacional

e regional. Deverão no entanto ser minimizados os impactes ambientais decorrentes, bem como uma articulação entre o traçado do IC3 e a rede viária municipal, não esquecendo as consequentes obras de requalificação desta.

A preservação das condições ambientais das áreas urbanas também surge como uma medida determinante de modo a consolidar o modelo de desenvolvimento territorial proposto, através da estruturação e requalificação das áreas sujeitas a recente pressão urbanística, revitalizando-as e promovendo a animação nos centros das vilas de Salvaterra de Magos e Muge.

A compatibilização da ocupação urbana do solo deve ser racional com a construção das redes de saneamento básico, sendo esta uma prioridade fundamental na gestão do PDMSM. Igualmente importantes são o tratamento dos espaços livres associados às vias urbanas estruturantes, tal como o desenvolvimento das redes e serviços de telecomunicações e de energia. A programação dos equipamentos colectivos obedece à hierarquia urbana proposta, de acordo com as funções atribuídas a cada aglomerado urbano concelhio.

A proposta de ordenamento considera a constituição dos seguintes espaços de uso dominante, devidamente delimitados e objecto de regulamentação específica no regulamento:

- Espaço Urbano
- Espaço Urbanizável
- Espaço Industrial
- Espaço de Industria Extractiva
- Espaço Agrícola
- Espaço Florestal
- Espaço Agro-Florestal
- Espaço Canal de Infraestrutura
- Espaço Aquícola
- Espaço Turístico
- Espaço Afecto a Outros Usos

De salientar a ausência da categoria de Espaço Natural e Cultural, onde se previa a protecção dos recursos culturais ou naturais e a salvaguarda dos valores paisagísticos, arquitectónicos, arqueológicos e urbanísticos, por meio das seguintes categorias de espaço:

- Espaço do património urbano (áreas com valor cultural, ambiental e urbano)
- Espaço do património arquitectónico (património classificado e do inventário municipal)
- Espaço do património arqueológico (áreas com sítios arqueológicos)

De acordo com o Parecer Final da Comissão Técnica da elaboração do Plano Director Municipal de Salvaterra de Magos, 3 de Junho de 1996, deveria ter sido contemplada na fase de elaboração aquela classe de espaço, o que nunca sucedeu.

6.2.3 – Programas de Actuação Territorial

De forma a assegurar a concretização das medidas de política estabelecidas o PDMSM, estabelece as seguintes acções a desenvolver:

- Assegurar a construção do IC3, a utilização rodoviária da ponte Rainha D. Amélia e a melhoria do transporte ferroviário;
- Assegurar a compatibilização da rede rodoviária municipal com a rede rodoviária regional e com o modelo de acessibilidade interno;
- Assegurar a cobertura concelhia com as redes de saneamento básico e de equipamentos colectivos, dimensionados de acordo com o modelo de desenvolvimento urbano proposto;
- Assegurar a contenção e racional utilização do solo urbano, dentro dos perímetros urbanos estabelecidos e a implementação das medidas previstas no regime jurídico de licenciamento dos loteamentos urbanos, com o objectivo de se constituir uma bolsa municipal de terrenos, urbanizados e urbanizáveis e um fundo de receitas para a realização das obras de urbanização e a construção dos equipamentos da responsabilidade da CSM:
- Obstar à proliferação do parcelamento rural com a perspectiva de parcelamento urbano, nas periferias das principais áreas urbanas e nas áreas de foros;

- Assegurar a cobertura do concelho com levantamentos aerofotogramétricos actualizados, à escala 1/1000, para as áreas a submeter a planos de urbanização, nomeadamente Salvaterra de Magos, Foros de Salvaterra, Marinhais, Muge e assegurar a elaboração dos mesmos;
- Captar actividades complementares às actividades tradicionais, que assegurem a diversificação do tecido económico e a salvaguarda da qualidade ambiental;
- Assegurar a concretização de empreendimentos e equipamentos turísticos compatíveis com as áreas propostas para a sua localização e com a procura efectiva nesse sector e obstar à sua concretização como processo de licenciar solo urbanizável fora dos perímetros urbanos definidos;
- Assegurar a manutenção da qualidade ambiental e controlar os factores que contribuem para a sua degradação;
- Assegurar a manutenção das áreas florestais e a sua protecção eficaz contra o risco de incêndio;
- Cooperar com os municípios limítrofes em acções concertadas de ordenamento regional, incidindo designadamente nos sectores agrícola, florestal e industrial, com o objectivo de reforçar a sua importância regional nesses sectores de actividade;
- Cooperar na gestão dos recursos naturais nas áreas mais sensíveis para a conservação da natureza, REN e áreas da rede nacional da conservação da natureza.

A administração tem vindo a desenvolver políticas em sentido convergente com o supra-mencionado. Desta forma, a avaliação desta matéria em termos de desempenho do Plano, tendo em conta o critério eficácia, considera-se que as medidas/acções são conseguidas, muito embora não sejam devidamente explicitadas através de programa de execução, calendarização e plano de financiamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decorreu mais de uma década desde a elaboração do modelo de desenvolvimento territorial preconizado no relatório do PDMSM, pelo que existem desadequações deste em relação à realidade territorial existente hoje no Município. A começar pela alteração da matriz económica e social do concelho (menos rural/agrícola e mais urbana/terciária), como também, a aposta em determinadas actividades económicas que se configuram desadequadas, nomeadamente, a pecuária. No âmbito supra-municipal evidencia-se a inserção do território municipal na NUTE II – Alentejo, com as oportunidades que daí decorrem ao nível dos fundos comunitários. A integração na nova Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo também acarretará novos métodos e modos de gestão territorial e de cooperação intra-municipal. As acessibilidades externas reconfiguraram-se com as alterações resultantes do novo plano rodoviário nacional (PRN - 2000), a mudança da tipologia e do traçado do principal eixo estruturante do território municipal, origina novos desafios e novas oportunidades que importa maximizar, nomeadamente a reconversão da ponte Rainha D.^a Amélia ao tráfego rodoviário, que veio encurtar as distâncias entre as duas margens do Tejo possibilitando um fluxo directo de pessoas e bens. As acessibilidades internas também melhoraram principalmente ao nível da qualidade da pavimentação.

O sistema de saneamento (rede de abastecimento de águas e de águas residuais) foi reforçado e ampliado.

Iniciaram-se novas obras e projectos que, se bem estruturados, apoiados e geridos, poderão configurar-se fundamentais no desenvolvimento do Concelho, nomeadamente o programa de valorização da frente ribeirinha do rio Tejo, a requalificação ambiental da vala de Salvaterra e ainda o POAAP da Barragem de Magos, pelo que importa adequar os instrumentos de gestão territorial aos objectivos que venham a ser delineados pelo Executivo Municipal, numa lógica de bem comum.

6.3 USO, OCUPAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO SOLO

A caracterização do uso, da ocupação e da transformação do solo é o principal instrumento de avaliação dos impactes (critério de avaliação) de um Plano Director, pelo que importa aferir as áreas afectas a cada classe de espaço bem como os indicadores tidos como relevantes à caracterização dessa classe de espaço.

Por outro lado, verifica-se que ao nível da concretização das propostas de planeamento, nomeadamente das unidades operativas de planeamento e gestão (art.º 59 do PDMSM) para as freguesias do Concelho (Planos de Pormenor para os núcleos urbanos a preservar, e Planos de Urbanização para cada freguesia) o grau de eficácia é inexistente devido à não concretização de nenhum dos IGT (instrumentos de gestão territorial) previstos.

Todavia, do ponto de vista do ordenamento do território estão a decorrer 3 processos para fazer face, de forma planeada, por um lado, às pretensões do mercado imobiliário, e por outro, para fazer prevalecer o equilíbrio ecossistémico, através dos Planos de Pormenor da Quinta da Coitadinha e Herdade de Nossa Senhora da Glória e do Plano de Ordenamento de Albufeira de Água Pública da Barragem de Magos.

Para análise da dinâmica da ocupação do território consideram-se 3 grandes agrupamentos de áreas de classificação de solos: o solo urbano¹² (é feita a delimitação dos perímetros urbanos através da qualificação em: área urbanizada, urbanizável e industrial - composto por 32.24km²), o solo rústico, ou seja, o solo exterior a este perímetro e o solo afecto a servidões administrativas e a restrições de utilidade pública (dando relevo ao solo subordinado ao regime jurídico da RAN e REN, pela expressão areal significativa).

¹² Os termos utilizados são aqueles que o Plano informa, porém, avança-se com a definição de solo urbano nos termos da alínea b) do art. 72º do DL 310/2003, de 10 de Dezembro: O solo urbano é aquele para o qual é reconhecida a vocação para o processo de urbanização e edificação, nele se compreendendo os terrenos urbanizados ou cuja urbanização seja programada, constituindo o seu todo o perímetro urbano.

CATEGORIA DE ESPAÇO URBANIZADA

As áreas urbanizadas caracterizam-se pelo elevado nível de infraestruturação urbana e densidade populacional, onde o solo se destina predominantemente à edificação, sendo constituído pelo conjunto coerente de edificações multifuncionais, nele se englobando o espaço urbano já consolidado e em completamento.

Quadro n.º 33 – Áreas Urbanizadas

Áreas Urbanizadas	Concelho	Glória do Ribatejo	Marinhais	Muge	Salvaterra de Magos	Foros de Salvaterra	Granho
Área Urbanizada Total (Ha)	1695.24	282.01	547.77	67.73	177.97	479.96	139.8
Área Relativa da Classe Esp. Urbz. (Freg./Conc*100)	100%	16.6%	32.3%	3.9%	10.5%	28.3%	8.3%
Área Útil de Ocupação (Ha) (I.O.Máx.*Ubz.)	381.74	82.98	114.98	22.46	55.49	84.86	20.97
Área Edificada Até 1999 (Ha) (M.N.T.)	185.08	31.42	58.89	16.75	38.54	30.14	9.34
Índice de Ocupação (AUrbanizada/AÚtilOcup*100)	48.5%	37.9%	51.2%	74.6%	69.5%	35.5%	44.5%

Fonte: DUP/CMSM

O solo classificado como urbanizado representa 6,93%¹³ da superfície total do Município.

Do ponto de vista relativo, as áreas urbanizadas das freguesias de Marinhais e de Foros de Salvaterra representam mais de metade do solo urbanizado do concelho, devido questões ancestrais relacionadas com a estrutura fundiária.

A área edificada regista o seu máximo na freguesia de Marinhais seguindo-se a um nível semelhante as freguesias de Salvaterra de Magos, Glória do Ribatejo e Foros de Salvaterra.

De igual forma, verifica-se que é a freguesia de Marinhais que potencialmente apresenta maior quantidade de solo classificado como urbanizado – 114.98 Ha (calculado com base no valor de referência que o PDMSM informa para o índice de ocupação/implantação máximo¹⁴), sem contar com o solo consumido pelos loteamentos.

¹³ Área urbanizada total / Área do concelho * 100

¹⁴ “Índice de Ocupação ou de implantação máximo” – valor máximo admitido para o quociente entre o total da área bruta de implantação dos edifícios ao nível do terreno e a área da parcela de terreno em que se implantam, referido em percentagem.

O índice de ocupação (potencial) regista um valor de 48,5% ao nível concelhio, subindo estes valores na freguesia de núcleo urbano mais consolidado como é o caso de Muge (74.6%) e Salvaterra de Magos (69.5%). A um segundo patamar surge a freguesia de Marinhais com um índice de ocupação de 51.2%, descendo este índice para valores inferiores aos 50% nas restantes freguesias.

CATEGORIA DE ESPAÇO URBANIZÁVEL

O espaço urbanizável é caracterizado por poder vir a adquirir as características do espaço urbano, no período de vigência do PDM. Esta classe de espaço é constituída pela área de reserva para expansão a curto e médio prazo, incluída em perímetro urbano. A área urbanizável ocupa 4,81% da superfície do concelho. As freguesias de “aforamento” – Marinhais e Foros de Salvaterra –, à semelhança do que ocorre para as áreas urbanizadas, representam mais de metade do solo urbanizável do concelho. A área urbanizável encontra-se ocupada em aproximadamente 12%, no entanto, verificam-se assimetrias intra-municipais bastante relevantes. É o caso das freguesias de Foros de Salvaterra e de Marinhais, bem como da freguesia sede de concelho se for considerada a área já comprometida pelo Plano de Pormenor da Coitadinha – 19.5ha.

A ocupação, embora em termos potenciais, do espaço urbanizável reflecte as tendências demográficas já descritas anteriormente, em que existem três freguesias com um dinamismo demográfico mais significativo (Salvaterra de Magos, Marinhais e Foros de Salvaterra) e outras três com estagnação ou mesmo regressão demográfica (Glória do Ribatejo, Muge e Granho).

Quadro n.º 34 – Áreas urbanizáveis

Áreas Urbanizáveis	Concelho	Glória do Ribatejo	Marinhais	Muge	Salvaterra de Magos	Foros de Salvaterra	Granho
Área Urbanizável Total (Ha)	1175.89	116.92	369.35	38.19	147.23	382.19	122.01
Área Relativa da Classe Esp. Urbz. (Freg./Conc*100)	100%	9.9%	31.4%	3.3%	12.5%	32.5%	10.4%
Área Útil de Ocupação (Ha) (I.O.Máx.*Ubz.)	230.30	22.56	75.12	6.27	28.69	73.57	24.09
Área Edificada Até 1999 (Ha) (M.N.T.)	27.1	1.94	11.9	0.38	2.31	9.35	1.22
Índice de Ocupação (AUrbz edificada/AÚtil Ocup*100)	11.8%	8.6%	15.8%	6.1%	8.1%	12.7%	5.1%

Fonte: DUP/CMSM

De acordo com os valores atrás descritos torna-se necessário adequar os instrumentos de planeamento e gestão territorial à realidade atrás espelhada, bem como aos objectivos futuros. Uma das características constantes no PDMSM (e em quase todos os PDM's de primeira geração), são as inúmeras sobreposições entre classes de espaço que teoricamente não se poderiam sobrepor, nomeadamente, existirem áreas urbanas delimitadas nas cartas de ordenamento sobrepostas a áreas afectas à Reserva Ecológica ou Agrícola nas cartas de condicionantes.

Sobre estes erros de origem cartográfica far-se-á referência mais adiante no capítulo dedicado à análise cartográfica do PDMSM. Continuando a análise referente às áreas urbanas, salienta-se que 12.39 hectares de áreas classificadas como urbanas se sobrepõem a áreas afectas à RAN, com um total de 0,66 hectares de área edificada e com 40 edifícios com alojamentos exclusivamente residenciais.

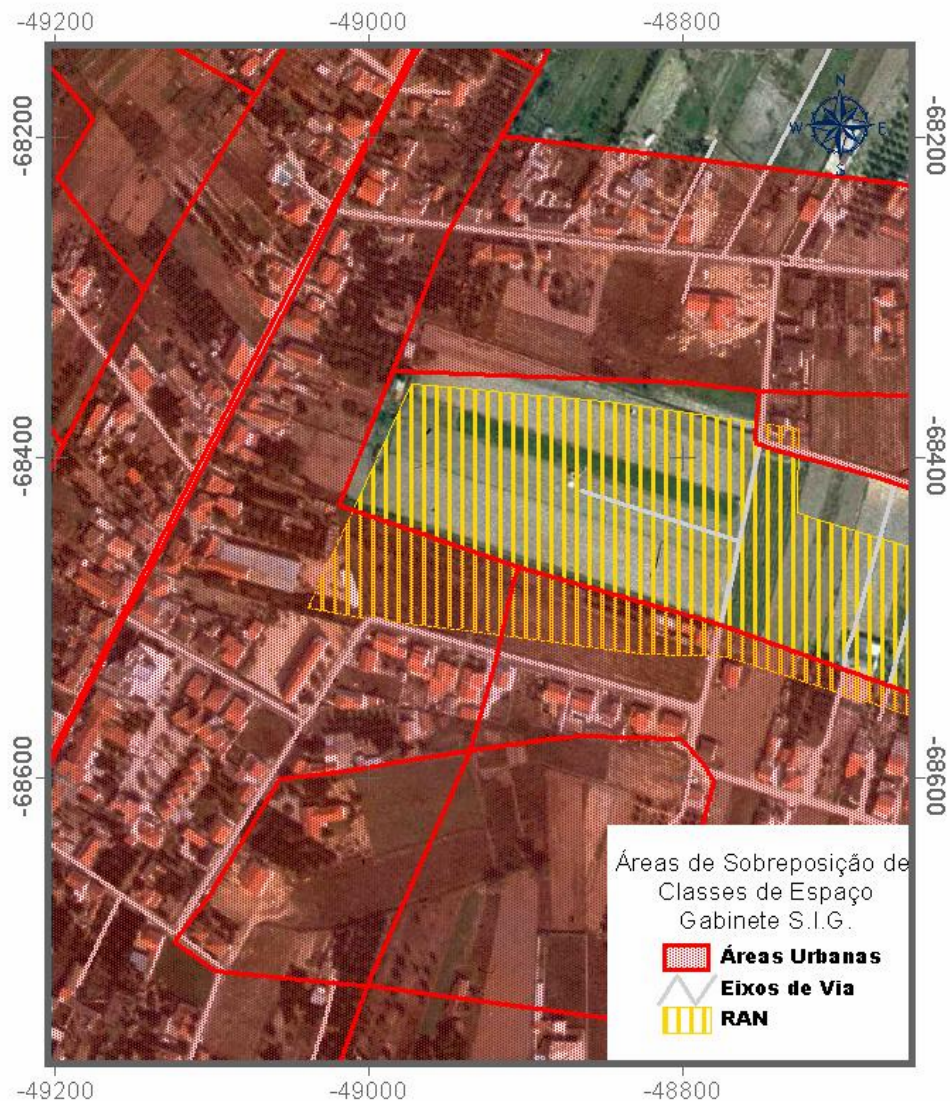
Quadro n.º 35 – Áreas de sobreposição – Solo urbano / RAN

Áreas Urbanas	R.A.N. (Hect.)	Área Construída (Hect.)	Edifícios c/ Alojamentos Excl. Residenciais
Concelho	12.39	0.66	40
Glória do Ribatejo	0.34	0.000649	1
Marinhais	4.67	0.13	4
Muge	0.18	0.0037	0
Salvaterra de Magos	2.82	0.51	32
Foros de Salvaterra	4.38	0.02	3
Granho	0	0	0

Fonte: DUP/CMSM

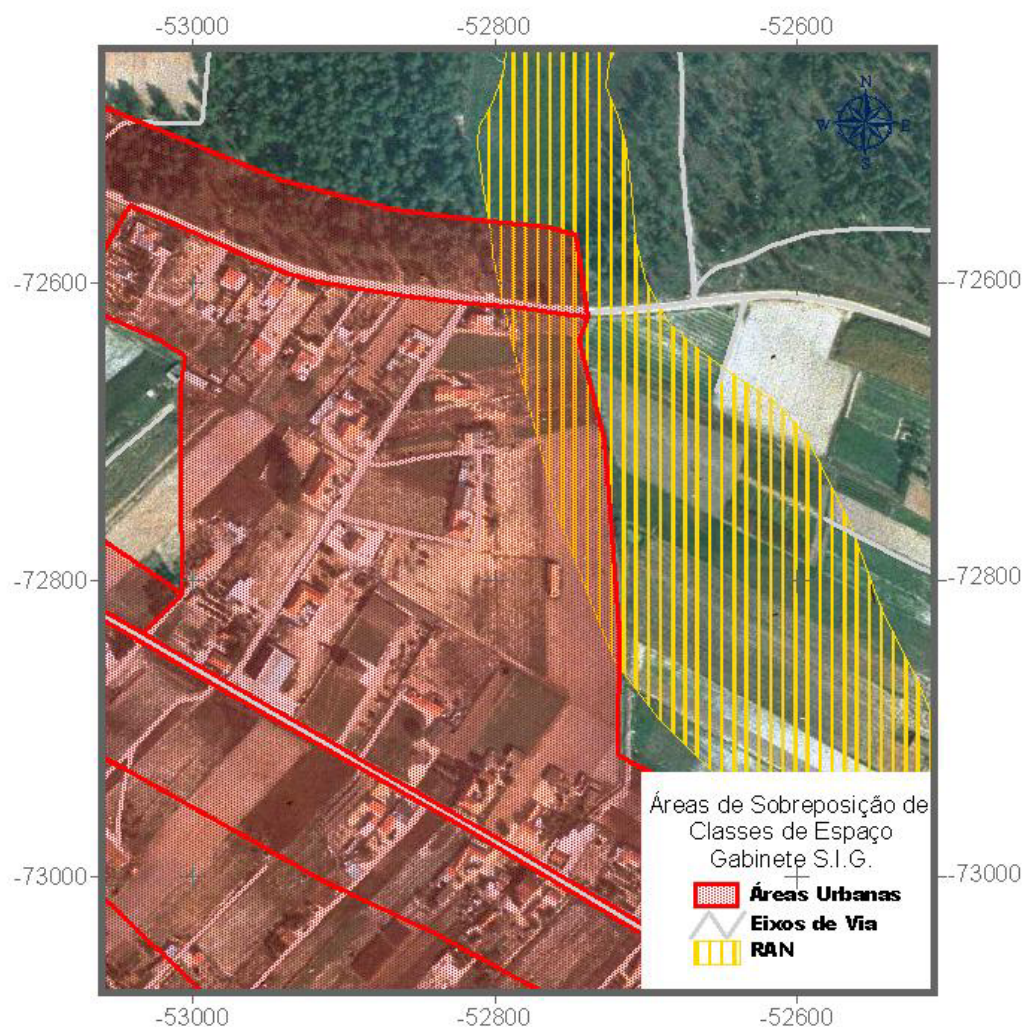
As freguesias que registam áreas de sobreposição mais elevadas são as de Marinhais (4,67ha) e Foros de Salvaterra (4,38ha). No entanto, é na freguesia de Salvaterra de Magos onde existe mais área edificada em RAN (0,51ha) e 32 edifícios com alojamentos exclusivamente residenciais.

Aspecto de
área
sobrepota
na vila de
Marinhais



Evidentemente que o regime da reserva agrícola nacional, permite alguma flexibilidade quanto às edificações nesta classe de solo, todavia, o que pretendemos salientar é o facto de existir solo classificado como urbano que também é classificado como RAN, existindo construções inseridas nestas áreas de conflito. É por isso urgente redefinir e emendar estes erros à luz das feições que os solos possuem.

Aspecto de
área
sobrepota
na vila dos
Foros de
Salvaterra



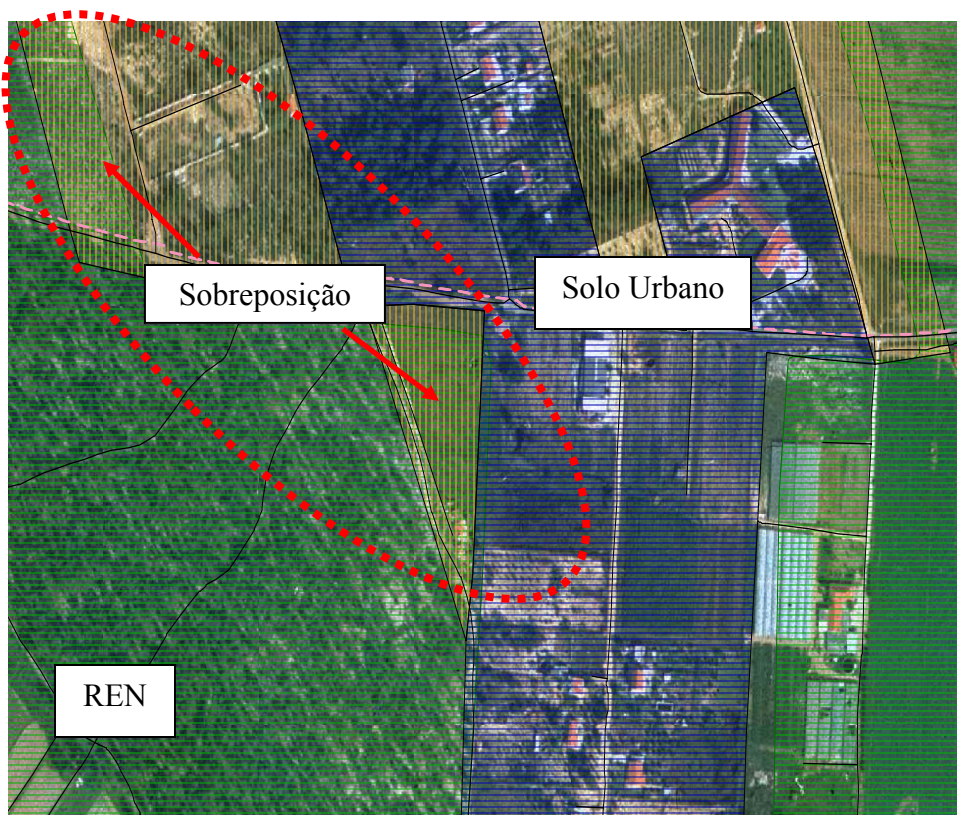
Ainda mais problemáticos são os casos de sobreposições entre as áreas classificadas como urbanas que ao mesmo tempo se incluem na REN, visto o regime da reserva ecológica ser muito mais restritivo, por esta ser bastante extensa no território municipal e por existirem grandes áreas de sobreposição (65,2ha). No concelho a área edificada é de 1,4 ha, e é constituída por 95 edifícios exclusivamente residenciais.

Quadro n.º 36 – Áreas de sobreposição – Solo urbano / REN

Áreas Urbanas	R.E.N. (Hect.)	Área Construída (Hect.)	Edifícios c/ Alojamentos Excl. Residenciais
Concelho	65.2	1.4	95
Glória do Ribatejo	3.2	0.07	3
Marinhais	18.7	0.28	29
Muge	3.2	0.21	1
Salvaterra de Magos	13.3	0.34	23
Foros de Salvaterra	25.4	0.51	38
Granho	1.4	0.0061	1

Fonte: DUP/CMSM

Aspecto de área sobreposta no lugar do Vale Queimado freguesia de Salvaterra de Magos

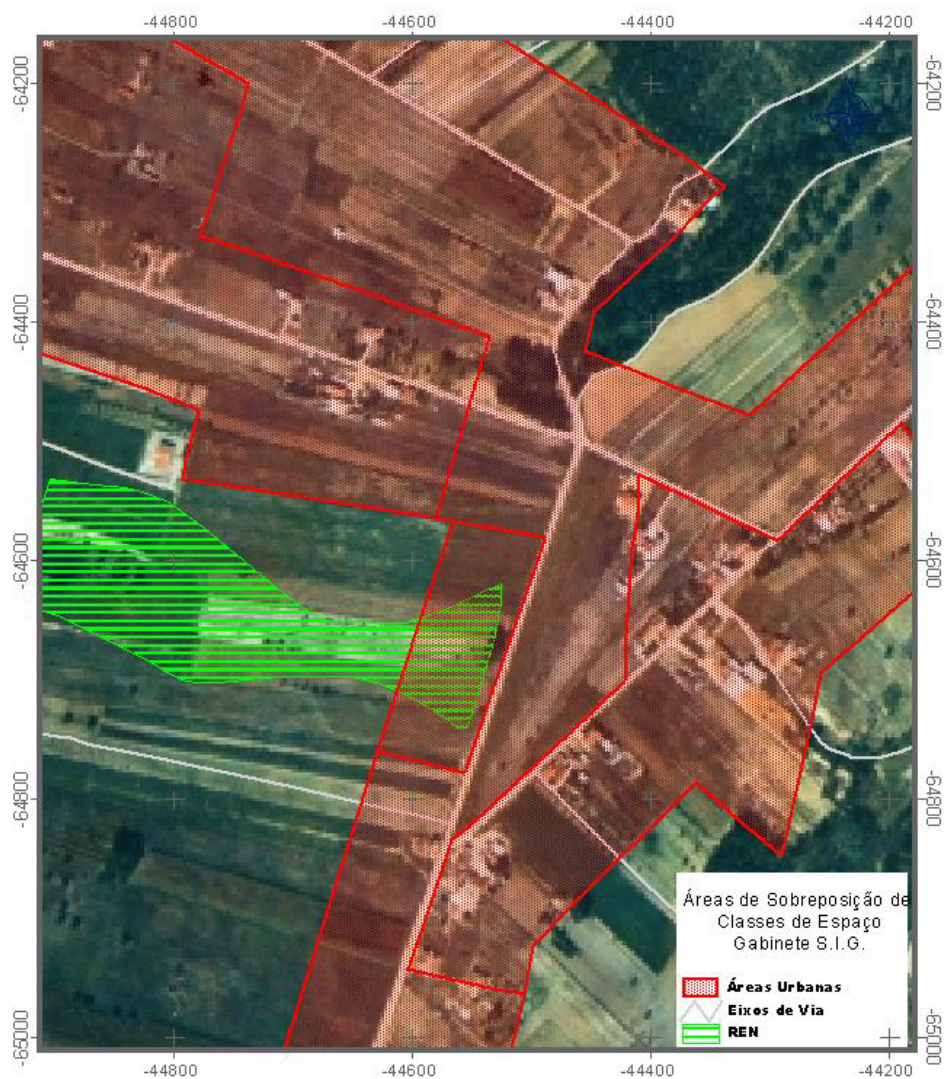


Tal como sucedia com as áreas urbanas sobrepostas na RAN, também são as freguesias de Foros de Salvaterra (25,4ha) e Marinhais (18,7ha) as que possuem mais solo urbano classificado afecto também ao regime da REN.

A área edificada distribui-se da seguinte forma:

Foros de Salvaterra – 0.51ha; Salvaterra de Magos – 0.34ha; Muge – 0.21ha; Marinhais – 0.28ha; Granho – 61m² e Glória do Ribatejo – 700m². Os edifícios exclusivamente residenciais concentram-se nas freguesias mais populosas de Foros de Salvaterra (38), Marinhais (29) e Salvaterra de Magos (23).

Aspecto de
área
sobrepota
na vila do
Granho



CATEGORIA DE ESPAÇO INDUSTRIAL

O solo destinado a usos predominantemente industriais representa 1,4% da superfície total do Município. De acordo com o regulamento do P.D.M., “o solo industrial é caracterizado pelo elevado nível de infraestruturação desenvolvido segundo uma rede

viária estruturante, servido por vias de comunicação, estacionamento”, algo que actualmente ainda não se verifica como é exemplo a zona industrial de Salvaterra de Magos. O sector secundário nunca teve uma expressão significativa no modelo económico do concelho, tal como também nunca teve ao nível da sub-região da Lezíria do Tejo. As poucas indústrias existentes tinham uma forte dependência dos produtos originados pelo sector primário. Recentemente verificou-se algum desenvolvimento das actividades industriais sobretudo ligadas à metalurgia. O espaço industrial concentra-se sobretudo na freguesia de Salvaterra de Magos (165,56ha) que representa 5% do solo total desta freguesia, embora pouco mais de 1/3 (Cfr. quadro 37) seja utilizável. O P.D.M. distribui as outras áreas industriais mesmo por freguesias que nunca tiveram essa característica, como é o caso das freguesias de Marinhais, Glória do Ribatejo ou Foros de Salvaterra. Devido a esta matriz as áreas afectas ao uso industrial estão a ser consumidas com ocupação exclusivamente habitacional como é o caso da área industrial da Glória do Ribatejo ou mesmo de Salvaterra de Magos e Foros de Salvaterra onde já se concentram elevadas quantidades de edifícios com alojamentos exclusivamente residenciais.

Quadro n.º 37 – Área Industrial

Áreas Industriais	Concelho	Glória do Ribatejo	Marinhais	Muge	Salvaterra de Magos	Foros de Salvaterra	Granho
Área Industrial Total (Ha)	352.75	70.52	29.82	69.91	165.56	16.94	0
Área da Classe de Espaço (Ponderado pela freg.)	1.4%	1.3%	0.7%	1.4%	5.0%	0.4%	0.0%
Área Útil de Ocupação Máx. Potencial (Ha) (I.O.Impl/Máx.*Área ind.)	114.4	21.3	9.2	25	53.2	5.7	0
Área Ocupada por construções 1999 (Ha)	11.6	0.4	0.25	3.6	6.5	0.81	0
Área Ocupada (aprox.) por const. Industriais (Ha)	5.71	0	0	2.4	2.6	0.71	0
Índice Ocupa. 1999 Potenc. (Área Ocup./AUOMP*100)	10.1%	1.9%	2.7%	14.4%	12.2%	14.2%	0.0%
Edifícios c/ Aloj. Excl. Residenciais	106	21	7	18	59	1	0
Outros Alojamentos	69	4	2	29	32	2	0

Fonte: DUP/CMSM

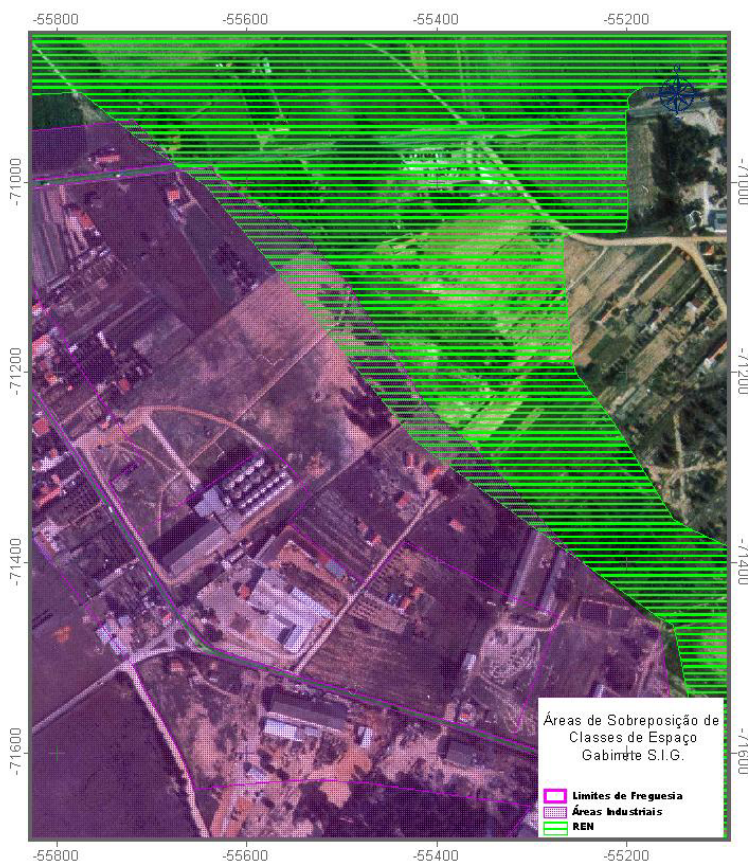
Os índices de ocupação potenciais não ultrapassam os 15%, pelo que se deduz que as áreas de localização industrial estão sub-aproveitadas e/ou a sua existência não faz sentido, especialmente, as áreas das freguesias de Glória do Ribatejo e de Marinhais.

A Câmara Municipal deverá definir de acordo com a sua estratégia de desenvolvimento a continuação ou não destas áreas industriais, de acordo com a feição do

Município, o solo disponível, redefinindo ou não as suas dimensões, utilizações e localizações.

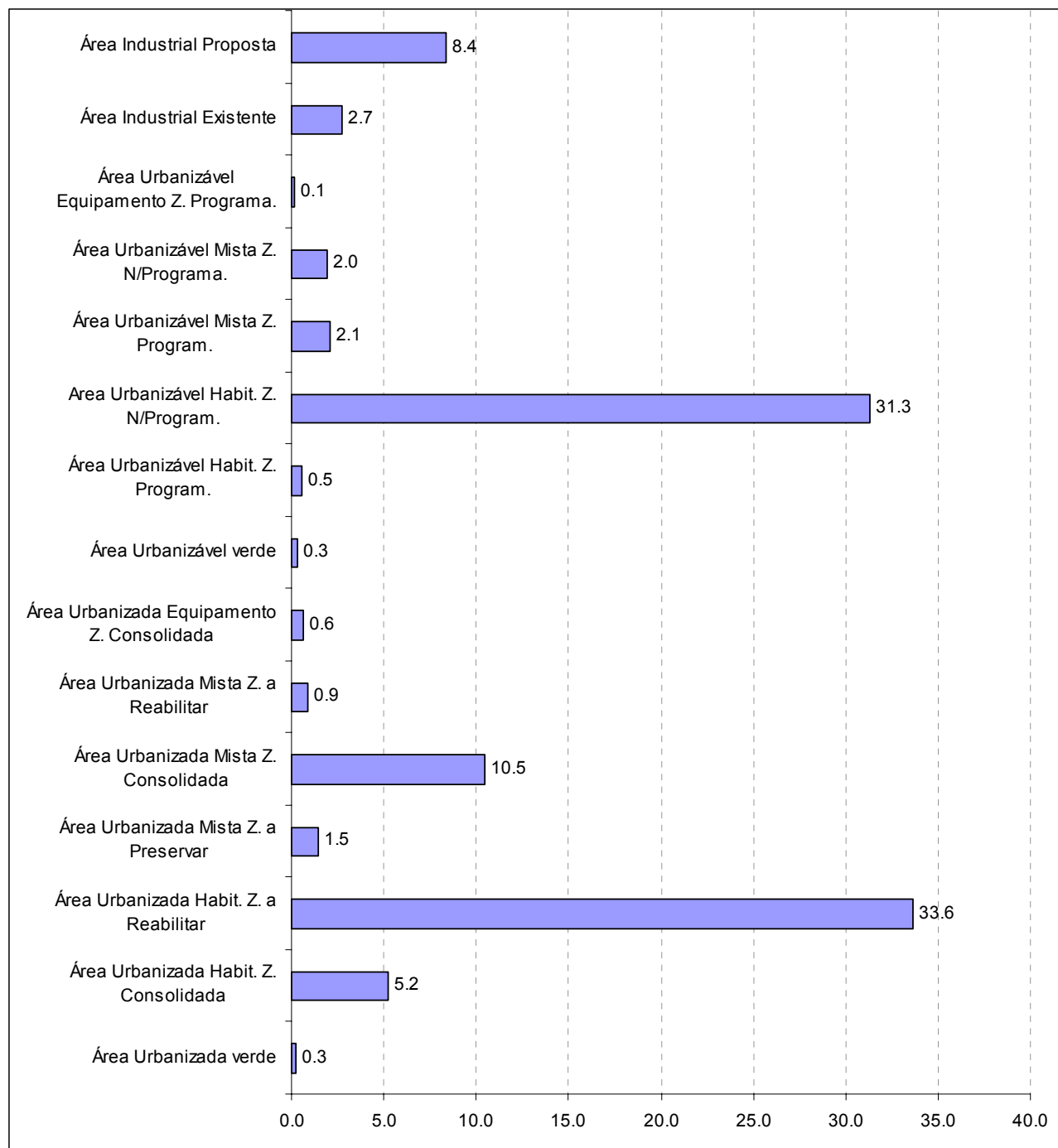
Também nesta classe de espaço existem sobreposições em relação aos solos classificados como REN e RAN, aproximadamente 6ha.

Aspecto de área sobreposta na zona industrial de Salvaterra de Magos

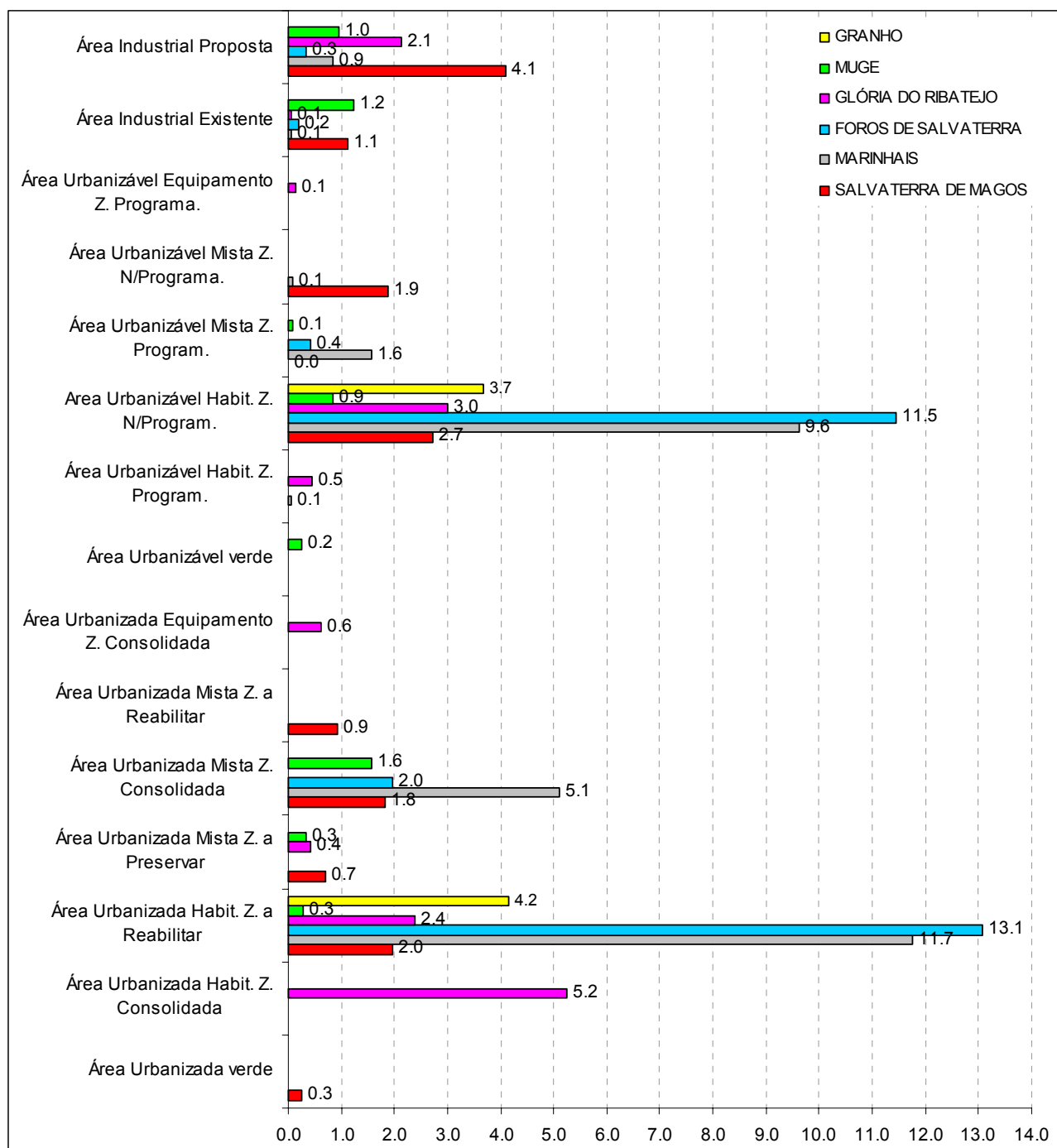


Por outro lado, verifica-se que em termos de percentagem total, são as qualificações das áreas urbanizáveis habitacionais – zonas não programadas e das áreas urbanizadas habitacionais – zonas a reabilitar, que possuem maior dimensão, ocupando cerca de 1/3 respectivamente, de todo o perímetro urbano do Concelho (ver gráfico infra).

Qualificação do perímetro urbano: percentagem no Concelho



Qualificação do perímetro urbano: percentagem por freguesia



À freguesia, calcula-se que Foros de Salvaterra e Marinhaís são as autarquias locais responsáveis pela maior proporção de solo urbano qualificado como área urbanizada habitacional – zona a reabilitar, com 13.1 % e 11.7% respectivamente.

Relativamente às áreas urbanizáveis habitacionais – zonas não programadas, constata-se de novo o elevado peso de Marinhais – 9.6% e Foros de Salvaterra – 11.5% (ver gráfico supra).

CATEGORIA DE ESPAÇO AGRÍCOLA

No espaço agrícola e de acordo com o regulamento do PDMSM são consideradas duas categorias de espaço:

- Área Agrícola da RAN
- Área Agrícola Não Incluída na RAN

O espaço agrícola é destinado no seu uso geral dominante à produção agrícola e pecuária, sendo por isso a RAN o conjunto das áreas que em virtude das suas características morfológicas, climáticas e sociais, maiores potencialidades apresentam para a produção de bens agrícolas.

A RAN deve ser entendida como uma restrição de utilidade pública que visa salvaguardar os melhores solos, constituídos pelas classes de solos A e B, de acordo com a classificação elaborada pelo Centro Nacional de Reconhecimento e Ordenamento Agrário, bem como por solos de baixas aluvionares e coluviais.

Os solos da Lezíria do Tejo, em particular os da margem esquerda do Rio onde se situa Salvaterra de Magos, são solos bastante desenvolvidos, ou seja, com todos os horizontes, sendo por isso os de maior aptidão agrícola do País. Os solos aluvionares representam 15.2% dos solos do Município e os solos classificados em RAN 17%. Como se pode constatar no quadro seguinte, 74,8% da reserva agrícola nacional é constituída por solos aluvionares, ascendendo esta taxa a valores superiores a 80% nas freguesias ribeirinhas de Salvaterra de Magos e Muge. Estes valores decrescem nas freguesias de Marinhais e da Glória do Ribatejo para taxas a rondar os 23% a 30%.

De referir que o cálculo das áreas de solos aluvionares se baseou na carta geológica do Instituto Geológico e Mineiro n.º31-c à escala 1/50000 e do cruzamento desta com a carta da RAN, aprovada em sede de PDM.

Quadro n.º 38 – Regime RAN

	Concelho	Glória do Ribatejo	Marinhais	Muge	Salvaterra de Magos	Foros de Salvaterra	Granho
RAN	4155.5	217.5	233.1	1323.9	1587.6	526.6	266.8
Solos Aluvionares na RAN (Hect.)	3108.2	66.1	54.6	1197.6	1270.5	320.6	198.9
Tx. RAN c/ solos Aluvionares	74.8%	30.4%	23.4%	90.5%	80.0%	60.9%	74.6%
Total Solos Aluvionares (Hect.)	3707.3	150.7	90.04	1423.7	1380.3	400.1	262.4
Tx. Solos Aluvionares na RAN	83.8%	43.9%	60.6%	84.1%	92.1%	80.1%	75.8%

Fonte: DUP/CMSM

O mesmo quadro permite verificar outras situações interessantes nomeadamente o facto de nem todos os solos aluvionares se incluírem na reserva agrícola, apenas 83,8% o estão.

Por outro lado, cerca de 69.6% dos solos em RAN da freguesia da Glória do Ribatejo e 76.6% na freguesia de Marinhais, possuem outra base de classificação para determinar que são solo de RAN, que não a de aluviões.

A área agrícola não incluída na RAN destina-se preferencialmente à produção agrícola mas não submetida ao regime jurídico desta.

No concelho de Salvaterra de Magos esta categoria de espaço ocupa 11,6% da superfície do Município.

Quadro n.º 39 – Área agrícola não RAN

Área Agrícola não Incluída na R.A.N.	Concelho	Glória do Ribatejo	Marinhais	Muge	Salvaterra de Magos	Foros de Salvaterra	Granho
Área Total (Hect.)	2839.4	247.1	610.8	277.8	722.4	767.1	214.4
Área Relativa	11.6%	4.6%	15.2%	5.7%	21.9%	19.7%	7.0%

Fonte: DUP/CMSM

As freguesias que mais contribuem para esta categoria de espaço são as de Foros de Salvaterra, Salvaterra de Magos e Marinhais.

Destaca-se o elevado número de alojamentos em edifícios exclusivamente destinados a habitação, principalmente nas freguesias mais populosas e com especial incidência para a freguesia de Foros de Salvaterra (354). A área edificada corresponde a

sensivelmente 34 hectares. De referir que grande proporção desta classe de espaço encontra-se incluída na reserva ecológica nacional.

Quadro n.º 40 – Área construída em área agrícola não RAN

	Concelho	Glória do Ribatejo	Marinhais	Muge	Salvaterra de Magos	Foros de Salvaterra	Granho
Área Construída (Hect.)	34.04	1.29	6.63	4.57	7.25	12.84	1.46
Alojamentos Exclusiv. Residenciais	775	17	204	19	148	354	33

Fonte: DUP/CMSM

CATEGORIA DE ESPAÇO FLORESTAL

O solo não urbano ou rústico é de grosso modo subdividido em 2 grandes classes, a classe de solos destinados a fins agrícolas e a classe de solos destinadas a actividades de produção florestal.

O espaço florestal é destinado no seu uso geral dominante à produção florestal e ao uso múltiplo da floresta exercendo ainda as funções de protecção ambiental, sendo composta pelas categorias de espaço: área de floresta de protecção e área de floresta de produção. Os principais povoamentos florestais existentes no concelho de Salvaterra de Magos são constituídos por eucaliptal (4146.7ha), pinhal (3437.1ha), montado de sobro (3219.4ha) e mata (5.2ha). Estes tipos de povoamento ocupavam em 1999 cerca de 44.2% do total da área do concelho. De acordo com o regulamento do PDMSM, a área de floresta de produção é constituída por montado de sobro e outras matas de produção onde se privilegia essencialmente a exploração florestal. O solo classificado como área de floresta de produção ocupa um total de 9784.8ha, ou seja, 40% do total da área do concelho. De acordo com esta categoria de espaço, as freguesias mais densamente florestadas são as do Granho 66,4%, Glória do Ribatejo 45,8% e Marinhais 45,9%, justamente aquelas que possuem solos com menores aptidões agrícolas. Ao invés, a freguesia e sede de concelho possui menor área florestal.

Quadro n.º 41 – Área de Floresta de Produção

	Concelho	Glória do Ribatejo	Marinhais	Muge	Salvaterra de Magos	Foros de Salvaterra	Granho
Área Total (Hect.)	9784.8	2442.6	1843.1	1987.3	214.5	1274.5	2022.8
Área Relativa	40.0%	45.8%	45.9%	41.1%	6.5%	32.7%	66.4%

Fonte: DUP/CMSM

De acordo com o PDMSM, a área de floresta de produção é constituída entre outras espécies por montado de sobro. Importa, por isso, cruzar a informação constante na carta de condicionantes e montado de sobro com a área delimitada como floresta de produção pela carta de ordenamento. De realçar que ambos os elementos cartográficos constam do PDMSM.

Quadro n.º 42 – Montado de Sobro

	Concelho	Glória do Ribatejo	Marinhais	Muge	Salvaterra de Magos	Foros de Salvaterra	Granho
Área de Montado de Sobro não contida na Flor. de Prod. - Ha	553.8	151.3	71.6	116.3	70.9	48.3	95.4
Tx. Ocupação Montado de Sobro não contida na Flor. de Produção	12%	16.4%	9.5%	14.2%	63.6%	11.7%	6.2%

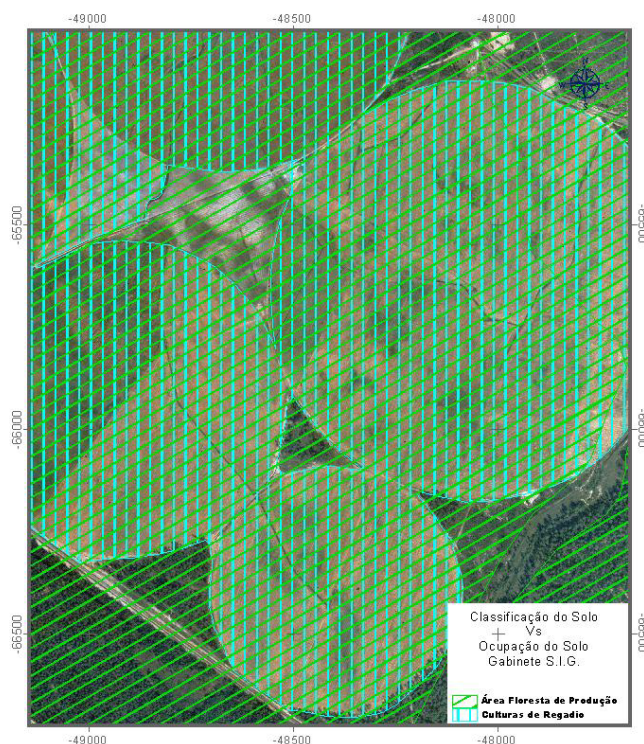
Fonte: DUP/CMSM

Como se pode depreender, 12% do montado de sobro referenciado no PDMSM não está classificado como área de floresta de produção, atingindo valores muito superiores na freguesia de Salvaterra de Magos (63.6%). Tal como aconteceu no espaço agrícola, verifica-se uma grande disparidade entre o regulamentado e a expressão espacial deste.

Actualmente 82% do montado de sobro está classificado como área de floresta de produção.

O solo ocupado com culturas de regadio são normalmente solos com maiores aptidões agrícolas, pelo que deveriam estar classificados como tal. Comparando o uso e a ocupação do solo com a delimitação da classe de espaço, podemos constatar que existe solo classificado como florestal, muito embora esteja ocupado com culturas de regadio. Verifica-se a reincidência no desajustamento entre a classificação e o uso do solo como se pode constatar no extracto de ortofotomapa.

Aspecto de pivots de rega na freguesia de Muge:



O montado de sobro constitui uma restrição de utilidade pública, merecendo por isso um tratamento especial:

O corte ou arranque de sobreiros que não se encontrem secos, doentes, decrepitos ou dominados é proibido, só se podendo efectuar cortes rasos de montado de sobro, quando visem a posterior ocupação do solo com obras imprescindíveis de utilidade pública ou uma conversão de cultura de comprovada vantagem para a economia nacional. Por estes motivos, o montado de sobro assume-se como uma condicionante ao uso e ocupação do solo, sendo necessário avaliar a sua evolução bem como a sua expressão territorial.

Quadro n.º 43 – Montado de Sobro

	Concelho	Glória do Ribatejo	Marinhais	Muge	Salvaterra de Magos	Foros de Salvaterra	Granho
Montado de Sobro em PDM (Ha)	4557.5	922.6	751.9	817.4	111.4	413.6	1540.3
Montado de Sobro em Lev. Aerofoto. (Ha) – MNT - 1999	3219.4	688.7	447.2	644.5	30.5	289.7	1118.8

Fonte: DUP/CMSM

De acordo com a delimitação realizada nos elementos cartográficos constantes no PDMSM, a área classificada como montado de sobro regista um valor de 4557,5ha, que corresponde a 18.6% da superfície do concelho. Por outro lado, o levantamento aerofotogramétrico de 1999, ou seja, 1 ano antes da ratificação do PDM, indica um valor 3219.4ha o que corresponde a um decréscimo em cerca 1/3 da área ocupada por montado de sobro, aquando da sua delimitação em PDM.

Quadro n.º 44 – Tx. de variação do Montado de Sobro – 1996/1999

	Concelho	Glória do Ribatejo	Marinhais	Muge	Salvaterra de Magos	Foros de Salvaterra	Granho
Taxa de Variação	-29.4%	-25.4%	-40.5%	-21.2%	-72.6%	-30.1%	-27.4%

Fonte: DUP/CMSM

De salientar a evolução negativa registada nas freguesias de Salvaterra de Magos (-72,6%) e Marinhais (-40,5%).

A área de floresta de protecção tem como função principal a sua preservação, sendo constituída pelas faixas de protecção dos cursos de água, pelas comunidades de vegetação instaladas nas unidades pedológicas de litossolos de arenitos, nas zonas de relevo acidentado e nas encostas de vale que pendem para as ribeiras principais estabelecendo um continuo natural com o objectivo de salvaguardar o património genético, defesa e valorização dos recursos hídricos e redução dos riscos de erosão do solo e de incêndios. De acordo com o PDMSM, existem 341,25ha afectos a esta classe de espaço, com predominância para a freguesia de Foros de Salvaterra com 236,6ha, que corresponde a 6,1% da área total da mesma.

Quadro n.º 45 – Área de Floresta de Protecção

	Concelho	Glória do Ribatejo	Marinhais	Muge	Salvaterra de Magos	Foros de Salvaterra	Granho
Área Total (Hect.)	341.25	11.22	77.6	0	15.83	236.6	0
Área Relativa	1.4%	0.2%	1.9%	0.0%	0.5%	6.1%	0.0%

Fonte: DUP/CMSM

CATEGORIA DE ESPAÇO AGRO-FLORESTAL

O espaço agro-florestal permite uma utilização agrícola ou florestal do solo. No espaço agro-florestal observam-se as disposições estabelecidas para as áreas agrícolas não incluídas na reserva agrícola nacional, caso o uso seja florestal observam-se as disposições estabelecidas para as áreas de floresta de produção.

O espaço agro-florestal ocupa um total de 2532.3 hectares, com especial predominância na freguesia da Glória do Ribatejo, que regista 31.1% do total da sua superfície afecta a esta classe de espaço.

Quadro n.º 46 – Espaço Agro-Florestal¹⁵

Espaço Agro-Florestal	Concelho	Glória do Ribatejo	Marinhais	Muge	Salvaterra de Magos	Foros de Salvaterra	Granho
Área Total (PDMSM)	2532.3	1652.8	96.1	559.3	0	0	224.1
Área Relativa (PDMSM)	10.4%	31.1%	2.4%	11.5%	0.0%	0.0%	7.4%
Áreas de Ocupação Agrícola (M.N.T.-1999)	1177.1	552.0	41.9	476.2	0	0	106.9
Área de Ocupação Florestal (M.N.T.-1999)	1322.4	1080.6	54.6	74.7	0	0	112.6

Fonte: DUP/CMSM

O solo delimitado por esta classe de espaço quase que se reparte a meio entre o uso agrícola e o uso florestal, existindo no entanto, um maior peso da ocupação florestal, especialmente na freguesia de Glória do Ribatejo. Por outro lado, Glória do Ribatejo e Muge possuem as maiores áreas de ocupação agrícola.

As normas previstas no regulamento do PDM são muito díspares quanto à edificação nesta classe de espaço:

Assim, se o uso for agrícola e respeitando as disposições estabelecidas para o espaço agrícola não RAN, as parcelas de terreno deverão ter uma área igual ou superior a 1 hectare, para que se possa proceder à edificação, podendo descer este requisito até aos 1000m², caso certos pré-requisitos sejam cumpridos. No espaço florestal a parcela de

¹⁵ O somatório das áreas agrícolas e florestais do MNT não coincidem com o valor do PDM, porque naquelas são subtraídos os perímetros das construções, facto que não acontece no PDMSM, por questões meramente metodológicas.

terreno terá de ter no mínimo 7,5 hectares, dificultando muito mais qualquer processo de licenciamento, criando dicotomias para a mesma classe de espaço.

CATEGORIA DE ESPAÇO TURÍSTICO

O espaço turístico é destinado no seu uso geral dominante à actividade turística. No concelho de Salvaterra de Magos o espaço turístico engloba pequenas áreas localizadas na frente ribeirinha do rio Tejo e na proximidade da barragem de Magos, com apenas 70ha, o que equivale a 0,3% da área total do Município, apesar de estarmos num concelho com quase 15Km de frente ribeirinha. Podemos ainda acrescentar que mais de 50% deste espaço turístico encontra-se classificado como REN, pelo que o próprio PDMSM condiciona bastante o desenvolvimento turístico que o concelho possa ter. No período de vigência do PDM, várias acções estratégicas foram iniciadas, nomeadamente a reconversão e limpeza do cais da vala em Salvaterra de Magos e a reconversão da frente ribeirinha no Escaroupim. Actualmente em área classificada como turística apenas existe o parque de campismo do Escaroupim.

O desenvolvimento turístico é apontado em muitos concelhos e até no próprio País como o sector chave para o desenvolvimento. Salvaterra de Magos possui recursos naturais e uma localização estratégica face a área metropolitana que podem catapultar o seu desenvolvimento turístico, tornando-o um ícone ao nível da Lezíria do Tejo.

RESTRIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA – RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

A reserva ecológica nacional constitui uma estrutura biofísica básica e diversificada que, através do condicionamento à utilização de áreas com características ecológicas específicas, garante a protecção dos ecossistemas e a permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das actividades humanas. Assim a reserva ecológica nacional, visa sobretudo salvaguardar o património ecológico nacional, pedra vital para o equilíbrio entre a população e o seu meio ambiente.

A intensificação da pressão urbanística, da agricultura e da exploração do solo, aliada à aplicação crescente de novas técnicas e de produção de produtos síntese, obriga, como é natural à existência de uma estrutura de protecção e enquadramento que possa garantir num mínimo de actividade biológica, a consequente permanência do fundo de fertilidade, bem como de outros valores, nomeadamente os paisagísticos.

A REN abrange no concelho de Salvaterra de Magos as seguintes áreas:

1) NAS ZONAS COSTEIRAS:

- Estuários (ribeiras de Muge e de Magos),
- Sapais¹⁶
- Zonas húmidas adjacentes;

2) NAS ZONAS RIBEIRINHAS, ÁGUAS INTERIORES E ÁREA DE INFILTRAÇÃO MÁXIMA OU DE APANHAMENTO:

- Leitos dos cursos de água, incluindo leitos de cheia (incluindo leito de cheia de 1979), suas margens naturais e faixas de protecção
- Albufeiras (barragens de Magos e Paúl do Concelho);
- Cabeceiras dos cursos de água com repercussões sensíveis pela sua dimensão e localização no regime do curso de água e na erosão das bacias;
- Áreas de máxima infiltração, delimitadas de acordo com a carta geológica pelas áreas de aluvião e, de acordo com a carta dos solos, ainda pelas areias de dunas e terraços cujos solos possuam elevada capacidade de infiltração contribuindo assim para a alimentação dos lençóis freáticos;
- Ínsuas mais conhecidas como mouchões;

3) NAS ZONAS DECLIVOSAS

Áreas de riscos de erosão.

¹⁶ Sapal – formação aluvionar periodicamente alagada pela água salgada e ocupada por vegetação halofítica ou, nalguns casos, por mantos de sal

Devido à sua localização na margem do principal curso de água do País e devido às suas características geológicas, o Município de Salvaterra de Magos possui uma extensa área abrangida pelo regime da REN (56%).

Quadro n.º 47 – Regime da REN

	Concelho	Glória do Ribatejo	Marinhais	Muge	Salvaterra de Magos	Foros de Salvaterra	Granho
Área Total (Hect.)	13656.1	884.5	1756.0	4383.6	2679.2	2464.9	1487.7
Área Relativa (%)	55.9%	16.6%	43.8%	90.4%	81.1%	63.2%	48.8%

Fonte: DUP/CMSM

No entanto, existe uma disparidade intra-municipal, as freguesias vizinhas do Tejo, Muge (90,4%) e Salvaterra de Magos (81,1%), possuem maiores proporções deste tipo de restrição de utilidade pública. Em contrapartida, a freguesia da Glória do Ribatejo que se encontra mais distante do Tejo e que possui solos mais antigos regista uma diminuta área afectada à REN.

Embora o regime jurídico da REN seja extremamente restritivo no tocante ao licenciamento de edificações, existe no entanto um elevado efectivo de alojamentos exclusivamente destinados à habitação incluídos em REN. Mais uma vez as freguesias mais populosas são as que possuem mais edifícios em REN. Importa salientar que muitos destes edifícios já se encontravam construídos à data de publicação da carta da REN.

Quadro n.º 48 – Sobreposição da REN com área edificada

	Concelho	Glória do Ribatejo	Marinhais	Muge	Salvaterra de Magos	Foros de Salvaterra	Granho
Área Construída (Hect.)	49.37	0.75	7.86	17.12	9.3	13.54	0.8
Edifícios Excl. Residenciais	789	10	220	32	174	339	14

Fonte: DUP/CMSM

Devido à sua extensão o regime da REN colide frequentemente com os interesses dos particulares. Em virtude desta ser uma área sensível para o Município, por existirem áreas classificadas simultaneamente como REN e como urbanas, como aliás já fora descrito, e por frequentemente se verificarem erros cartográficos no PDM é conveniente validar a delimitação correcta da reserva ecológica, de acordo com as regras definidas na legislação. Importa por isso à CMSM munir-se dos meios de informação cartográfica o mais actual e rigorosa possível, para que possa validar as áreas constantes na REN, numa lógica de rigor e transparência.

7 - AVALIAÇÃO DO PLANO: ANÁLISE CARTOGRÁFICA

7.1 - Diagnóstico da Situação

A elaboração de um mapa é uma tarefa complexa, principalmente quando pretende ser uma ferramenta de trabalho para os técnicos de planeamento e simultaneamente se destina ao cidadão comum, pouco habituado a recriar mentalmente a realidade a partir de símbolos. Para que um mapa cumpra este duplo objectivo é necessário que a sua linguagem seja simples e clara. Os elementos cartográficos de um instrumento de planeamento territorial são fundamentais tanto para a materialização dos objectivos desse plano, como para a correcta gestão desse mesmo território.

Da avaliação dos elementos cartográficos constantes no PDMSM, permitiu chegar a algumas conclusões: diversidade de símbolos utilizados para representar o mesmo fenómeno o que torna obrigatória uma consulta sistemática e laboriosa da legenda, processo que implica um dispêndio adicional de tempo na avaliação destas peças de planeamento.

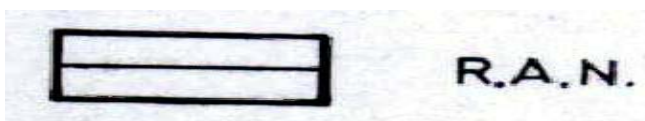
Legenda da carta de
Ordenamento – F1.1



Legenda da Carta de
Condicionantes – F2.1

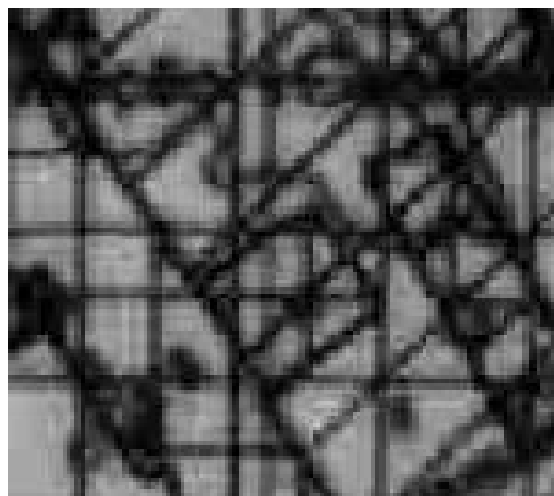


Legenda da Carta da R.A.N – A7
Falta de cuidado na escolha de



símbolos ou na forma de os reproduzirem, o que provoca erros e morosidade na análise.

Extracto de Carta de Ordenamento F1.1
“Descubra as 4 classes de espaço?”



Falta de qualidade das cartas, associadas ao tipo de papel utilizado na reprodução que se deteriora após alguns meses e provoca distorções nas cartas, associado a problemas de outra natureza, nomeadamente a inexistência de escalas gráficas nas cartas.

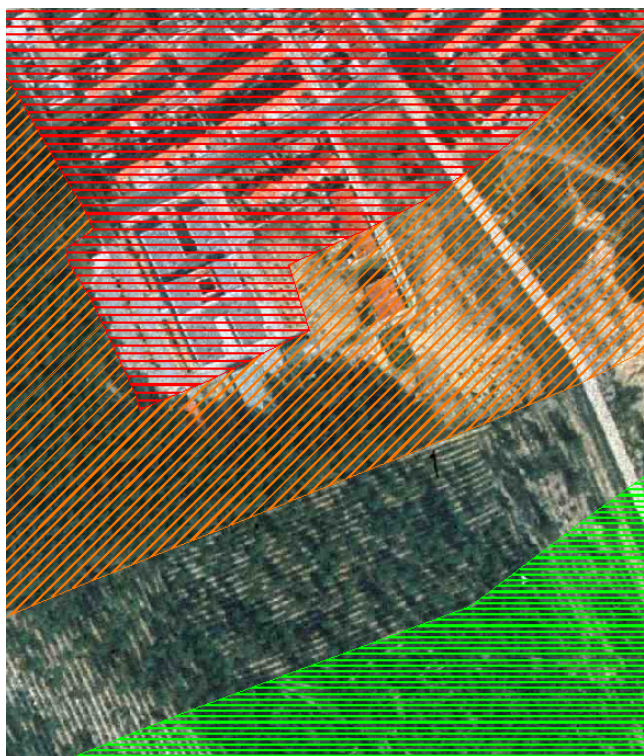
Deficiente construção das cartas designadamente na falta de coincidência do mesmo fenómeno entre as diversas cartas (aspecto de delimitação da R.A.N. em diferentes elementos cartográficos):



Descontinuidade também nas representações nas junções das folhas, detectando-se polígonos não fechados.



Espaços sem classificação o que provoca dificuldades na análise processual.



Ausência de classificação de espaços “Salvaterra de Magos”

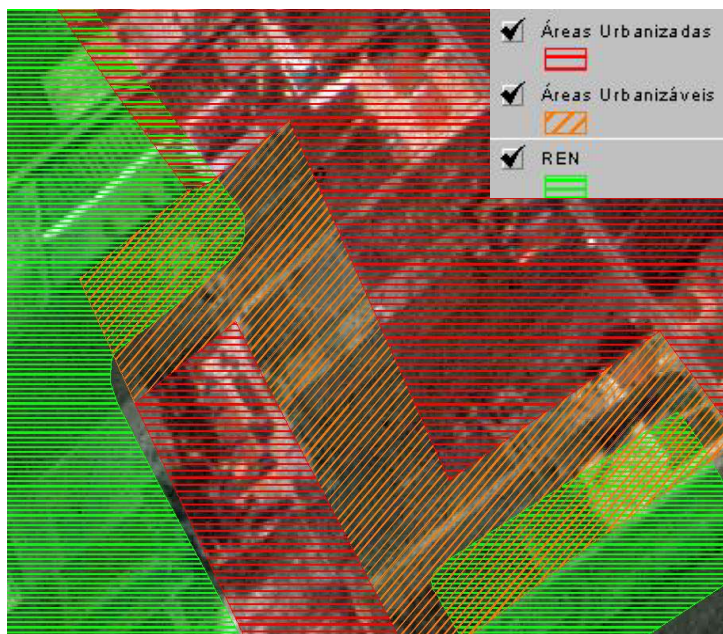
Fonte: PDMSM Cartas F1.9 e A8 (A9 no regulamento do PDMSM)

Áreas com sobreposição entre classes de espaço incompatíveis.

Aspecto de Sobreposição entre áreas urbanas e REN “Marinhais”

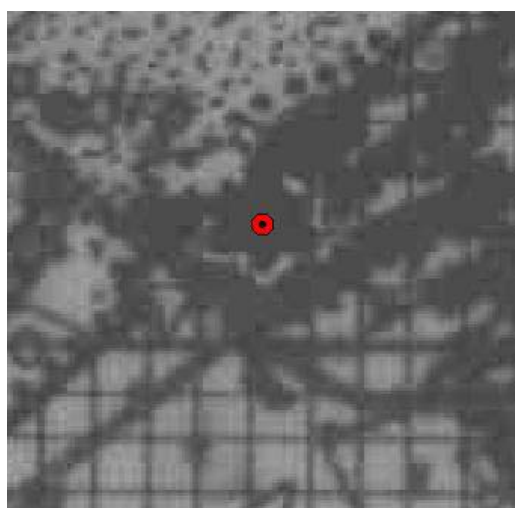
Fonte: PDMSM Cartas F1.6 e A9

Base cartográfica (Carta Militar 1/25000) com pouco rigor e desactualizada (1969-1972), sendo recomendável a constante actualização da cartografia a escalas maiores e em formato digital.



Falta de rigor na implantação de fenómenos pontuais, que se materializam em zonas de protecção que não salvaguardam fenómenos que se pretendem proteger.

Aspecto de Implantação de Imóvel
Classificado “Palácio da Falcoaria”
Fonte: PDMSM Carta F1.1



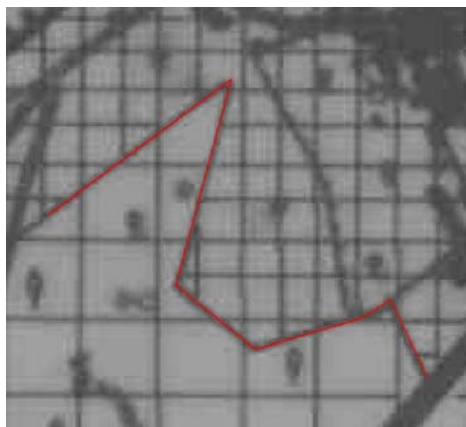
Aspecto da localização real do mesmo Imóvel Classificado a verde Vs. Zona de protecção:



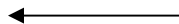
Inexistência de uma grelha regular com sistema de coordenadas cartográficas, que deveria e deve estar sempre presente em qualquer representação do território, de modo a possibilitar a georeferenciação sem margem para dúvidas dos fenómenos cartografados.

Deverá também constar o sistema de projecção, a elipsóide e o datum utilizado.

Inexistência de correspondência espacial entre áreas urbanas em diferentes elementos cartográficos:



Aspecto de área urbana
em carta F1.1



+

=



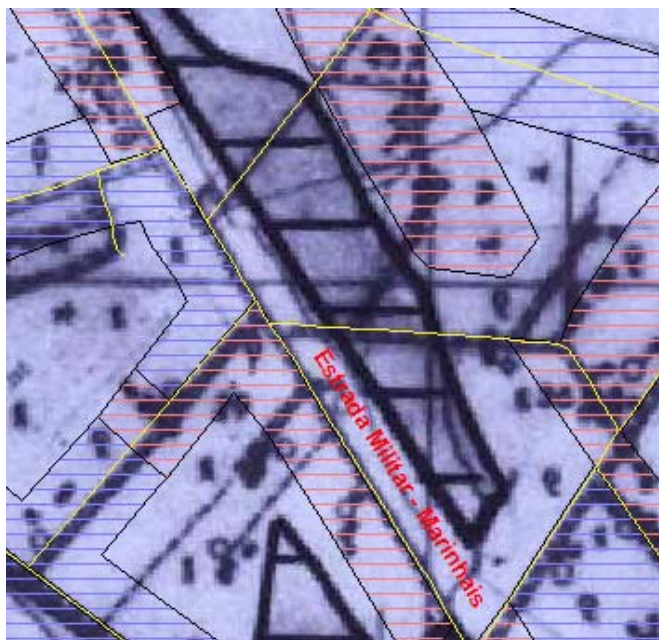
Aspecto de área urbana
em carta F1.9



Localização incorrecta da área turística existente da Praia Doce, na freguesia de Salvaterra de Magos (carta F1.1):



Apesar de na carta de delimitação da RAN – A7 – ter ficado excluída do uso agrícola RAN uma faixa contígua e adjacente à Estrada Militar junto ao lugar de Abas da Serra na freguesia de Marinhais, para ser incluída em solo urbano, verifica-se que ocorreu um lapso porque o solo encontra-se qualificado como RAN tanto na carta de condicionantes como na de ordenamento:



8 – DEFINIÇÃO DE OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO PARA O MUNICÍPIO E DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE A ADOPTAR

Salvaterra de Magos usufrui, devido à sua posição geoestratégica, de uma série de condições biofísicas e de carácter antrópico que permitem encarar o futuro com boas perspectivas de desenvolvimento. O Concelho insere-se numa região fortemente polarizada pela Área Metropolitana de Lisboa, que dispõe de um sistema urbano que tende a integrar a dinâmica das cidades mais próximas como Santarém, Rio Maior e Torres Vedras. O facto de ser uma região dinâmica, densa, concentrada e fortemente internacionalizada, demonstra sinais de que a tendência de descolagem face à região envolvente está a ser contrariada pelo desenvolvimento crescente de complementaridade devidamente estruturado pelos principais eixos de acessibilidade para Norte.

À luz do que foi dito no PNDES, a protecção ambiental em Portugal, em particular no Concelho, enfrenta dois grandes desígnios/propósitos:

- dar continuidade e completar a infra-estruturação básica (fase correspondente àquela que os parceiros comunitários já concluíram há 3 décadas),
- expandir as actividades da terciarização (incluindo as info – estruturas); por outro lado, dar um contributo solene para caminhar para o desenvolvimento sustentável, reajustando o crescimento económico.

OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO

À semelhança do que foi definido no PDM a definição de uma estratégia de desenvolvimento para o Concelho deve ter em consideração um complexo conjunto de objectivos essenciais, nomeadamente:

- ✓ A concretização de investimentos rodoviários estruturantes que vai “puxar e atrair” pela margem esquerda a norte da AML, reforçando e impulsionando um eixo (tradicionalmente organizado pela ferrovia) actualmente presenciado com territórios emergentes, nomeadamente o subsistema urbano Porto Alto/Samora Correia/Benavente/Salvaterra de Magos; Leiria/Marinha Grande;

Tomar/Abrantes/Torres Novas/Entroncamento. Entre as diversas alterações já programadas e algumas em execução no domínio das acessibilidades internas e externas avultam: a construção da A13, a localização aproximada da A10 a sul e a nova travessia do Tejo;

- ✓ A criação de uma dinâmica emergente de fruição do rio Tejo, que potencie as suas valências tanto pela criação de iniciativas/actividades a ele directamente ligadas, p.e., através do aproveitamento da frente ribeirinha, como pela utilização como meio que liga os espaços populacionais e as actividades económicas da bacia do Tejo;
- ✓ A criação de uma dinâmica emergente de fruição do espaço natural e agro-florestal, que potencie as suas valências tanto pela criação de iniciativas/actividades a ele directamente ligadas, como pela utilização como meio que liga os espaços populacionais e as actividades económicas rurais, p.e., agro-turismo (actividades equestres); aproveitamento da albufeira de Magos; construção de espaços habitacionais de qualidade equipados com campos de golfe, ou seja, a atribuição de mais competências para o “hinterland” concelhio;
- ✓ Promover um espaço natural de qualidade, de localização estratégica privilegiada relativamente à Área Metropolitana de Lisboa;
- ✓ Garantir um elevado nível de equipamentos e serviços às populações numa perspectiva territorialmente equilibrada;
- ✓ Criar condições para a modernização das actividades agrícola e pecuária, sem prejuízo dos valores ambientais;
- ✓ Acautelar áreas destinadas aos parques de sucata;
- ✓ Revitalizar as tradições históricas e culturais do concelho como factor dinamizador da vida sócio-económica local e promotor de uma actividade turística baseada no rio, nas suas paisagens ribeirinhas, no touro e no cavalo, na gastronomia, no

folclore e nas tradições populares e nas reconhecidas potencialidades no domínio cinegético e do agro-turismo;

- ✓ Reforçar a articulação com os concelhos vizinhos, num plano estratégico regional, de modo a potenciar a localização da região face ao aproveitamento dos efeitos exógenos esperados provenientes da construção de uma nova ponte sobre o Tejo e de uma melhor acessibilidade à margem Norte do rio;
- ✓ Valorização da vila de Salvaterra de Magos a nível regional, associada às suas tradições históricas, culturais e administrativas, especialmente através da reabilitação e conservação do edificado dos núcleos de reconhecido valor arquitectónico e cultural;
- ✓ Concretização das unidades operativas de planeamento e gestão, designadamente os planos de urbanização para as áreas urbanas e peri-urbanas das freguesias e elaborar/implementar programas de salvaguarda para as áreas a preservar das vilas de Salvaterra de Magos e de Muge.

Desta forma, Salvaterra de Magos como município integrante da Lezíria do Tejo, no horizonte 2015, poderá ter contribuído para a renovação da ocupação do território do Vale do Tejo, mediante o cumprimento dos seguintes processos:

- Reforço regional e nacional do Vale do Tejo, tendo núcleos urbanos chave, os sistemas urbanos de Torres Novas/Abrantes/Tomar/Entroncamento, Almeirim/Alpiarça, Porto Alto/Samora Correia/Benavente/Salaterra de Magos, “ancorados” por Santarém, para protagonizar papéis de intermediação da região com o país e para assegurar a sua inserção nas dinâmicas da economia da AML e nacional;
- Gestão eficaz do Concelho e em sentido lato de todo o Vale do Tejo, especialmente das áreas mais pressionadas pela urbanização e industrialização difusas – constituída pela 1ª “coroa” que circunda a AML e zona de transição para uma 2ª

“coroa” da qual Salvaterra de Magos faz parte, ameaçada nos espaços rurais e núcleos urbanos antigos por um processo de descaracterização (devido à sub-urbanização, à industrialização e construção desordenada de habitações de 2ª residência, quando esta sub-região em conjunto com o estuário do Tejo devem constituir uma cintura verde e avultar os dois grandes recursos paisagísticos da AML;

- Promoção do desenvolvimento em meio rural (atribuindo mais competências);
- Combinação das actividades agrícolas, valorização paisagística e espaços de lazer com o sub-sistema urbano polarizado por Santarém a funcionar como “âncora”;
- Grandes infra-estruturas a construir ou a completar envolvendo a RLVT (IC1 – localizado na margem direita do Tejo e que permitirá ligar Lisboa a Coimbra, passando por Leiria; a reformulação do papel e das condições de funcionamento da actual linha ferroviária do Oeste e de Setil -Vendas Novas; IC11 – a grande “circular externa” da AML, que permitirá ligar Torres Vedras (e a A8) a Setúbal passando pela A13 – que “desencravará” a margem esquerda do Tejo, permitindo a ligação ao IP6 e a Coimbra pelo centro do País; a A10 que permite ligar o Oeste à Lezíria (Bucelas - Carregado) através da A13, que por sua vez, liga a Península de Setúbal ao Alto Alentejo e a Espanha.

Na definição das linhas estratégicas de desenvolvimento (objectivos), para o Concelho, foram detectados os seguintes desafios e oportunidades:

DESAFIOS

- ✚ Contribuir para a melhoria da qualidade de vida e saúde dos munícipes, através da gestão racional dos recursos naturais;
- ✚ Continuar o esforço de investimento nos segmentos do saneamento básico;
- ✚ Gerir o passado recente e reforçar a política de conservação e gestão do património natural e da paisagem;
- ✚ Conjugar a gestão dos recursos hídricos com as políticas sectoriais e com as políticas de desenvolvimento regional e de ordenamento do território;

- ✚ Promover a qualidade do ambiente urbano;
- ✚ Promover a melhoria da faixa ribeirinha;
- ✚ Reduzir as disfunções ambientais localizadas, designadamente solos contaminados, fontes de poluição e águas poluídas;

OPORTUNIDADES

- ✚ Uma sociedade civil cada vez mais receptiva ao respeito e à valorização do ambiente;
- ✚ A crescente aceitabilidade da protecção ambiental numa óptica de desenvolvimento sustentável: informação e educação ambiental;
- ✚ A condição ambiental como factor de competitividade. Actualmente as questões ambientais não são encaradas como sendo uma restrição à actividade empresarial;
- ✚ A implementação dos instrumentos de planeamento e ordenamento do território de natureza especial e sectorial (p.e., POAAP – Barragem de Magos; ValTejo);
- ✚ Um horizonte de planeamento de 10 anos em que diversas transformações estruturais vão ocorrer na economia portuguesa. A adesão de mais 10 novos parceiros comunitários, as reformas estruturais comunitárias e portuguesas influenciadas pela integração europeia e globalização económica proporcionam um vasto leque de oportunidades para a preparação e de uma política ambiental de carácter preventivo e devidamente concertado com os vários parceiros constitui uma oportunidade de grande alcance;
- ✚ Existência de meios financeiros com origem comunitária, a par dos meios financeiros do Estado e dos agentes económicos locais.

Tendo como pressuposto o desenvolvimento do Concelho em termos sociais e económicos, habitacionais e ambientais, em suma, potenciar a competitividade territorial e a valorização da qualidade de vida das pessoas que aqui vivem, um cenário passa por valorizar os capitais externos e a dinâmica exógena e endógena como motor de impulsão

da actividade do Concelho e desvaloriza a expansão urbana desregulada. O vector do turismo é considerado essencial, tal como o são, a concretização das infra-estruturas básicas, a preservação e valorização da diversidade e da riqueza patrimonial, a regeneração urbana e a planificação física do território.

É uma linha estratégica de desenvolvimento que implica a concretização a médio curto/prazo das infra-estruturas básicas, a projecção das actividades relacionadas com o eco-turismo, a construção de urbanizações de qualidade, aproveitar a boa imagem de “marketing territorial” do Concelho e sua difusão através dos espaços verdes, habitação de qualidade e boas acessibilidades (sinónimo de progresso), bem como a implantação de um renovado parque de logística que maximize os benefícios da proximidade da A13.

Além disso, é uma situação que privilegia a qualificação dos recursos humanos como elemento-chave.

A relação deste cenário de desenvolvimento com as recomendações do PERLOVT encontra afinidades. É um cenário de carácter cooperativista, cuja concretização depende do carácter empreendedor do executivo que preside este Concelho, especialmente na captação de financiamento. É um cenário que também valoriza o esforço da plataforma de concertação entre actores privados e públicos.

VECTORES DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICOS

Garantir níveis qualitativos e quantitativos satisfatórios de infra-estruturas e equipamentos, preservar e valorizar o património biofísico e antrópico existente e identificar um número estrito, concreto e claro de apostas estratégicas (medidas) de capacidade estruturante que contribuam decisivamente para a sustentabilidade e desenvolvimento do Concelho e da sub-região são os três grandes objectivos estratégicos de referência.

Por conseguinte, aqueles objectivos de desenvolvimento deverão ser consubstanciados e assentes numa estrutura organizativa cujas características clarifiquem e

identificam os vectores estratégicos de desenvolvimento territorial a seguir representados por 5 LINHAS DE ACÇÃO:

- ☑ *LINHA DE ACÇÃO – COMPONENTE SOCIAL E DE HABITAÇÃO*
- ☑ *LINHA DE ACÇÃO – COMPONENTE DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO*
- ☑ *LINHA DE ACÇÃO – COMPONENTE DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DO URBANISMO E DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL*
- ☑ *LINHA DE ACÇÃO – COMPONENTE MODERNIDADE E INOVAÇÃO*
- ☑ *LINHA DE ACÇÃO – COMPETITIVIDADE*

LINHA DE ACÇÃO – COMPONENTE SOCIAL E DE HABITAÇÃO

As bruscas alterações económicas, tecnológicas e territoriais que caracterizam as sociedades actuais, se por um lado, contribuem para o desenvolvimento e geração de riqueza, por outro, avultam as assimetrias regionais, conduzindo ao desemprego, exclusão social e pobreza. A constelação de carácter social porventura a mais complexa, pretende acautelar os aspectos relacionados com a toxicodependência, pobreza e incentivar as actividades lúdico-recreativas (especialmente vocacionadas para a juventude, de modo a afastar os jovens de comportamentos desviantes ou marginais e valorizá-los em termos pessoais e culturais). A promoção da habitação a custos controlados de forma a ser mais acessível à camada mais jovem, também deverá ser devidamente enquadrada. A edificação de um segmento habitacional para a classe média – alta também deverá ser contemplada através da construção de um novo modelo de desenvolvimento territorial, consolidando e perspectivando a qualificação ambiental, das pessoas e das organizações e desenvolvendo e consolidando funções singulares e relevantes no contexto do espaço regional. De facto, contribuir para a inserção sócio-económica e cultural dos habitantes, melhorar as condições de promoção da saúde, fomentar a identidade do Concelho, salvaguardando as diferenças culturais das comunidades existentes são condições fundamentais a integrar nos aspectos sociais.

LINHA DE ACÇÃO – COMPONENTE DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Com a componente turística associada aos eventos culturais pretende-se transformar a vertente do turismo numa fonte de rendimento e desenvolvimento para o Concelho, devendo para tal aliar às condições campo e rio o património cultural e histórico. A imagem de “marketing” de Salvaterra de Magos é bastante propícia, porém, e apesar dos projectos de revitalização, deve-se ter em linha de conta três medidas fundamentais para se obter mais e melhor turismo e colocar Salvaterra de Magos no mapa dos destinos turísticos:

- Aumento da diversificação e qualificação da oferta turística concelhia e a subsidiariedade do turismo concelhio e fomento da procura;
- Implantação do turismo de curta duração: de lazer e turismo de negócios;
- Criação de um posto de turismo municipal.

LINHA DE ACÇÃO – COMPONENTE DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DO URBANISMO E DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

As questões do ordenamento do território, do urbanismo e do planeamento ambiental não devem ser fruto de decisões avulsas e por isso aponta-se para a necessidade de se exercer a Administração do Território de forma activa e interventiva/agressiva, e não remediando as situações. A proposta no planeamento do ordenamento do território e do urbanismo tem como pretensão a melhoria da mobilidade através da melhoria das acessibilidades rodoviárias internas e externas, bem como a circulação pedonal, através da salvaguarda de espaços pedonais; a concretização dos instrumentos de gestão territorial já mencionados e alterações pontuais dos C.O.S. A seguir apresentam-se alguns objectivos:

- Elaboração do *Plano Municipal de Ambiente de Salvaterra de Magos (PMASM)*, desempenhando o papel de instrumento de política e de gestão ambiental. Visa conhecer, preservar e melhorar o ambiente salvaterrense, através da identificação do estado do ambiente municipal e detectar as suas tendências de evolução de forma a

seleccionar e concentrar as atenções nos problemas e potencialidades ambientais que exigem uma intervenção prioritária;

- Reorganização da estrutura da rede de acessibilidades interna e externa;
- Elaboração do relatório do estado de ordenamento do território municipal (**REOTSM**) de 2 em 2 anos;
- Conservação, consolidação e salvaguarda do património edificado.

LINHA DE ACÇÃO – COMPONENTE MODERNIDADE E INOVAÇÃO

A modernização dos serviços autárquicos irá permitir agilizar a burocracia necessária. Por outro lado, o financiamento baseado no POSI (Programa Operacional da Sociedade de Informação) vai permitir equipar e atribuir mais competências e valências à rede escolar, e à rede de bibliotecas municipais, incentivando mais o gosto pelo conhecimento dos munícipes. Paralelamente, o investimento nas tecnologias da informação em sentido lato, e mais estritamente, da comunicação e geográfica (TIC e TIG) enriquecem a autonomia e o nível científico e cultural dos técnicos e munícipes.

LINHA DE ACÇÃO – COMPETITIVIDADE

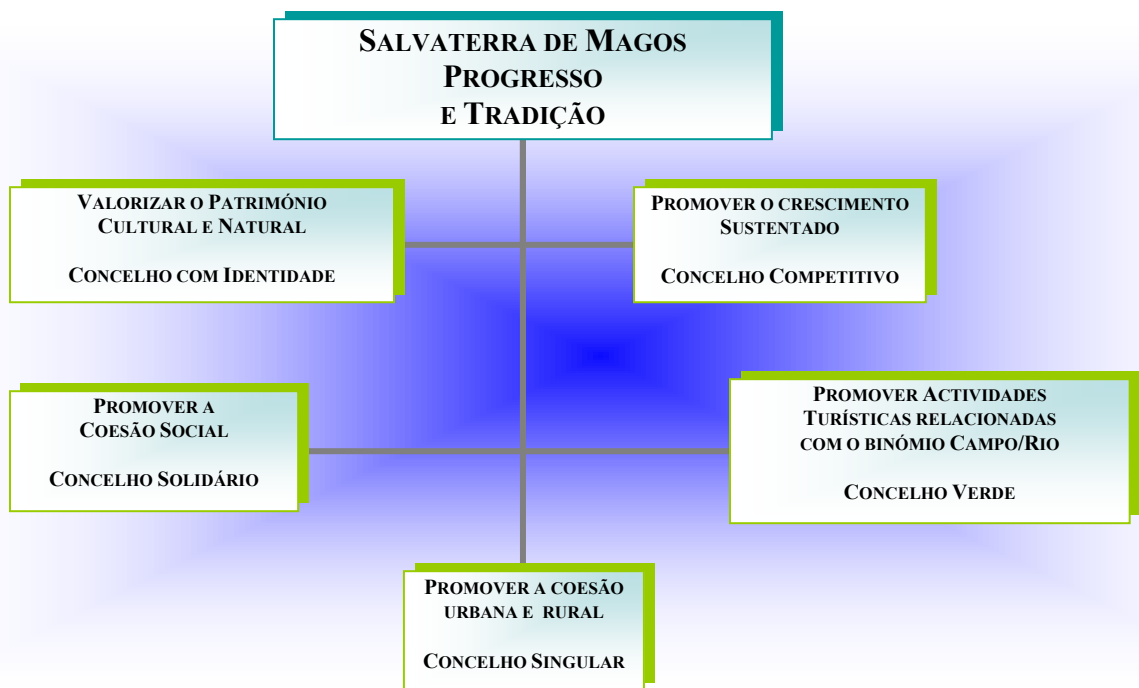
Numa lógica de relações de complementaridade¹⁷ e de sinergia¹⁸, económica, funcional e geográfica, o Concelho e Lezíria do Tejo deverá apostar na ascensão na cadeia de valores das actividades tradicionais (agro-alimentar) e do turismo de lazer e de recreio. O PNDES (Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social) atribui à Logística um significado estratégico na afirmação do país. Mais concretamente, a Lezíria do Tejo materializada pela CULT pode contribuir através de uma concertação estratégica de base territorial adquirindo e reservando terrenos que permitam o desenvolvimento de

¹⁷ Redes de Complementaridade – cooperação entre aglomerações com perfis complementares de especialização funcional e produtiva, próximas entre si, visando beneficiar de um efeito conjunto de externalidades de escala e de gama.

¹⁸ Redes de Sinergia – cooperação entre aglomerações com perfis funcionais idênticos, geograficamente próximas ou distantes, visando beneficiar da troca de experiências e da obtenção de massas críticas suficientes e de efeitos de escala.

novas plataformas logísticas que garantam o acesso rápido aos principais mercados consumidores. O papel da indústria inversa e da info-estrutura no contexto da logística também deverá ser levado em linha de conta.

A afirmação do concelho de Salvaterra de Magos como um espaço renovado e que privilegia o ambiente como factor de competitividade, só será passível de se concretizar se, em simultâneo, a requalificação urbana e ambiental e a criação de condições para a introdução do desenvolvimento de actividades de turismo de lazer e de recreio se cumprirem, não esquecendo a concretização da infra-estruturação básica, aliás, conforme as orientações delineadas para o Concelho pelo PERLVT. O executivo camarário e os demais intervenientes no destino de Salvaterra de Magos, devem por isso, espelhar a mudança de atitude, através dos programas de acção territorial (que se articulam com os vectores estratégicos), como resposta aos diversos desafios com que se defronta, encarando como uma segunda oportunidade de desenvolvimento a aplicação de um novo modelo de desenvolvimento territorial, vide figura infra.



Subjacente aos objectivos de desenvolvimento supra-mencionados, os critérios de sustentabilidade a adoptar assentam num dispositivo baseado no planeamento participativo das políticas de urbanismo e de ordenamento do território e nas demais



sectoriais, desde a fase de elaboração dos projectos/planos até à sua implementação. A postura municipal assume um compromisso com o futuro, no sentido de salvaguardar e equilibrar a composição sócio-económica tendo em atenção a melhor estrutura das implantações humanas em função dos recursos naturais e das exigências económicas, com vista ao desenvolvimento harmónico das diferentes freguesias, numa perspectiva holística.